

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE**

JAQUELINE APARECIDA DOS SANTOS DUTRA

**REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: DA SUBJETIVIDADE À REPRESENTAÇÃO DA
IDENTIDADE FEMININA NO TEXTO ESCRITO**

**PONTA GROSSA
2012**

JAQUELINE APARECIDA DOS SANTOS DUTRA

**REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: DA SUBJETIVIDADE À REPRESENTAÇÃO DA
IDENTIDADE FEMININA NO TEXTO ESCRITO**

Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do título de mestre, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, Linha de Pesquisa Pluralidade Linguística, Identidade e Ensino.
Orientadora: Prof^a Dr^a Elódia Constantino Roman.

PONTA GROSSA

2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

D978r

Dutra, Jaqueline Aparecida dos Santos

Referenciação textual : da subjetividade à representação da identidade feminina no texto escrito /Jaqueline Aparecida dos Santos Dutra. Ponta Grossa, 2012.

115f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade – Linha de Pesquisa : Pluralidade Lingüística, Identidade e Ensino), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Elodia Constantino Roman

1. Referenciação. 2. Subjetividade. 3. Identidade feminina.
4. Violência. I. Roman, Elodia Constantino . II. T.

CDD: 410

JAQUELINE APARECIDA DOS SANTOS DUTRA

REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: DA SUBJETIVIDADE À REPRESENTAÇÃO DA
IDENTIDADE FEMININA NO TEXTO ESCRITO

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, pelo Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e
Subjetividade, linha de pesquisa Pluralidade Linguística, Identidade e Ensino.

Ponta Grossa, 06 de março de 2012.



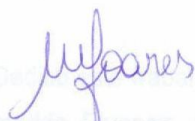
Profa. Dra. Elódia Constantino Roman.- Orientadora.

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Profa. Dra. Aparecida Feóla Sella

Doutora em Letras
Universidade Estadual de Cascavel



Profa. Dra. Marly Catarina Soares

Doutora em Literatura
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho a minha filha Rafaele e ao meu marido Divonsir, as pessoas mais importantes da minha vida. Sem vocês eu não teria motivos para sonhar.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, mas principalmente pela força e pela motivação nos momentos em que parecia impossível continuar.

À Rafaele e ao Divonsir pelo amor, pelo companheirismo, pelo apoio e pela compreensão por tantas horas de ausência.

Ao meu “filho torto” Guilherme pela ajuda e pelas dicas para lidar com este monstro tecnológico chamado computador.

À professora orientadora Elódia Constantino Roman pela dedicação e disponibilidade, mas principalmente pelo exemplo de ética, de profissionalismo e de generosidade no exercício de suas funções. Esses são valores que não estão disponíveis nos livros é que levarei em minha caminhada profissional. Obrigada, professora Elódia! Obrigada, amiga Elódia!

À Universidade Estadual de Ponta Grossa e a CAPES pela bolsa concedida, que possibilitou a ampliação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

À coordenação, a secretária Vilma e aos professores do Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, pelo apoio e pela oportunidade de aprendizagem.

Às professoras Aparecida e Marly por terem aceitado o convite para avaliar este trabalho.

Aos meus familiares, aos amigos, aos colegas de mestrado e a todos que de algum modo contribuíram para a concretização da pesquisa.

À professora e pesquisadora Claudia Roncarati, que embora não esteja mais entre nós, foi inspiração para o encaminhamento da pesquisa e exemplo de empenho e paixão pela pesquisa linguística.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar elementos e estratégias de referenciação textual como formas linguísticas que evidenciam a subjetividade, bem como a representação da identidade feminina no texto escrito, tendo como tema a questão da violência contra a mulher. Para alcançar o objetivo, partiu-se das cadeias referenciais, com ênfase nas estratégias de referenciação textual e na observação das escolhas linguísticas realizadas pelos produtores dos textos. Para análise dos dados identificados, considerou-se a linguagem e a referenciação sob a perspectiva sociocognitivo-interacionista, em que ambas são vistas como uma atividade discursiva que se realiza em função das relações entre os sujeitos, levando-se em conta o universo social em que atuam. Verificou-se, com a investigação, que são as estratégias categorizadoras e (re)categorizadoras que possibilitam a observação da subjetividade e da representação da identidade da mulher em situação de violência nos textos analisados. Os elementos de referenciação apontaram que a subjetividade pode ser ressaltada ou apagada em função das escolhas linguísticas operadas pelo produtor do texto. São intenções particulares e fatores de ordem social e cultural que definem essas escolhas. No que se refere à representação feminina, verificou-se que é determinada a partir da diferença ou oposição em relação ao masculino. Os resultados obtidos apontaram que os elementos de referenciação retratam a mulher e as formas de violência praticadas, atuando no sentido de chamar a atenção da sociedade para uma prática comum e preocupante, o que pode acarretar uma revisão de atitudes, crenças e valores coletivos.

Palavras-chave: Referenciação. Subjetividade. Identidade feminina. Violência.

ABSTRACT

This research aims to investigate textual referential elements and strategies concentrating on linguistic forms that show subjectivity as well as a representation of the women identity in written texts, focusing on the violence against women. We based this work in referential chains, emphasizing strategies of the textual referential and the observation of the linguistic choices made by text producers. In order to analyse the data identified, it was considered the language and referral from the perspective of social cognitive interaction, in which both are understood as a discursive activity that happens throughout the relations between subjects, considering the social universe where they act. We verified that categorized and (re)categorized strategies allow us to see in the analyzed texts the subjectivity and women identity representation in violence situations. The referential indicated that elements of subjectivity could be highlighted or deleted depending on the linguistic choices operated by the text producer. These choices are taken according to particular intentions and factors of social and cultural choices. Regarding women representation, we found that it is determined by the difference or opposition to the man. Our results indicated the elements of referential portray women and violence forms committed, are done in order to draw social attention to a common and worrying practice, collaborating to rethink some attitudes, beliefs and collective values.

Key-words: Referential. Subjectivity. Women identity. Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - DA REFERENCIAÇÃO NA LINGUAGEM.....	12
1.1 NOÇÕES DE LINGUAGEM E TEXTO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	12
1.2 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: BREVE PERCURSO	13
1.3 DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS À PROGRESSÃO TEXTUAL	16
1.4 ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: DISCUTINDO A PROPOSTA DE RONCARATI (2010)	20
CAPÍTULO 2 - EXPLORANDO OS TEXTOS	34
2.1 CONHECENDO OS TEXTOS: ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.2 TEXTO 1.....	39
2.3 TEXTO 2.....	40
2.4 TEXTO 3.....	40
2.5 TEXTO 4.....	45
2.6 TEXTO 5.....	59
2.7 TEXTO 6.....	75
CAPÍTULO 3 - INTERPRETANDO OS DADOS À LUZ DA SUBJETIVIDADE E DAS IDENTIDADES	91
3.1 DA SUBJETIVIDADE E DA IDENTIDADE NA LINGUAGEM.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

Observa-se, na atualidade, uma preocupação cada vez mais latente no que se refere aos estudos da linguagem¹ e o seu uso efetivo pelos sujeitos. Felizmente tal inquietação não se restringiu aos grandes centros de pesquisa e hoje alcança os cursos de graduação e pós-graduação de muitas universidades. Verifica-se que tais investigações têm buscado com empenho não desvincular a teoria da prática, procurando enfatizar a indissociabilidade existente entre a linguagem e a sociedade.

Nesse sentido, torna-se indispensável observar a linguagem considerando o uso que os sujeitos fazem dela e o efeito que ela exerce não somente sobre eles, mas sobre o universo em que estão inseridos. Nas palavras de Bakhtin (1997, p. 95), o que deve prevalecer em qualquer estudo linguístico é a linguagem como prática concreta. Para o autor, “não são as palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.”. Portanto, torna-se imprescindível reconhecer que, ao fazer uso das palavras, os sujeitos estão veiculando, reproduzindo, modificando e representando intenções, ideologias, posicionamentos, pontos de vista e identidades.

Desse modo, busca-se com este trabalho demonstrar que as investigações linguísticas que abarcam a linguagem na sua relação com a subjetividade e as identidades, aqui compreendidas como inseparáveis, despontam como uma forma produtiva de se examinar a relação da linguagem com os sujeitos e com a sociedade. Entende-se, também, essa perspectiva como relevante, no sentido de contribuir para a construção de um novo conceito de linguagem, adequado à realidade e às necessidades do mundo atual.

Assim sendo, salienta-se que a hipótese norteadora da pesquisa considera a estruturação textual, mais precisamente a referenciação, como um meio que permite a observação da subjetividade e da representação de identidades² no texto escrito.

¹ Opta-se, neste trabalho, pela adoção da expressão linguagem sem distingui-la pontualmente do termo língua, pois, como bem argumenta Benveniste (2005, p. 20), “[...] essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem”.

² Ressalta-se que o uso da expressão “identidades” está atrelada às postulações de Bauman (2005, p. 17), para quem a identidade não consiste em algo estático e definitivo. Compreende-se que a

A pergunta que se busca responder é por meio de quais estratégias e elementos de referenciação isso pode ser constatado. Entende-se a referenciação como uma atividade sociocognitiva-interacionista (Mondada & Dubois, 2003; Koch (2008); Marcuschi (2008); Roncarati, 2010), em que o processo referencial é elaborado em função de um “querer dizer” (Koch, 2008).

Posto isso, destaca-se que o objetivo primordial do trabalho é investigar os elementos e estratégias de referenciação textual como formas que evidenciam a subjetividade, bem como a representação da identidade feminina no texto escrito, tendo como tema a questão da violência sofrida pelas mulheres. Para que esse objetivo fosse alcançado partiu-se das cadeias referenciais, com ênfase nas estratégias de referenciação textual e na observação das escolhas linguísticas realizadas pelos produtores dos textos.

Destaca-se que os pressupostos teóricos que sustentam este trabalho têm como prioridade o funcionamento da linguagem e não especificamente a estrutura linguística. A concepção adotada é da linguagem, tal qual a referenciação, como uma ação sociointeracionista, o texto é tido como forma de manifestação linguística básica dos sujeitos, levando-se em conta fatores de ordem social, cultural, histórica, etc. Essa visão encontra respaldo nas postulações de Marcuschi (2008, p. 61), para quem “a língua é um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”. Da mesma forma, o autor acrescenta que “a língua é um sistema de práticas sociais e históricas sensíveis à realidade sobre a qual atua, sendo-lhe parcialmente prévio e parcialmente dependente esse contexto em que se situa”³.

Na mesma direção, Koch (2008) postula que

a língua não existe, portanto, fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. (KOCH, 2008, p. 101)

Com efeito, tais postulações evidenciam a importância de todos os aspectos que possam sugerir a subjetividade e as identidades nas diferentes formas pelas

identidade de um sujeito é marcada pela heterogeneidade, visto que ele não se mantém o mesmo durante sua existência. Portanto, não há como falar em uma identidade, mas sim em identidades.

³ Observa-se que Marcuschi não estabelece diferença entre língua e linguagem, no entanto, entende-se que, ao se reportar à língua, o autor trata de linguagem, dado que o que está em foco é a funcionalidade e não simplesmente a estrutura.

quais a linguagem se manifesta. Considera-se que os aspectos subjetivos e identitários demonstram a relação existente entre a língua e a sociedade. Tendo isso como princípio, neste trabalho a linguagem é concebida, também, como constitutiva dos sujeitos.

A metodologia adotada é de caráter analítico quantitativo. O objeto de estudo compreende textos escritos disponíveis em suportes diversos, produzidos em períodos distintos. Não foi feita a opção por um gênero textual específico, visto que o interesse está relacionado com a temática, a representação da identidade da mulher vítima de violência.

A seleção do material analisado não foi realizada com base em aspectos sincrônicos ou diacrônicos e, tampouco, sob critérios de ordem estrutural, ou seja, do gênero textual. A intenção é demonstrar que os textos escritos trazem consigo marcas tanto do produtor quanto do universo no qual ele atua, e que qualquer gênero textual, independente do período em que foi produzido, pode ser observado como uma representação da sociedade, bem como um meio pelo qual essa sociedade se constitui.

Quanto ao *corpus*, destaca-se que foi explorado na íntegra, pautado na constituição das cadeias referenciais e nas estratégias empregadas. Foram selecionados seis textos, os três primeiros documentos denominados Cartas Notariais, produzidos no ano de 1798. Os outros três correspondem a matérias publicadas em revistas de circulação nacional, produzidas nos anos de 2001, 2006 e 2010.

As Cartas Notariais analisadas correspondem às certidões *doc.* 02 [418], 03 [417] e 04 [415, 416], intituladas respectivamente: “Certidão passada pelo escrivão Caetano Rodrigues Couto denunciando as medidas do juiz de órfãos Luiz Gomes de Medeiros sobre a rematação de órfãos”; “Certidão expedida por Lionardo Ferreira de Lemos comunicando as viúvas para levarem seus filhos ao juiz de órfãos Luiz Gomes de Medeiros”; “Cópia das denúncias feitas pelo escrivão Francisco Rodrigues Ferreira sobre as arbitrariedades praticadas pelo Juiz de órfãos Luís Gomes de Medeiros em relação aos filhos das viúvas e solteiras”. Os textos constam no livro *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas*, de 2007.

Os textos de revistas que foram investigados são: Crimes em defesa da honra – “Morrendo de vergonha”, revista Reader’s Digest Seleções, ano 2001; “O fim

do silêncio”, Revista Veja, 2006; “E a culpa é da mulher...”, Revista Fórum, 2010. Os suportes são de circulação nacional, veiculados na forma impressa e on-line.

Como todo trabalho científico mobiliza uma série de iniciativas para sua concretização e levando-se em conta que o relato de uma pesquisa científica não requer somente a apresentação dos resultados obtidos com a investigação, destaca-se que, no primeiro capítulo, são discutidas as noções de linguagem e texto adotados para o desenvolvimento do trabalho. Também, com base em Mondada & Dubois (2003), Apothélos (2003), Cavalcante (2003), Koch (2007, 2008a, 2008b), Marcuschi (2008), Adam (2008), Roncarati (2010), entre outros, foram tratados os assuntos pertinentes aos processos de referenciação textual sob a perspectiva do sociocognitivismo-interacionista, imprescindível para a análise implementada.

No segundo capítulo, o foco está na apresentação da metodologia adotada para a realização da investigação, bem como a descrição do *corpus* e sua análise. Salienta-se que, primeiramente, os dados foram interpretados com base nas estratégias de referenciação textual, levando-se em conta os pressupostos estratégicos desenvolvidos por Roncarati (2010), discutidos no primeiro capítulo do trabalho.

No terceiro capítulo, os resultados obtidos são observados à luz da subjetividade e da identidade na linguagem. Para a interpretação, adotaram-se as postulações teóricas de Hall (2005), Bauman (2005), Silva (2003), Bakhtin (2003), Guerra (2008), entre outros considerados apropriados à pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, estão dispostos os resultados alcançados com a pesquisa, ressaltando a sua contribuição para os estudos linguísticos e para a sociedade, visto que se privilegiou a língua em uso. Além disso, são apresentadas sugestões para pesquisas futuras e a possibilidade de aproveitamento da investigação na elaboração de práticas pedagógicas adequadas ao ensino de língua e em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse procedimento visa reforçar a importância da investigação linguística pautada na relação com o universo social, considerando os benefícios para a sociedade.

CAPÍTULO 1

DA REFERENCIAÇÃO NA LINGUAGEM

1.1 NOÇÕES DE LINGUAGEM E TEXTO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Levando-se em conta que é por meio de textos que os sujeitos interagem, adotam-se nesta pesquisa os fundamentos da linguística textual que, segundo afirma Bentes (2005, p. 252), pode ser entendida “como uma disciplina interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem”. Entende-se que o princípio da interdisciplinaridade, responsável pela abrangência de fatores tanto internos como externos ao texto, agrega benefícios quer seja para a pesquisa linguística quer seja para o ensino de línguas.

Com a ênfase no estudo do texto em detrimento das estruturas como frases e sentenças descontextualizadas, compreende-se que a linguagem se efetiva como dinâmica, viva e social. Considerando os propósitos do trabalho, cabe, assim, considerar que um texto, além de trazer marcas significativas de subjetividade, é também constituído por traços identitários diversos, visto que o sujeito que produz um texto é influenciado por uma série de identidades sociais e culturais como, por exemplo, a de gênero, a de raça, a de credo, etc., que não são apagadas no momento de uma produção linguística.

Com base nesses pressupostos, parte-se da noção de linguagem e de referenciação como atividades sociocognitivo-interacionistas. Ambas as noções correspondem a um processo que se realiza por meio de ações e reações (cooperação e conflito / estabilidade e instabilidade) entre os sujeitos, levando-se em conta aspectos sociais, culturais, históricos, etc. que permeiam qualquer evento linguístico. Assim, a concepção de linguagem como constitutiva do sujeito e da sociedade foi imprescindível para a concretização da pesquisa. A linguagem é compreendida como um elemento essencialmente social.

Nesse sentido, Catunda & Soares (2007) partem das postulações de Bakhtin (2000) e apontam que

para o autor, a linguagem é uma atividade constitutiva, cujo espaço de realização e construção é a interação verbal. Não é algo pronto, e sim produto de um trabalho linguístico empreendido pelos sujeitos nas diferentes esferas da atividade humana que integram. (CATUNDA & SOARES, 2007, p. 115)

Da mesma forma, Koch & Cunha-Lima (2007, p. 285) afirmam que a linguagem corresponde a uma “ação social”, vista a relevância dos contextos sociais e históricos no momento da atribuição de sentidos pelos participantes do evento comunicativo. Os sentidos são construídos em função de um conjunto de ações e sob influência de fatores externos à estrutura linguística. Ainda, segundo as autoras, a atribuição de sentidos aos textos não ocorre exclusivamente por um processo mental. Eles são construídos por meio de “uma atividade conjunta que emerge na interação que pressupõe e implica negociação em todas as suas fases”.

Todas essas concepções são incorporadas pela Linguística Textual, já que os elementos constitutivos de um texto estão relacionados a aspectos cognitivos e sociais. Assim, acrescenta-se que

textos são fontes óbvias para a construção das representações mentais na memória dos indivíduos, assim como de conhecimentos que circulam socialmente, participando ativamente das categorizações sociais, da criação, circulação e manutenção de estereótipos e das diversas visões de mundo encontráveis numa sociedade. (KOCH & CUNHA-LIMA, 2007, p. 294)

Partindo-se do texto como uma construção cognitiva e social é que se torna adequada a observação dos processos de referenciação textual como uma fonte para a investigação de muitos aspectos relacionados às escolhas linguísticas, às estratégias de elaboração textual e sua relação com os aspectos de subjetividade e de identidades que são representadas nos e pelos textos.

1.2 DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO: BREVE PERCURSO

Tema recorrente dentro da Linguística Textual, a questão da referência é alvo de problematizações também em outras disciplinas e áreas do conhecimento humano, como a pragmática e a filosofia da linguagem. A consequência da diversidade de enfoques é a formulação de diferentes concepções teóricas, algumas mais voltadas para os aspectos internos do texto, enquanto outras priorizam os fatores que vão além da estrutura textual, agregando elementos sociais, culturais e discursivos.

Por algum tempo, dentro dos estudos da linguagem, trabalhou-se com a ideia de que a língua refere exatamente o mundo real. A partir dessa visão,

Mondada & Dubois (2003, p. 19) afirmam que a noção tradicional de referência “repousa sobre a hipótese de um poder referencial da linguagem que é fundado ou legitimado por uma ligação direta (e verdadeira) entre as palavras e as coisas”. Essa condição coloca à parte, dentro dos estudos da linguagem, qualquer aspecto relacionado com os sujeitos e o contexto que envolve o evento linguístico como, por exemplo, questões de âmbito social, cultural e histórico.

Ainda nessa direção, Roncarati (2010, p. 41/42) aponta que, na concepção de referência pautada na perspectiva lógico-semântica, “os enunciados em que os referentes se inserem têm de ser submetidos a condições de verdade e não a condição de uso”. A partir dessa afirmação, a visão de linguagem como uma atividade dinâmica e interativa não é compatível, o que torna os estudos bastante restritos a aspectos estruturais e de coesão textual.

A resistência em aceitar a referência como uma simples atividade de rotular a realidade exige que ela assuma um novo patamar dentro da Linguística. Assim, o mais adequado é adotar a concepção de referenciação que corresponde a um processo de operacionalização da linguagem em que se levam em conta as relações sociais, o compartilhamento de conhecimentos entre os participantes do ato comunicativo, a interação, rejeitando a ideia de um sujeito individualizado.

A compreensão e a reconstrução do mundo e dos sentidos não correspondem a um processo acabado e estável. São ações em constante efervescência. Trata-se da perspectiva sociocognitivo-interacionista que, segundo Roncarati (2010), é uma das formas mais relevantes de se conceber a referência e também a que apoia as discussões implementadas neste trabalho.

Os caminhos delineados pelo sociocognitivismo reafirmam o fundamento em que a linguagem corresponde a uma atividade social, pois se trata de uma ação concomitante entre os sujeitos e a sociedade. De acordo com essa visão, os processos referenciais correspondem a um conjunto de ações sistemáticas que visam priorizar o dinamismo inerente à linguagem. Os sujeitos atuam de modo a construir conjuntamente os sentidos, levando em conta não somente as informações explícitas no evento linguístico, mas dados que configuram o contexto social e o contexto histórico situacional, em um processo de negociação que se dá por meio da interação.

Essa postura a respeito da referenciação tem origem principalmente a partir dos estudos desenvolvidos por Mondada & Dubois (2003). Para as autoras, a

referenciação corresponde a “práticas simbólicas”, em uma concepção de linguagem em que os sujeitos interagem entre si e com o meio para assim atribuir sentido ao mundo. Desse modo, a referenciação pode ser considerada como

práticas não imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20)

Constata-se que essa visão redimensionou a questão da referência dentro dos estudos linguísticos, incorporando aspectos relativos ao uso da linguagem e às práticas discursivas. Nessa direção, pautada na visão de Mondada & Dubois (2003), a respeito da referenciação, Koch (2008) afirma que se trata de uma “atividade discursiva”. Assim, para ela, no processo de interação por meio da linguagem, o sujeito realiza escolhas para representar coisas, fatos, eventos, etc., pautado em suas intenções comunicativas. A autora afirma que “os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer dizer” (KOCH, 2008, p. 46).

Considerando esse ponto de vista a respeito da referenciação, convém ressaltar que o modo como os referentes são observados também sofre alterações. Não cabe considerá-los sob a ótica meramente estrutural ou apenas como elementos de representação da realidade, “objetos mundanos” (KOCH & MARCUSCHI, 1998).

Cavalcante (2003, p. 105) entende que a noção de referente corresponde a “uma representação ‘fabricada’ do que existe na realidade, [...]”. O referente, para a autora, “supõe uma ação mútua entre língua e práticas sociais”. Nesse sentido, de acordo com Koch (2006, p. 263), os referentes assumem o status de “objetos de discurso”⁴, passando a ser reconhecidos como “entidades dinâmicas” que, “uma vez introduzidos, são constantemente modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, construindo-se ou reconstruindo-se, por esta via, os sentidos, no curso da progressão textual”.

Consoante com essa perspectiva, Francisco (2004) indica que os objetos de discurso correspondem a construções discursivas que emergem da “interação

⁴ Objetos de discurso são abordados por Reichler-Béguelin/Apothéloz, 1995; Mondada, 2001.

sócioverbal” e dizem respeito à “instabilidade das expressões linguísticas em relação ao mundo da realidade”. Do mesmo modo que Koch (2006), o autor argumenta que

os objetos de discurso são entidades dinâmicas, que, em geral, ao longo do texto são reativadas, revistas, redirecionadas, fragmentadas, enriquecidas mediante o uso de diferentes formas linguísticas, submetidas a diferentes fatores contextuais e a diferentes pontos de vista e valores. (FRANCISCO, 2004, p. 171)

Compreende-se, portanto, que os objetos de discurso são construções que se efetivam somente no âmbito do discurso. É a partir da interação entre os sujeitos, no ato da negociação necessária entre os participantes do evento linguístico que os referentes assumem expressividade, mantendo-se ou modificando-se, em consequência de circunstâncias sociais e culturais. Esse aspecto possibilita reconhecer a relação entre os processos de referenciação, a subjetividade e as identidades na linguagem.

Verifica-se que o processamento textual ultrapassa os limites do código, acionando inúmeros conhecimentos relativos à situação contextual⁵ de comunicação, que envolve todos os saberes acumulados por parte dos participantes do ato comunicativo. Deve-se ter claro que, no texto, os elementos linguísticos, bem como as estratégias de produção textual correspondem a indícios para se alcançar determinado sentido. Nessa direção, os fatores externos à estrutura linguística são cruciais para a construção do saber individual e coletivo, da mesma forma que são determinantes na constituição social e cultural das comunidades em que os sujeitos atuam.

1.3 DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS À PROGRESSÃO TEXTUAL

Conforme tratada na seção anterior, a perspectiva sociocognitivo-interacionista de se considerar a referenciação revela uma visão em que os aspectos sociais da linguagem prevalecem sobre o individual. Assim, o texto pode ser compreendido como o espaço possível em que se concentram ações sócio-

⁵ A questão do contexto é problemática dentro dos estudos da linguagem. Para este trabalho recorreu-se à noção postulada por Morato & Koch (2003, p. 83) para quem o contexto é “o lugar onde se constroem e se reconstróem indefinidamente as significações, o árbitro das tensões entre as sistematicidades e as indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado”.

históricas e culturais, mas também subjetivas e identitárias quando esses elementos são considerados sob o ponto de vista interacional.

Levando-se em conta esses aspectos, é apropriado destacar que o sentido textual é obtido por intermédio de construções sociointeracionais, visto que esse sentido não está prontamente acessível na estrutura do texto. Os textos trazem em sua superfície vestígios informacionais somente acessados por uma combinação de elementos linguísticos e extralinguísticos, possível pela interação verbal. No caso da referenciação, esses indícios podem ser chamados de “expressões referenciais”.

Na concepção de Roncarati (2010, p. 59), as expressões referenciais são “elementos designadores” (indicadores de pessoa, coisas, lugares, eventos, fatos, etc. no discurso). Esses elementos são operacionalizados no percurso textual, sofrendo alterações conforme as necessidades e intenções comunicacionais. Conforme explicitado anteriormente, esse processo de movimentação das expressões referenciais, pautado no princípio de atividade cognitiva e discursiva, que dá origem aos objetos de discurso, denomina-se referenciação.

De acordo com Koch (2008), por meio da referenciação são introduzidos objetos de discurso novos ou inferíveis, com base em outros já presentes no cotexto⁶, bem como pela remissão e retomada de elementos já ativados no texto, mantendo-os em foco na memória do interlocutor. A autora aponta que são três as estratégias de referenciação envolvidas na constituição da memória discursiva:

- 1– a *construção/ ativação*: introdução de um objeto de discurso (novo ou por meio de anáforas associativas ou indiretas) que assume papel central dentro do modelo textual;
- 2– a *reconstrução/reativação*: reintrodução de um elemento presente na memória discursiva por meio de uma forma referencial, mantendo o objeto de discurso já conhecido do interlocutor em foco;
- 3– a *desfocalização/ desativação*: assunção da posição focal antes ocupada por outro objeto de discurso, sendo que este permanece em “estado de ativação parcial”, como aponta Koch, podendo retornar à posição focal. (KOCH, 2008, p. 33)

⁶ A ideia de cotexto aqui adotada corresponde a “situação de interação mais imediata e mediata (entorno social, político e cultural)”, conforme aponta Koch (2008, p. 190). A autora argumenta que o cotexto é um dos aspectos constituidores do contexto que, segundo a Linguística Textual, corresponde a um universo mais amplo, que envolve todos os conhecimentos armazenados pelos sujeitos no ato da interação.

Esse processo de introdução e manutenção de objetos de discurso assegura a sequencialidade ou progressão referencial do texto. Marcuschi (2008, p. 141) caracteriza a sequencialidade ou progressão referencial como um processo de construção textual que “diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*”.

De acordo com Roncarati (2010), as cadeias referenciais compreendem uma forma produtiva de se observar a dinâmica dos processos de referenciação textual. Além disso, a autora aponta que

a noção de cadeia referencial oferece, pois, uma explicação frutífera para os processos de construção referencial porque ‘põe a nu’ estratégias linguístico-cognitivas e estratégias sociointeracionistas constitutivas da atividade de referenciação. (RONCARATI, 2010, p. 18-19)

As cadeias referenciais possibilitam uma visão global do texto, viabilizando a observação das diversas estratégias de referenciação empregadas e o comportamento dos objetos de discurso no percurso textual. Ao tratar da constituição das cadeias referenciais, Roncarati (2010) também aponta que

ao facilitar o processo de integração dos elos semânticos, contribui para melhor delinear as condições textuais que decidem o acesso ao sentido, tanto através da coesão superficial (nível dos constituintes), quanto das pressuposições (nível pragmático das implicações no plano de ações e intenções) e formam a coerência global (nível semântico, cognitivo, intersubjetivo e funcional). (RONCARATI, 2010, p. 49-50)

Considerando tais pressupostos, reafirma-se a produtividade no tratamento das cadeias referenciais para a investigação dos processos de referenciação. Roncarati (2010) ressalta que esse não é um tema recente nos estudos da linguagem. Segundo a autora, esse assunto corresponde à noção de “cadeia anafórica ou coesiva”, explorada por estudiosos como Halliday & Hansan (1976). Quanto a isso, convém uma breve explanação a respeito do modo como esses autores abordam a questão da coesão textual e da referência.

Para Halliday & Hansan (1976), o conceito de coesão textual é de ordem semântica, referindo-se às relações de sentido existentes dentro do texto. Os autores afirmam que a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no

texto depende de outro, ou seja, um pressupõe o outro. De acordo com Halliday & Hansan (1976), a coesão diz respeito a um leque de possibilidades que existem para a ligação de um elemento linguístico com outro já presente no texto, garantindo a textualidade.

Quanto à questão da referência, é possível verificar que, para esses estudiosos, ela corresponde a uma das formas de coesão textual. Eles entendem que há certos itens em todas as línguas que têm propriedades de referência. Isso significa que, em vez de ser interpretado semanticamente por eles mesmos, fazem referência a algo mais para sua interpretação. Os autores apontam que em Inglês esses itens são pessoais, demonstrativos e comparativos. (HALLIDAY & HANSAN, 1976)

Subentende-se, a partir desses pressupostos, que a coesão textual atua como um processo que preserva a sequência do texto. Está relacionada à estrutura textual, à coordenação e à conexão dos inúmeros recursos que as línguas dispõem para que o sentido do texto seja alcançado. Trata-se da adequação dos recursos linguísticos na superfície textual, conforme aponta Marcuschi (2008).

Partindo-se desse princípio, a noção estabelecida entre coesão e referência, postulada por Halliday & Hansan (1976), torna-se inviável dentro da perspectiva da referenciação, visto que está relacionada a relações estritamente estruturais. Sendo a coesão um processo análogo à estruturação da sequência superficial do texto (FÁVERO, 2000), entende-se que as questões discursivas, subjetivas e de identidades não são atendidas.

Posto isso, pode-se retornar à questão inicialmente tratada: as cadeias referenciais. As investigações a respeito das cadeias referenciais possibilitaram a identificação, a revisão e a apresentação de diferentes modelos. Para Roncarati (2010), as cadeias referenciais variam constitutivamente e têm como motivação a instabilidade natural de níveis como: - categorial (mudança de expressão referencial para expressão atributiva); - tipológico (as cadeias podem ser lineares, multirreferencial e híbridas); - cognitivo e pragmático (estratégias de referenciação adequadas aos propósitos comunicativos).

Ressalta-se que não cabe aqui o aprofundamento a respeito das cadeias referenciais, por não se tratar do objetivo do trabalho. De acordo com os propósitos da pesquisa, observar o processo de referenciação por meio das cadeias

referenciais é apropriado por proporcionar uma visão completa dos mecanismos e estratégias de referenciação empregados.

Além disso, as cadeias possibilitam rastrear o percurso dos objetos de discurso, verificar os processos de ativação, manutenção e desativação, bem como avaliar se ocorrem e como ocorrem os processos de categorização e (re)categorização de objetos de discurso, fatores relevantes para a observação da conexão existente entre os processos de referenciação com a questão da subjetividade e das identidades representadas na/ pela linguagem.

Por fim, todas as informações apresentadas são relevantes no sentido de que, apesar da sua manifestação estar fortemente relacionada à estrutura textual, pois colaboram para a organização e continuidade dos sentidos do texto, também revelam aspectos de ordem discursiva, diretamente ligadas ao contexto social, histórico e cultural em que os sujeitos estão inseridos. Compreende-se que por meio de diferentes expressões referenciais, de processos e de estratégias de referenciação, o trabalho com a linguagem avança tanto nos aspectos relativos à estruturação textual como nos de ordem discursiva.

1.4 ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: DISCUTINDO A PROPOSTA DE RONCARATI (2010)

As formas de referenciação textual são alvo de muita atenção por parte dos estudiosos da língua. As investigações buscam apontar como se realizam os processos de referenciação tanto na fala como na escrita e elaborar modelos que abarquem tanto as formas nominais quanto as pronominais. Tendo isso em vista, algumas propostas de classificação das estratégias empregadas no processo de referenciação textual já foram desenvolvidas, como a apresentada por Koch e Marcuschi (2002), cujos trabalhos são referência para os estudos dos textos, e por Cavalcante (2004), no sentido de avançar na construção de uma teoria ampla e consistente sobre a referenciação.

Para este trabalho, optou-se pela adoção do modelo de classificação das estratégias de referenciação implementado por Roncarati (2010), que propõe 13 estratégias presentes nas cadeias referenciais. A preferência por esse modelo está atrelada ao fato de ser a proposta teórica mais recente sobre estratégias de referenciação textual e, também, pelo aporte teórico que a autora adotou para

construção do quadro classificatório. Baseada, principalmente, nos estudos desenvolvidos por Koch e Marcuschi, essa autora busca ampliar a discussão a respeito das estratégias referenciais. De acordo com Koch, os estudos de Roncarati buscam fornecer ao leitor o instrumental necessário para capacitá-lo a compreender o tão complexo processo de referenciação textual, contribuindo para a constatação de que os textos não são dotados somente de estrutura, mas de um amplo poder de persuasão. (RONCARATI, 2010, p. 16)

A proposta de Roncarati (2010) leva em conta fatores como propriedades e condições de funcionamento. Por acreditar que não se trata de algo definitivo, como a própria autora declara, as estratégias expostas serão complementadas com os estudos desenvolvidos por teóricos como Koch, Cavalcante, Apothelóz, Charolles, Adam, entre outros, que são apropriados à discussão. Da mesma forma, serão apresentados exemplos retirados de diferentes textos que circulam na sociedade para melhor observação da ocorrência das estratégias.

Posto isso, seguem as estratégias desenvolvidas por Roncarati (2010).

1. Introdução ou ativação de objeto de discurso de menção única: sem retomadas ou remissões no decorrer do texto, não acarreta a formação de cadeia. Segundo a autora, são objetos de discurso que aparecem uma única vez no texto, mantendo-se semiativo na memória do interlocutor até que outro objeto ocupe a posição focal.

Na mesma direção, Cavalcante (2003) afirma que nem todas as expressões referenciais são anafóricas ou dêiticas e, desse modo, é possível dividi-las em dois segmentos. O primeiro diz respeito àquelas que, ao serem introduzidas no discurso, não promovem a continuidade referencial. Trata-se de um procedimento que diz respeito ao ato imediato da enunciação. Referem-se aos interlocutores, ao tempo, ao espaço e à memória envolvida diretamente naquele momento em que ocorre a situação de comunicação.

O segundo segmento corresponde às expressões referenciais que, ao serem acionadas discursivamente, acarretam a continuidade referencial, seja porque retomam diretamente elementos já presentes no cotexto ou porque possibilitam a relação com os elementos antes acionados por meio de inferências, fato que será reafirmado por Roncarati (2010) na estratégia 2.

2. Introdução ou ativação de objeto de discurso de primeira menção: neste caso, há formação de cadeia referencial, pois a expressão referencial pode ser ativada de modo explícito ou implícito, podendo haver retomada ou remissão. Cabe aqui um esclarecimento a respeito de como Roncarati (2010) entende a diferença entre “referir”, “retomar” e “remeter”.

Referir, segundo a autora, não é “designar, nomear ou apontar algo objetivamente verificável numa relação especular língua-mundo” (RONCARATI, 2010, p. 53). Significa remeter com retomada explícita, acarretando continuidade referencial com correferenciação e cossignificação, casos que serão abordados adiante. Essa concepção a respeito do ato de referir pode ser interpretada a partir dos casos de anáforas diretas, em que há relação imediata entre os objetos de discurso referidos, sem a necessidade de mediações por inferências ou associações.

No caso de retomada, para Roncarati (2010), “é uma atividade que subentende continuidade de um núcleo referencial, numa relação de identidade [...] ou de não identidade”, que pode envolver correferência ou algum tipo de associação como sinonímia, paráfrase, hiperonímia, hiponímia, holonímia, meronímia, metáfora etc., [...]. Entende-se, dessa forma, que está afeta aos casos de anáforas associativas, posto que há relação com o universo textual, porém o acesso à informação não ocorre de forma direta.

Remeter, na concepção de Roncarati (2010), corresponde

a uma atividade que envolve algum tipo de relação semântica, cognitiva, pragmática ou outra qualquer no co(n)texto, mas não estabelece, necessariamente, retomada, cossignificação e correferenciação. (RONCARATI, 2010, p. 54)

Há, nesse caso, a introdução de informações totalmente novas sobre um objeto de discurso que geram (re)categorização ou ativam novos objetos. Com base nessas afirmações, as ocorrências de anáforas indiretas, que serão discutidas mais adiante, podem ser observadas como remissões em que há ativação de um novo objeto de discurso.

Koch (2008b) aponta que um objeto de discurso pode ser ativado por meio de uma expressão nominal, por meio de um nome próprio ou por meio de pronome. As expressões nominais, ao serem introduzidas no texto, acarretam uma categorização. No que se refere aos nomes próprios, a autora destaca que, ao ser

ativado, ocorre apenas a nomeação do objeto. Somente quando ele é retomado por meio de um elemento nominal há uma (re)categorização, ou seja, o acréscimo de novas informações ao objeto de discurso.

Koch (2008b) também afirma que os objetos de discurso podem ser ativados pelo emprego de um pronome catafórico. Trata-se de uma estratégia bastante usual em certos gêneros textuais, pois tem o intuito de criar um clima de suspense perante o interlocutor. Da mesma forma que os nomes próprios, os pronomes, ao serem retomados por meio de expressões nominais, acarretam uma (re)categorização.

3. Retomada explícita por repetição de itens lexicais: retoma elementos já mencionados no cotexto por correferência ou cossignificação, colaborando para construção do objeto de discurso, podendo formar cadeia linear. Trata-se da ocorrência de anáfora direta em que nenhuma propriedade nova do objeto é apresentada; é fiel ao referente já presente no cotexto.

Na concepção de Adam (2008), a correferência é determinada pela relação de identidade entre dois ou mais elementos semanticamente interpretáveis e complementares. O ponto de vista de Adam parece envolver, além das anáforas diretas, as anáforas associativas, uma vez que são interpretáveis com base em objetos de discurso presentes no cotexto, numa relação de ingrediência. Considera-se que há uma relação de identidade também nos casos de anáforas associativas porque as informações acrescentadas ou ativadas contribuem para a progressão do objeto de discurso no percurso textual.

Para Apothéloz (2003, p. 61) “há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente”. Assim, entende-se Roncarati (2010), Adam (2008) e Apothéloz (2003) consideram que existe correferencialidade somente nos casos de anáforas diretas. Quanto à cossignificação, Cavalcante (2003) aponta que ela ocorre quando “um elemento é retomado por meio de repetição ou de palavras sinônimas”. Essa afirmação indica que a cossignificação também corresponde a uma forma de anáfora direta.

Diante dessas considerações, para a investigação adota-se o princípio de que tanto a correferência quanto a cossignificação estão relacionadas a casos de anáforas diretas, ou seja, que referem o mesmo objeto de discurso sem acrescentar nenhuma nova informação. Observe-se o exemplo **A**.

Ex. A: (...) he pois concludente que as
 conhecenças devem Ser pagas aos **Muitos Reve-
 rendos Parochos** Segundo os uzos estabelecidos
 em Cada húa das Igrejas recomendamos pois
 aos **Muitos ReverendosParochos** Cobrem as suas
 Conhecenças uzandodetoda aprudencia emode
 raçaõ atendendo apobreza, (...)
 (Livro “*Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos
 setecentistas e oitocentistas*”, 2007.)

Do ponto de vista da progressão textual, as repetições de itens lexicais podem ser interpretadas como uma estratégia que mantém o referente em foco na memória do interlocutor, não acrescentando nenhuma nova informação. Trata-se de um meio que garante a continuidade do texto. No entanto, do ponto de vista discursivo, as repetições apresentam um valor significativo dentro da produção textual. Segundo Koch (2011, p. 22), tanto na fala quanto na escrita, as repetições correspondem a “um recurso retórico, desempenhando funções didáticas, argumentativas, enfáticas, etc.”.

No caso do exemplo **A**, com base nos estudos de Dutra & Roman (2011), as repetições têm o papel de manter o referente em foco na memória do interlocutor, enfatizando aspectos de ordem social. No caso, elas reforçam a importância da Igreja no contexto em que o texto foi produzido.

4. Retomada explícita por pronominalização correferencial: retoma itens já presentes no cotexto por meio de pronomes. Também corresponde à anáfora direta e pode formar cadeia linear ou híbrida. Uma consulta a Cavalcante (2003) possibilita verificar que se trata do emprego de pronomes pessoais, que, pela ausência de conteúdo semântico, são considerados, pela autora, como não cossignificativos e não recategorizadores.

Quanto à anáfora pronominal, Adam (2008) destaca que elas garantem a continuidade referencial, sendo por natureza fiel, pois não indica nenhuma nova condição ou característica do objeto de discurso já presente no cotexto. Esse aspecto é representado no exemplo **B**.

Ex. B: A opção de **Dilma** por construir seu grupo político valendo-se de mulheres apareceu logo no começo do governo. De cara, **ela** nomeou seis ministras (...). (*Revista Época*, n. 683, junho/2001, p.50).

Verifica-se em **B** que o pronome **ela** apenas retoma o nome próprio *Dilma*, não havendo o acréscimo de novas informações. Quanto ao objeto retomado, *Dilma*, verifica-se que ele primeiramente nomeia o objeto de discurso, havendo uma categorização.

5. Retomada implícita por procedimentos lexicais: o acesso ao objeto de discurso ocorre por inferência. Pode ocorrer por sinonímia, paráfrase ou nome próprio, conforme indica a autora. Não há, necessariamente, correferencialidade ou cossignificação. Essa forma de referenciação apresenta uma proximidade de sentido com o objeto que retoma, podendo apresentar informações novas sobre ele. Quanto às inferências, Roncarati (2010, p. 50) afirma que correspondem a uma “atividade cognitiva discursivamente situada, não resulta de um processo de associações ou operações lógicas”.

O processo inferencial consiste em um procedimento interpretativo que leva em conta questões contextuais, conhecimentos partilhados e outras que estão além da superfície textual. Essas informações tornam possível relacionar essa estratégia aos casos de anáforas associativas. No exemplo **C**, ocorre um caso em que o objeto é ativado por meio de pronome e depois retomado por uma forma lexical que, por associação, incorpora novas informações ao objeto de discurso já presente no texto.

Ex. C: **Ela** está mergulhada na água até o joelho, a silhueta desenhada contra a luz do sol poente. Já está tão escuro que **minha filha Chelsea**, 17 anos, não consegue mais ver a isca na água. (*Revista Seleções*, julho, 2001, p. 64.)

Nesse caso, há uma (re)categorização do objeto ativado por um pronome. São acrescentadas novas informações, conforme discutido na estratégia 2, em que se tratou das formas de ativação de objetos de discurso.

6. Retomada implícita por elipse: para a autora, é um caso de retomada por inferência, de anáfora zero. O item é acessível a partir de “relações léxico-

gramaticais no cotexto”. O exemplo **D** evidencia duas ocorrências de retomada implícita por elipse.

Ex. D: Certa de que poderiam nos ajudar, Karen entrou, encostou-se no balcão, Ø deu um suspiro e então Ø perguntou: (...). (*Revista Seleções*, julho, 2001, p. 50.)

As elipses são recorrentes na língua escrita, pois se entende que a própria forma verbal traz implícita a noção de pessoa. No que se refere ao exemplo apresentado, constata-se que as retomadas por elipses retomam o nome próprio **Karen**, sem (re)categorização do objeto de discurso.

7. Retomada implícita por nominalização: segundo a autora, corresponde a “uma operação anafórica simultaneamente condensadora e provedora de informação” (RONCARATI, 2010, p. 145). Pode atuar como um elemento encapsulador. Ela aponta que, normalmente, ocorre pelo emprego de um nome deverbal, com função de denominar um evento, ação ou estado. Nas postulações encontradas em Apothéloz (2003), Francis (2003) e Koch (2008), no que se refere às nominalizações, verifica-se que enfatizam a característica encapsuladora dessa estratégia.

Segundo Apothéloz (2003), a anáfora por nomeação, modo como ele denomina a nominalização, corresponde à retomada, por meio de um sintagma nominal, de uma proposição apresentada anteriormente no cotexto. Francis (2003) e Koch (2008) apontam a nominalização como o principal meio de conexão e organização de textos escritos. Francis (2003) denomina *rotulação* tal processo de referência e classifica-o como *rótulo prospectivo* e *rótulo retrospectivo*, assegurando que essas formas ocupam funções dentro do texto. Os prospectivos têm papel organizador e sua ativação prediz que a seguir será introduzida no texto uma informação explicativa. No caso do rótulo retrospectivo, além da função organizadora, apresenta a função encapsuladora, ou seja, a expressão nominal apresenta-se com o mesmo peso da oração ou orações que ele substitui. (FRANCIS, 2003)

Koch (2008a) destaca a função encapsuladora das nominalizações. A autora, da mesma forma que Francis (2003), aponta que essas expressões, na maioria das vezes, são introduzidas por um demonstrativo e, frequentemente,

apresentam-se no início de um parágrafo. Considerando a relevância dessa estratégia, entende-se que o valor do seu emprego supera a estrutura textual, revelando um efeito discursivo que possibilita a manifestação de subjetividade por parte do produtor do texto. Esse aspecto é demonstrado no exemplo **E**.

Ex. E: Manter segredos por algum tempo é estratégico para qualquer país. Conservar esses segredos por prazo indefinido, no entanto, é uma distorção na democracia. **Esse desvio** é comum no Brasil, por causa da resistência à transparência e do secretismo em torno de atos que deveriam ser de conhecimento de todos, (...). (Revista *Época*, n. 683, junho/2001, p.60.)

No exemplo exposto em **E**, observa-se que a expressão **esse desvio** retoma todo o trecho anterior. Pode-se considerar que há o acréscimo de uma nova informação, ao passo que é ativado um novo objeto de discurso no texto. A introdução desse objeto apresenta um peso argumentativo, ao mesmo tempo em que promove a continuidade textual. Entende-se que, no exemplo apresentado, ocorre uma (re)categorização, que, segundo Koch (2006, p. 269), é eleita em função de um “querer dizer”, ou seja, dos propósitos comunicativos do produtor do texto. Entende-se, como postula Koch (2006), que essa estratégia pode dar ciência ao interlocutor “de opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto”, conforme aponta essa autora.

8. Remissão implícita por forma pronominal neutra com função encapsuladora: constata-se uma relação estreita entre a estratégia 7 e 8 no que se refere ao modo como elas funcionam no texto. A diferença está na constituição do elemento encapsulador, que não agrega nenhuma nova informação ao texto. Roncarati (2010, p. 146) recorre a (Koch, 2009) para afirmar que o encapsulamento por forma pronominal, corresponde “a um tipo de ativação ancorada, que sumariza partes do discurso por meio de formas pronominais neutras, como *isto, isso, aquilo, o – [...]*”. Nessa condição, o elemento encapsulador ocupa função anafórica e dêitica. O exemplo **F** representa essa estratégia, pois o pronome *isso* atua como encapsulador de todo o trecho que o antecede.

Ex. F. Lá tem um campinho de futebol bem legal e uma turma de amigos bem grande. **Isso** é perfeito porque um campinho sem uma turma grande não serve para nada. Fonte: (Livro “*Minhas férias, pula uma linha, parágrafo*”, 1999.)

9. Remissão por (re)categorização predicativa: apresenta informações novas sobre o objeto de discurso já mencionado, por meio de predicções. Pode formar cadeia linear ou híbrida. Segundo Francisco (2007, p. 186), “a recategorização ocorre quando determinado objeto, ao ser reativado, é designado a partir de propriedade diferente da eleita na designação anterior”.

Ainda, no que diz respeito à questão da anáfora por meio de expressões nominais, Jubran (2003) afirma que é por meio delas que ocorrem as categorizações e (re)categorizações de objetos de discurso. Assim, para a autora, “a atividade anafórica promove aspectualizações e avaliações da fonte, ou predicções de outros atributos ao objeto de discurso a que remete, modificando-o em algum ponto”. (JUBRAN, 2003, p. 95)

Para Koch (2008), tanto a categorização (ativação de um objeto de discurso por meio de uma forma nominal) quanto a (re)categorização exercem função argumentativa no texto. A autora argumenta que

ao (re)categorizar um objeto já categorizado anteriormente, o locutor o apresenta sob novas luzes, enquadra-o em novas categorias, procurando chamar a atenção para novas qualidades/propriedades deste que considera necessário enfatizar para a realização de seu projeto de dizer. (KOCH, 2008, p. 110)

De modo geral, pode-se afirmar que as (re)categorizações operam produtivamente no sentido de incorporar novas e importantes informações aos objetos de discurso a que remetem. Essas informações atuam mais discursivamente do que no sentido de organização textual. Observe-se o exemplo **G**.

Ex. G: Quando criança, eu morava numa casa grande, com jardim enorme, pequena horta e pomar. Vez por outra, **uma lagartixa branquela**, quase transparente, invadia meu quarto pela varanda e se punha a correr ligeira, bem rente ao teto. Na aflição infantil, eu morria de medo, imaginava sempre que o “**terrível**” **réptil** poderia, astutamente, lançar-se sobre mim ante o menor descuido. (Revista *Época*, n. 683, junho/2001, p. 27.)

No exemplo **G**, as (re)categorizações viabilizam a constatação do ponto de vista do produtor do texto a respeito da lagartixa, além de fornecer informações relativas à espécie a que pertence o animal. No que se refere às análises implementadas neste trabalho e que serão apresentadas e discutidas nos capítulos seguintes, a (re)categorização apresenta-se como uma das estratégias de referenciação mais produtivas, visto que é por meio delas que são incorporadas informações relevantes e que dizem respeito à subjetividade e à identidade feminina nos textos.

10. Ativação ancorada por pró-formas pronominais: pode ser introduzido em menção única, sem retomada ou remissão, conforme aponta Roncarati (2010, p. 148). É inferível e a autora destaca que “a interpretação referencial pressupõe um tipo de conhecimento experiencial e socioculturalmente compartilhado”. O emprego apresentado no exemplo **H** corresponde a um procedimento discursivamente fecundo, superando o emprego de uma forma nominal.

Ex. H: (...) chegamos ahum tempo taõ infelis edetantas Calamidades, que **aquelles mesmos** que por officio eobrigação devem concervar nasociedade apás ecomu nicação, os que fazem todo o exforço para perturbar ames ma sociedade fomentando epatrocinando asmes mas desordens em lugar deseconterem nos limites deseopoder (...)

Fonte: (Livro “*Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas*”, 2007.)

Conforme especificado na estratégia 2, para Koch (2008b), muitas vezes a introdução de um objeto de discurso pode ocorrer por meio de um pronome catafórico. Trata-se de uma estratégia fecunda e, no caso do exemplo **H**, é considerado um procedimento que atende os propósitos do produtor do texto por se referir às autoridades da época que estão em conflito com a Igreja, conforme os estudos de Dutra & Roman (2011).

11. Ativação ancorada por anáfora indireta e anáfora associativa: o acesso ao objeto de discurso se dá por inferência. No caso das anáforas indiretas, Roncarati (2010, p. 149) aponta que se trata da “introdução de um novo objeto de discurso sob

a capa de informação dada, a partir de algum tipo de relação indireta com outros objetos presentes no cotexto ou contexto sociocognitivo”. Assim, é com base nas informações já introduzidas que o interlocutor aciona, por meio de inferência, a ativação do referente. Quanto à questão das anáforas associativas, a autora destaca que corresponde à ativação de um objeto de discurso a partir de uma relação semântica com outro elemento já introduzido no cotexto.

Outros estudiosos podem complementar essa discussão. Segundo Koch (2008b), as anáforas associativas e indiretas correspondem a formas de ativação de objetos de discurso ancorado, ou seja, realizadas com base em elementos dispostos no cotexto, que acabam acarretando a formação de um novo objeto de discurso. Cabe ressaltar que a âncora, conforme aponta Marcuschi (2005, p. 60), corresponde a um fator essencial para o reconhecimento de uma anáfora indireta. Trata-se, segundo o autor, de “uma expressão ou contexto semântico base”, que é indispensável e decisivo para a interpretação da anáfora indireta.

Na visão de Koch (2008), ambas, anáforas associativas e indiretas, não apresentam um referente explícito e exigem a ativação de inferências para que o sentido seja alcançado. Para Cavalcante (2003, p. 113), a anáfora indireta corresponde a um tipo de anáfora sem retomada, “apenas com remissão a uma âncora no co(n)texto”.

Zamponi (2003) prossegue na discussão e chama a atenção para o fato de alguns estudos apontarem a anáfora associativa como uma forma de anáfora indireta. No entanto, a diferença entre ambas é assegurada em virtude da abrangência da anáfora indireta. A anáfora associativa gera uma espécie de estatuto relacional pertinente por revelar uma relação de proximidade com a informação já apresentada no cotexto, relação de parte-todo, por exemplo. Na concepção da autora, o que caracteriza a anáfora associativa é o fato de que elas são expressões anafóricas, pois são definidas em função de informações presentes no cotexto, não atuam correferencialmente e ativam um objeto de discurso novo como se fosse conhecido do interlocutor.

Essa visão é sustentada, também, por Charolles (1999), quando afirma que nas ocorrências de anáfora associativa não existe uma relação direta, mas é construída pelas informações contidas no cotexto e é acessada, em parte, pelo conhecimento partilhado entre o locutor e o interlocutor. Pode-se, assim, considerar que os objetos vão sendo construídos ao longo do discurso. Há, obviamente, marcas

no texto indicando a relação anafórica existente entre os objetos, no entanto, é por meio de conhecimentos comuns e inferências que a anáfora associativa é reconhecida.

Entende-se que tanto a anáfora associativa quanto a anáfora indireta são identificadas por uma espécie de ligação existente com uma informação já explicitada no cotexto. Para a identificação do novo objeto, é indispensável a ativação dos conhecimentos de mundo do interlocutor para que haja a concretização das associações necessárias para a atribuição do sentido. Compreende-se, também, que a diferença básica entre elas está no fato de que, para a interpretação da anáfora associativa, o processo cognitivo é mais “ágil”, isso em virtude da relação um pouco mais evidente com o objeto já mencionado. No caso da anáfora indireta, o processo inferencial é decisivo, pois não há objetivamente um elemento explícito que possibilite a relação.

Considera-se que ambas podem gerar (re)categorizações, pois, conforme aponta Koch (2008b), ao serem ativadas no discurso, geram uma categorização e a retomada por meio de um elemento nominal resulta em uma (re)categorização. Esse procedimento incorpora ao objeto já inserido novas categorias, qualidades e propriedades, necessárias às intenções comunicativas e discursivas do produtor do texto.

Isso posto, nesta investigação, seguindo os pressupostos de Zamponi (2003), considera-se como anáfora associativa um procedimento de retomada, com base em um elemento já presente no cotexto, em que se verifica uma relação de proximidade que agiliza a conexão entre os elementos. Essa condição é explicitada no exemplo I. Por outro lado, a anáfora indireta exige do interlocutor um conhecimento mais amplo a respeito do contexto e um esforço cognitivo para estabelecer conexões mais complexas entre o objeto de discurso e a forma que ele remete. O exemplo J traduz essa condição. Por incorporarem informações novas e importantes no discurso, as anáforas associativas e indiretas também são consideradas relevantes para a análise da subjetividade e da identidade feminina, a partir dos processos de referenciação no texto escrito.

Ex. I (anáfora associativa): Separado há pouco mais de um ano, Alexandre Pato, de 21 anos, mostrou, na semana passada, que seu romance com Barbara Berlusconi

não é mais segredo. **O jogador e a filha do primeiro-ministro italiano** foram vistos em clima de romance. (*Revista Época*, n. 683, junho/2001, p. 72.)

Ex. J (anáfora indireta): O advogado de Edmundo apresentou o pedido de **prescrição do crime** em abril, e aguarda o **julgamento** do STF. Se o caso não for julgado até novembro, a discussão estará superada. Qualquer que seja o critério de contagem de tempo, **o crime** estará **prescrito** e Edmundo **livre**. (*Revista Época*, n. 683, junho/2001, p. 89.)

12. Ativação por processos cognitivos realizados por metáfora, meronímia, mereologia, holonímia, hiponímia e hiperonímia: de acordo as especificações de Roncarati (op. cit.), essa estratégia apresenta como característica a não correferencialidade, a não cossignificação e o sentido é alcançado por inferência. Desse modo, compreende-se que equivale ao modelo de anáfora associativa, exposto na estratégia anterior. Dessa forma, essa estratégia não será considerada na análise, e todas as ocorrências com as características descritas acima serão são incorporadas aos casos de anáforas associativas.

13. Ativação por anáfora esquemática sem linearidade continuativa: caso semelhante ao anterior é observado nessa estratégia, que pode ser comparada a um caso de anáfora indireta. Segundo a autora, trata-se “da introdução de um novo objeto de discurso sob a forma de informação dada”; além disso, sua interpretação está afeta a fatores contextuais e discursivos. Da mesma forma que a situação verificada em 12, os casos que se enquadrem nessa estratégia serão reconhecidos como anáforas indiretas, conforme exposto na estratégia 11.

Discutidos os principais aspectos relativos ao modelo apresentado por Roncarati (2010, p. 139), cabe salientar que, segundo ela, a denominação “estratégias” para o tratamento dos processos de referenciação atende melhor às necessidades metodológicas porque correspondem a “hipóteses operacionais, passíveis de serem modificadas e readaptadas, o que equivale dizer que novos tipos de discursos e formas de comunicação podem requerer o desenvolvimento de novas estratégias”.

De acordo com a autora, as cadeias referenciais sugerem “uma rede multidimensional de pistas prospectivas e retrospectivas na superfície textual,

facilitando, desse modo, a identificação e o domínio de estratégias sociocognitivas de seleção, antecipação, inferência e verificação no processamento textual”. Da mesma forma, Adam afirma que

todas as formas de anáforas e de cadeias de correferência visam, certamente, manter um *continuum* homogêneo de significação, uma isotopia mínima do discurso por **retomadas-repetições**, mas asseguram, ao mesmo tempo, a **progressão** por novas especificações [...]. (ADAM, 2008, p. 145)

A apresentação e a discussão dessas estratégias reafirmam dois pontos importantes para este trabalho: a relevância das estratégias de referenciação para a estruturação do texto e para a efetivação dos sentidos; e o valor para os processos discursivos, visto que, por meio das estratégias empregadas o produtor do texto realiza escolhas com a finalidade de se colocar em seu próprio discurso, bem como exercer influência discursiva sobre o seu interlocutor.

Ressalta-se que foram identificadas as cadeias referenciais que atendem aos propósitos do trabalho, ou seja, a observação da subjetividade e da representação da identidade feminina em situação de violência. Todos os elementos constituintes das cadeias foram considerados sob o ponto de vista organizacional, bem como discursivo. Buscou-se analisar as estratégias empregadas, focalizando quais são as mais representativas sob o ponto de vista da subjetividade e da identidade na linguagem.

CAPÍTULO 2

EXPLORANDO OS TEXTOS

2.1 CONHECENDO OS TEXTOS: ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

Postos os aspectos teóricos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, nesta seção são expostos, de modo mais específico, os procedimentos metodológicos adotados. Assim, são apresentados os textos selecionados para a análise, apontando os argumentos que motivaram as escolhas. Além disso, aspectos relacionados à identificação das CR (subentenda-se cadeias referenciais) também serão detalhados, com o intuito de relacionar o caminho percorrido nas análises como o objetivo do trabalho. Convém lembrar que a investigação visa constatar como os aspectos referentes à subjetividade e à identidade da mulher em condição de violência são representados no texto escrito.

Parte-se do princípio de que o texto corresponde à unidade básica de comunicação. Desse modo, compartilha-se da posição de Koch (2008a), para quem a noção de texto está apoiada em uma concepção de linguagem como atividade interacional, em que os sujeitos são considerados agentes sociais. Assim, o texto, para a autora,

passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. (KOCH, 2008a, p. 188)

Com as considerações de Koch (2008a.) constata-se que as escolhas linguísticas não ocorrem aleatoriamente. O produtor do texto, a partir de suas percepções a respeito das condições comunicativas, como conhecimentos linguísticos, contexto, desejos, relações sociais e culturais, opera suas escolhas, visando minimizar não somente os possíveis equívocos de interpretação, mas solicitando do interlocutor a construção de um ponto de vista, um juízo de valor. Portanto, é em função de intenções que a linguagem escrita é planejada.

Assim, esses pressupostos foram determinantes na seleção dos textos e na escolha da temática, tornando-se o fio condutor da pesquisa. Compreende-se que o

texto escrito apresenta uma importante função social, pois é por meio dele que são veiculados os mais diversos discursos que fundamentam as representações sociais e culturais. Assim, é por meio dos mais diferentes textos que o sujeito se constitui no mundo.

Busca-se, com a investigação, demonstrar que qualquer texto, independente do gênero textual ou do período de produção pode ser objeto de análises que tenham por intuito observar a relação existente entre a linguagem e a sociedade. Nesse caso, para a implementação da pesquisa, desconsidera-se a obrigatoriedade de se eleger um único gênero textual, que, segundo afirma Marcuschi (2008, p. 115), “são formas textuais escritas e orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas”.

Nesse caso optou-se pela análise de dois gêneros textuais distintos, o gênero Carta Notarial e o jornalístico. A escolha está atrelada ao papel social desses textos, levando-se em conta a temática explorada. O foco da análise está na relação da linguagem com a sociedade, considerando que ela tem um papel fundamental na consolidação das práticas sociais. Desse modo, compreende-se adequada a investigação que tenha por intuito verificar o papel da linguagem na construção da identidade feminina. Nesse sentido, a escolha da temática relativa à violência contra a mulher encontra respaldo em representações socialmente cristalizadas que a mulher é colocada em condição de inferioridade em relação ao homem.

Tendo como de partida essa indissociabilidade entre a linguagem e as práticas sociais, considera-se que as cartas notariais são gêneros textuais significativos do ponto de vista histórico, tendo em vista sua função na organização social, política e econômica do Brasil-Colônia. Essa característica acabou refletindo na constituição das regras e paradigmas sociais e culturais, que exercem influência até hoje sobre a nossa sociedade.

Bazerman (2006, p. 83), ao destacar a importância da carta, aponta que a necessidade de tratar assuntos de Estado fez com que esse gênero textual assumisse um papel de destaque na organização da estrutura da sociedade, pois assuntos militares, administrativos e políticos eram tratados por meio dela. Assim, a partir de seus diferentes usos e importância, as cartas chegaram a ser tratadas como documentos.

Considerando o *corpus*, destaca-se que os primeiros textos selecionados para análise foram produzidos no ano de 1798 e constam no livro “*Scripturae nas*

Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas”, de 2007. O material compreende os textos: Texto 1 - doc. 02 [418], Texto 2 – doc. 03 [417] e Texto 3 – doc. 04 [415, 416], intituladas respectivamente: Certidão passada pelo escrivão Caetano Rodrigues Couto, denunciando as medidas do juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros sobre a rematação de órfãos; Certidão expedida por Lionardo Ferreira de Lemos, comunicando as viúvas de que deveriam levar seus filhos ao juiz de orfãos Luis Gomes de Medeiros; Cópia das denúncias feitas pelo escrivão Francisco Rodrigues Ferreira sobre as arbitrariedades praticadas pelo juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros em relação aos filhos das viúvas e solteiras.

Por se tratar de uma sequência de três documentos que abordam o mesmo assunto, optou-se por proceder à análise em um único tópico, relacionando-os. Os textos correspondem a documentos notariais que relatam os abusos cometidos contra as mulheres, mães solteiras e viúvas, que têm os filhos retirados de seu convívio e levados para servir às autoridades da época.

Esses documentos resultam de estudos que visam resgatar a história linguística do Paraná, por meio da edição de documentos antigos que correspondem a cartas trocadas entre as autoridades das antigas vilas que hoje constituem municípios do Estado. Tais documentos foram encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo e são, em grande parte, documentos enviados pela Câmara de vereadores das vilas de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Vila Nova do Príncipe e Castro. Essas cartas, quando recebidas, eram registradas em livros próprios por escrivães e, assim, serviam para orientar as autoridades quanto aos procedimentos administrativos e legais na condução de determinados assuntos na vila.

No caso das matérias jornalísticas veiculadas em revistas de circulação nacional, é necessário destacar que foram eleitas para a análise, em função do papel da mídia na constituição da sociedade e nas ações dos sujeitos. Para Guerra (2008, p. 99), a imprensa, levando-se em conta os discursos⁷ que ela preconiza, participa tanto da constituição dos sujeitos quanto da definição dos modelos das relações sociais.

⁷ A relação entre discurso e identidade será explorada no capítulo 3.

Independentemente dos discursos veiculados pelos suportes em que os textos analisados foram dispostos, no que se refere à representação da identidade feminina, é possível verificar a partir dos trabalhos de Guerra (2008), Fabrício & Moita Lopes (2002) e de Sgarbieri (2003), por exemplo, que a mídia é fundamental tanto na constituição dessa identidade, como na manutenção ou na alteração das representações da mulher na sociedade. De acordo com Sgarbieri (2003, p. 294), “a mídia não só incorpora elementos da realidade, mas também modula, re-dimensiona e re-cria essa mesma realidade, podendo ou não reforçá-la”.

Com base nesses pressupostos, o quarto texto analisado é matéria retirada da Revista Reader's Seleções, de 2001, e aborda a questão dos crimes em defesa da honra cometidos contra meninas e mulheres muçulmanas, da região da Palestina. Intitulado “Morrendo de vergonha” e produzido por Sally Armstrong, o texto, apesar de ter sido escrito há dez anos, explora um tema atual e polêmico, especialmente para a sociedade ocidental: o modo como a mulher é tratada na cultura muçulmana.

Verifica-se que fatores religiosos e culturais de uma comunidade restrita entram em choque com órgãos e legislações internacionais de direitos humanos e da mulher, ocasionando um impasse, que mesmo nos dias atuais parece de difícil solução. Com a análise dos processos de referenciação desse tipo de texto, busca-se observar como os aspectos sociais e culturais são apresentados, reforçados ou alterados, indicando a forma como a mulher em situação de violência é representada.

Quanto ao texto 5, corresponde à matéria jornalística produzida por Lucila Soares, da Revista Veja, e tem como título “O fim do silêncio”. A matéria foi publicada na edição 1947, de 15 de março de 2006, e trata de casos de mulheres vítimas de violência doméstica que decidem denunciar seus agressores. A jornalista relata histórias de situações de violência, agregando números percentuais que revelam a situação vivida no País por muitas delas. Destaca o perfil das agredidas e aborda a questão da legislação e das políticas públicas desenvolvidas para defendê-las ou protegê-las.

A partir da identificação das cadeias referenciais e dos elementos de referenciação, pode-se observar como ocorre a representação da mulher em situação de violência quando assume a inovadora postura de denunciante de seus

agressores. Essa atitude busca romper com o paradigma de submissão e inferioridade que marca a condição social e cultural da mulher.

Por fim, no último texto analisado, considerou-se a matéria selecionada da revista Fórum, de agosto de 2010, que tem como título “E a culpa é da mulher...” Esse texto encontra-se disponível no site do Instituto Patrícia Galvão, que foi criado com o intuito de debater e divulgar os direitos da mulher. Verifica-se que a matéria está subdividida em outros textos denominados, respectivamente, “A banalização e o padrão da violência”, “Prática e capacitação”, “Classes sociais e justiça efetiva” e “Lei Maria da Penha: uma ação feminista”.

A análise foi realizada de modo individualizado e somente os dois primeiros textos foram considerados para esta investigação: “E a culpa é da mulher...” e “A banalização e o padrão da violência”. Ressalta-se que a exclusão dos demais textos não influencia a análise da matéria, pois um independe do outro, embora apresentem aspectos comuns, como o modo com que as mulheres são denominadas e as formas de violências a que estão subordinadas.

O primeiro trecho analisado, “E a culpa é da mulher...”, trata de casos de violência contra a mulher, enfatizando o fato de que a vítima é, na maioria das vezes, considerada a culpada pelas agressões que sofre. A causa está atrelada à sua moral e conduta, principalmente no que se refere às relações amorosas e à vida conjugal. Nesse trecho, fica evidente a condição de submissão da mulher, refletindo uma representação que prevaleceu durante muito tempo.

No segundo trecho analisado, intitulado “A banalização e o padrão da violência”, verifica-se o tratamento de modo específico das formas de violência mais comuns praticadas contra as mulheres. São expostos fatos em que a mulher é agredida, enfatizando procedimentos ainda comuns em nossa sociedade.

Todos os aspectos referentes à representação da mulher em situação de violência são analisados com base nas estratégias empregadas no processamento referencial do texto e nas escolhas linguísticas realizadas, a partir do modelo de Roncarati (2010), já discutido e adaptado para a análise. Ressalta-se que a opção pela apresentação dos textos antes das análises e não ao final do trabalho teve por objetivo facilitar a observação dos dados.

Após cada texto, os elementos das CR identificadas são relacionados e classificados de acordo com a estratégia empregada. Em seguida, as CR são novamente relacionadas de modo sintetizado, o que possibilita visualizar a

sequência dos objetos de discurso nos textos, bem como os movimentos de ativação, desativação e reativação de objetos, aspectos relevantes para esta investigação. Os dados obtidos a partir da análise desses elementos serviram de base para as reflexões a respeito da subjetividade e da representação da mulher nos textos.

2.2 TEXTO 1

Nº Doc.: 02 [418]
Composição: fólio 1 r
Assunto/resumo: Certidão passada pelo escrivão Caetano Rodrigues Couto denunciando as medidas do juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros sobre a rematação de órfãos.
Datação: 20/julho/1798
Autor: Caetano Rodrigues Couto.

Caetano Rodrigues Couto EsCrivam
 de Orfaõs Camará e maís aneíxos
 nesta Villa e Seo termo et cetera
 Certefico que o Capitaõ Luís
 Gomes de Medeiros Juís de Orfaõs
 Trianal nesta Villa e Seo termo tem
 mandado Vir a Suá presença a *muitos*
 Orfaõs e Entre estes alguns [1] **fi**
lhos de Mulheres Solteira, e otros –
 de Paý, e os fas rematar pondo a Se
 Larios a *quem* por elles mais dá e a maýor
 parte delles foýem do poder de *quem*
 os remata e por Ser isto Verdade, e
 me Ser pedido a *presente* pello Capítam Mor
 Autual desta Villa Francisco Rodrigues Ferreira
 passo na Verdade o referido em fé
 de que me aSigno Villa Antonina
 20 de Julho de 1798

Caetano Rodrigues Couto

[1] filhos de Mulheres Solteira: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única, não configurando a formação de cadeia.

2.3 TEXTO 2

Nº Doc.: 03 [417]
Composição: fólio 1 r
Assunto/resumo: Certidão expedida por Lionardo Ferreira de Lemos comunicando as viúvas para levarem seus filhos ao juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros.
Datação: 20/agosto/1798
Autor: Leonardo Ferreira Lemos.

Lionardo Ferreira de Lemos Luis Ventenario do distrito da Capella dos Moretes por provizam do Senado da Camera et cetera et cetera Sertefico que por ordem que tive do autual Luis de orfos Capitam Luis gomes de Medeiro notefiquei a [1] **todas as Mulheres Viuu a e solteiras** que haviam naquele destrito e [2] Ø tinham fi

lhos de menor idade para o levarem a prezenssa do mesmo -
Juis porque aSim o iziCutei passa tudo-na verdade e por me
Cer esta pidida passo por minha Letra e Sinal Villa -
Antonina 20 de Agosto de 1798
Lionardo Ferreira De Lemos

Cadeia Referencial 1

[1] todas as Mulheres Viuu e solteiras: introdução ou ativação de objeto de discurso.

[2] Ø: retomada implícita por elipse, com correferencialidade.

2.4 TEXTO 3

Nº Doc.: 04 [415]
Composição: fólio 1 r

Assunto/resumo: Cópia das denúncias feitas pelo escrivão Francisco Rodrigues Ferreira sobre as arbitrariedades praticadas pelo Juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros em relação aos filhos das viúvas e solteiras.
Datação: 12/ outubro/1798
Autor: Francisco Rodrigues Ferreira.

[[12-outubro-1798]] [[Antonina]] [[Juiz de Órphaõs]]

[[12-1-6]]

[[Copia]] *Ilustrissimo e Excelentissimo* Senhor Antonio Manoel de Mel=lo Castro e Mendoça = os repetidos clamores das **[1] mizeraveis Viuvas, e Solteiras** habitantes no termo desta Villa me obrigou apôr na prezença de *Vossa Excelencia* o motivo das suas vexações: o actual luiz deOrfaons oCapitam Luis Gomes de Medeiros tem mandado tirar os filhos e filhas das **[2] mizeraveis Viuvas e Solteiras** e os poem em praça publica fazemdo-os rematar a quem os Leva para se servir delles com o titulo de pagarem Sellario como orfaons, cujo Sellario alem de ser modico não chegaõ a receber os mizeraveis porque em custas se desmanchaõ, vindo por este motivo a ficarem **[3] estas pobres em total dezamparo** nas longas vivendas de suas habitaçoens, pela falta de seus *filhos* ficando sem quem **[4] os** ajude a trabalhar para **[5]** Ø poderem viver, e por esta forma ficaõ **[6] dispidas as Mays**, para vestir aos es tranhos, ficando **[7] aquellas** em huã total necessidade e dezamparo, e por fim inda os *filhos* sem nada, pois não consta que nenhum dos asallariados, tendo idade, Levantasse do cofre sellario por que se nesteCofre se recolhe algum dinheiro, em custas tudo se some, e por estemodo vivem corridos e perturbados chegando a dezertarem a maior parte para fora do termo desta Villa, talves pela má vida que exprimentaõ nos seus Senhorios, a crescendo que a maior parte dos Rematantes saõ os parentes do mesmo luiz; Omesmo luiz prende e poem de tronco a pessoas da Ordenança como fes apoucos dias a Thomas Cordeiro, com o fundamento de que mandando chamar lhe não veio logo, quando este chamado hera para Serviço seu. Tendo eu Re=petidas queixas **[8] destas pobres**, e querendo a tranquillidade e socego Nesta Villa, me não atrevo a obrar nada por Recear

funestos acontecimentos, como de continuo se vê, e por essa Razaõ
 procuro em nome [9] **das mesmas** o amparo de Vossa Excelencia, para que
 como Senhor ponha os olhos nelles. Querendo eu averiguar
 esta verdade a fim de não pôr na presença de Vossa Excelência couza du=
 vidoza, mandei vir a *minha* presença o Escrivão e Ventenário e am=
 35 bos me certificaraõ o que verá Vossa Excelencia dessas Certidoens, ainda da
 pe

Nº Doc.: 04 [416]
Composição: fólho 1 v
Assunto/resumo: Cópia das denúncias feitas pelo escrivão Francisco Rodrigues Ferreira sobre as arbitrariedades praticadas pelo Juiz de órfãos Luis Gomes de Medeiros em relação aos filhos das viúvas e solteiras.
Datação: 12/ outubro/1798
Autor: Francisco Rodrigues Ferreira.

petição junta. Deos guarde a Vossa Excelencia por dilatados annos.

Villa Antonina 12 de Outubro de 1798= De Vossa Excelencia=

O mais obdiente Subdito e Criado = Francisco Rodrigues Ferreira

Cadeia Referencial 1: miseraveis Viuvas,e Solteiras

- [1] miseraveis Viuvas,e Solteiras: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [2] miseraveis Viuvas e Solteiras: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [3] estas pobres em total dezamparo: remissão por (re)categorização predicativa.
- [4] os (as): retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [5] Ø: retomada implícita por elipse, com correferencialidade.
- [6] dispidas as Mays: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [7] aquellas: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [8] destas pobres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [9] das mesmas: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Agrupamento das CR

Texto 1 - Menção única

- [1] Mulheres Solteira: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

Texto 2 - CR1

[1] todas as Mulheres Viúua e solteiras $\Rightarrow$ [2] $\emptyset$.

Texto 3 - CR 1

[1] miseraveis Viúvas,e Solteiras $\Rightarrow$ [2] miseraveis Viúvas e Solteiras $\Rightarrow$ [3] estas pobres em total dezamparo $\Rightarrow$ [4] os (as) $\Rightarrow$ [5] $\emptyset \Rightarrow$ [6] dispidas as Mays $\Rightarrow$ [8] destas pobres $\Rightarrow$ [9] das mesmas.

Os textos 1, 2 e 3 correspondem a uma sequência de documentos que foram selecionados por manterem uma relação entre si. Eles atestam o fato de o juiz de órfãos, Luís Gomes de Medeiros, retirar os filhos das mães viúvas e solteiras. A análise das três cartas tem o intuito de demonstrar como o objeto de discurso *mulheres viúvas e solteiras* é apresentado em cada um dos documentos, para posterior observação da sua evolução levando-se em conta todos os textos.

A investigação revela que no texto 1 há somente a ativação ou introdução em menção única do objeto de discurso [1] *filhos de mulheres solteira*⁸, sendo que o que interessa para a análise é a especificação de mulheres solteira, não configurando uma cadeia referencial. Ocorre a ativação por meio de elementos lexicais, o que caracteriza uma categorização. No texto 2, da mesma forma, o objeto de discurso [1] *todas as Mulheres Viúua e solteiras* é ativado, havendo também uma categorização. Ao ser retomado por elipse, verifica-se a configuração de uma cadeia referencial linear. O emprego de elipse é um procedimento correferencial, ou seja, que mantém uma ligação direta com o elemento retomado. Essa prática é recorrente na língua portuguesa, indicando apenas a continuidade textual, visto que não são acrescentadas novas informações ao objeto de discurso presente no cotexto.

No que se refere ao texto 3, verifica-se a linearidade do objeto de discurso [1] *miseraveis Viúvas,e Solteiras*, que, após ativado, é retomado por meio de repetições como em [2] *miseraveis Viúvas e Solteiras*, de elipses, de pronominalizações e por remissão por (re)categorização predicativa como observado em [3] *estas pobres em total dezamparo*, com acréscimo de

⁸ Salienta-se que os textos sob análise preservam a grafia original dos manuscritos. Esse procedimento é mantido na análise do material.

propriedades ao objeto já conhecido do interlocutor. Da mesma forma, novas informações são agregadas ao texto em [6] dispidas as Mays, com a ativação por meio de anáfora indireta, ancorada em elementos do cotexto como estas pobres em total deamparo. Entende-se que o sentido a esse objeto é alcançado por inferência, conforme Roncarati (2010), devido à ausência de correferencialidade ou relação direta com o elemento que ele remete.

Nessa cadeia, a identificada no texto 3, verifica-se que ocorre o emprego de formas nominais e pronominais de modo equilibrado. Observa-se que as retomadas correferenciais por pronominalização cooperam para a manutenção do foco no objeto de discurso, ao mesmo tempo em que asseguram o fluxo textual.

Embora os textos tenham sido produzidos por autores diferentes e em datas distintas, o foco mantém-se no mesmo assunto. Essa característica permite acompanhar a evolução dos objetos de discurso, nesse caso da forma “*mulheres Solteira*”, com a intenção de observar como ele é apresentado e o papel que desempenha no âmbito discursivo. Ao serem ativados nos textos [1] *mulheres solteira*, [1] *todas as Mulheres Viuva e solteiras* e [1] *mizeraveis Viuvas,e Solteiras*, ocorre uma categorização dos objetos de discurso. Entende-se que se trata de um mesmo objeto “*mulheres*”. No entanto, esse objeto, ao ser ativado nos textos, apresenta ao interlocutor novas propriedades, novas predicções a respeito do objeto.

Ocorre uma progressão no nível informacional. No texto 3, a forma *mizeraveis* representa uma característica atribuída ao objeto de discurso que aponta para um novo patamar, sugerindo a relevância desse elemento dentro do texto, principalmente perante o interlocutor. Lembrando que, no texto 3, o autor solicita providências em defesa das mulheres da Vila. O emprego do objeto de discurso *mizeraveis* pode ser interpretado como um apelo no sentido de sensibilizar as autoridades.

Constata-se, por meio das cadeias, que os elementos referenciais presentes no texto não apontam explicitamente para o fato de as mulheres da época estarem sendo submetidas a algum tipo de violência. A ênfase está na condição frágil e dependente da mulher, que é caracterizada como “miserável” e “pobre”. A ausência de elementos linguísticos explícitos que apontem como uma forma de violência o fato de os filhos estarem sendo retirados das mães viúvas e solteiras, evidencia o

modo como aquela sociedade reconhece a mulher, tornando-se relevante para as discussões que serão implementadas no capítulo seguinte.

2.5 TEXTO 4

Revista Reader's Digest Seleções, julho/2001

Morrendo de vergonha

Ainda hoje [1] **mulheres inocentes** são [2] **assassinadas** para proteger a família da “densonra”

Por Sally Armstrong

O flerte foi um erro que custou caro a [3] **Samera**, que tinha apenas 15 anos quando seus vizinhos de Salfeet, pequena cidade palestina da WestBank, viram- [4] **na** conversando [5] **sozinha** com um rapaz. A honra da família estava em jogo e o casamento foi rapidamente arranjado. Aos 16 anos, [6] **ela** teve um filho.

Cinco anos depois, não mais suportando aquele casamento forjado, [7] **ela** fugiu. Segundo contam, [8] Ø passou de um homem a outro enquanto [9] Ø ia de lugar em lugar. Por fim, em julho de 1999, a família conseguiu alcançá- [10] **la**. [11] **Ela** foi encontrada dentro de um poço, com o pescoço quebrado. O pai disse ao médico legista que [12] **a filha** se suicidara. Mas todos sabiam que [13] **Samera** fora [14] **vítima de um homicídio em defesa da honra** – [15] Ø tinha sido [16] **morta** pela própria família porque seus atos haviam desonrado seu nome.

Nadera Shalhoub- Kevorkian, advogada dedicada à luta pelos direitos das mulheres palestinas, também sabia disso. Ela entrou no gabinete do legista e exigiu uma autópsia. Acusações foram feitas contra a mãe e o irmão de Samera, mas Nadera sabia que de nada valeriam. Na West Bank, a legislação da Autoridade Palestina permite que se mate em defesa da honra. Os pais de Samera agora percorrem as ruas de seu bairro de cabeça erguida, aliviados porque a honra da família foi restabelecida.

[17] **O caso de Samera** é apenas um entre as dezenas que Nadera vem acompanhando de seu modesto escritório na Universidade Hebraica, em Jerusalém. A criminologista de 41 anos, assistente social e professora, leva [18] **casos como o de Samera** ao tribunal, exigindo soluções. Procedendo assim, está rompendo um

código de silêncio que envolve um costume antigo praticado em todo o Oriente Médio, tanto por cristãos quanto por muçulmanos.

[19] **Mulheres estupradas**, que são consideradas [20] **promíscuas** ou que se recusam a aceitar casamentos por conveniência estão sendo [21] **mortas a tiro** ou [22] **golpes na cabeça**, [23] **estranguladas**, [24] **mutiladas**. Na West Bank e em Gaza, cerca de [25] **23 palestinas** foram [26] **vítimas** [27] **desse tipo de violência** em 1999. [28] **Outras centenas** podem estar [29] **escondidas**. Enquanto isso, [30] **uma irmandade de mulheres árabes** foi formada, desafiando a lei enquanto [31] **Ø** lutam por transformações.

[32] **A irmandade** é acusada de promover a promiscuidade, de destruir a família tradicional pela forças que perderão o poder se o *status quo* for derrubado. Os chefes tribais, por exemplo, perderiam seu papel de controladores culturais e os líderes religiosos também teriam de se curvar ao poder popular. Para ativistas como Nadera, que durante a última década vêm combatendo um inimigo invisível – as forças políticas, culturais e religiosas -, esse é o fator principal. E [33] **milhares de mulheres** contam com [34] **elas**.

“Não me venham falar de [35] **homicídio em defesa da honra**”, diz Nadera no clube do corpo docente da Universidade Hebraica. “Essas palavras não combinam. Isso é [36] **‘femicídio’**, [37] **matança de mulheres**.”

A campanha de Nadera começou quando ela instalou uma linha direta em 1993, logo depois que um de seus alunos lhe contou que [38] **a prima** fora [39] **estuprada**. Quando tentou ajudar [40] **a moça**, descobriu que ninguém queria saber do caso: nem a família, nem a equipe do hospital. Para [41] **as vítimas** não havia abrigos, assistência psicológica, nenhum tipo de apoio.

Uma das primeiras ligações para a linha direta foi de [42] **uma garota de 15 anos**: “Um dia, quando [43] **eu** tinha 10 anos, [44] **Ø** estava sozinha em casa e um vizinho, Wajeeh, bateu à porta, querendo açúcar emprestado. [45] **Ø** Abri a porta porque estamos habituados a esses empréstimos. Mas ele [46] **me** derrubou no chão, puxou minha saia e a calcinha e [47] **me** fez algo que doeu muito. Quando ele ia saindo, minha mãe e meu irmão mais velho chegaram. Os dois começaram a [48] **me** espancar, gritando: ‘É melhor [49] **você** morrer!’”

[50] **A garota** tornou- [51] **se** [52] **prisoneira** na própria casa até completar 14 anos e ter idade para [53] **se** casar com Wajeeh. Nunca mais [54] **Ø**

viu os amigos nem voltou à escola, e até hoje [55] **se** culpa por ter aberto aquela porta. Casos como esse é que levaram Nadera a enfrentar o sistema e fundar a unidade social do Centro Feminino para Auxílio Jurídico e Aconselhamento, em Jerusalém.

Nadera pagou caro por suas atitudes. Dias depois de comentar em público o caso de uma jovem de 17 anos que fora currada, seu carro foi parado na estrada entre a cidade Ramallah, na West Bank, e Jerusalém. Três homens agarraram-na pela garganta, espancaram-na com bastões cravados com pregos e fugiram. Ela entendeu o recado, mas se recusa a desistir.

As raízes venenosas do homicídio em defesa da honra são seculares, datando da era pré-islâmica, quando os homens eram encorajados a enterrar vivas as filhas, para evitar a possibilidade de estas crescerem e virem a desonrar a família.

O costume nada tem a ver com o Alcorão e, segundo estudiosos do islamismo, o profeta Maomé quis acabar com ele. Apesar disso, ele prosperou e estendeu tentáculos mortíferos para grande parte da Ásia, onde, no Paquistão, no Afeganistão e no Irã, [56] **as mulheres acusadas de infidelidade** são [57] **apedrejadas** até a morte.

Com o tempo, isso gerou um legado de medo para [58] **as mulheres** e uma estranha dualidade: ao mesmo tempo em que são consideradas [59] **criaturas frágeis**, necessitando de proteção, [60] **elas** são vistas como [61] **jezebéis malignas**, das quais a sociedade precisa se proteger. Esse fardo de uma cultura antiga apresenta o macho como o único protetor da [62] **fêmea** e que, portanto, deve ter controle absoluto sobre [63] **ela**. Se sua proteção é violada, ele perde a honra, pois deixou de protegê- [64] **la** ou não [65] **a** educou corretamente.

Na West Bank e na Jordânia, a lei diz que matar [66] **uma mulher** é justificável, pelos “princípios da honra”, quando o marido ou a família encontra [67] **a mulher** tendo relações sexuais.

O incrível é que tudo está ligado ao conhecimento público. Se o “crime” não é revelado, não há pressão para se tomarem providências. Mas, se vem a público, a vida [68] **da moça** se torna o instrumento para censurar as más línguas e salvar a honra da família.

Segundo Nadera, a morte é apenas uma das formas do [69] **femicídio**. Outra possibilidade é passar a vida inteira sob [70] **ameaça social**, como manter [71] **a moça** fora da escola ou forçá- [72] **la** ao casamento. A segunda é [73] **a**

ameaça ativa de matar. A terceira é [74] **o ato de tentar matar a filha:** são muitos os testemunhos trágicos de [75] **sobreviventes de ataques assassinos.** A quarta é o [76] **homicídio.**

Escapar impune é muito fácil. O Dr. Jalal Aljabri, diretor do Centro de Medicina Legal para a Autoridade Palestina, em Jerusalém Oriental, afirma ser raro um caso em que o homicídio em defesa da honra é a causa oficial da morte. “Em nossa cultura, todos sabem, mas ninguém fala. Tenho casos em que se diz que *causa mortis* é um ferimento por arma de fogo. No íntimo, sei o que realmente ocorreu, mas o que posso fazer?”

Seu colega na Jordânia, o Dr. Hani Jahshan, narra casos e mais casos de [77] **mulheres** que chegam à sua mesa de autópsia, [78] **vítimas de homicídios em defesa da honra.** “As famílias me trazem [79] **moças** para serem examinadas depois de um ataque sexual. Digo aos pais que [80] **elas** são [81] **inocentes,** mas algumas semanas depois [82] **elas** retornam, [83] **mortas.**” Não se trata de crime de estupro ou morte. O crime é a perda da castidade.

Em 1999, e também em 2000, várias organizações uniram-se numa campanha contra o homicídio em defesa da honra. Depois de colher mais de 16 mil assinaturas, a campanha ousou exigir que o governo da Jordânia modificasse a lei, tornando as penas para esse crime equivalentes às de outros homicídios. A solicitação foi recusada duas vezes pela Câmara Baixa do Parlamento da Jordânia. Eles agora esperam que a consciência pública e a pressão internacional ajudem a modificar a lei. Entretanto, o consultor jurídico da campanha, o advogado jordaniano Asma Khader, sabe que não basta modificar a legislação. “Precisamos enviar ao povo uma mensagem cultural, mostrando que isso não é mais aceitável.”

Na Clínica da Dra. Salwa Al-Najjab, ginecologista e obstetra de Ramallah, que faz parte do conselho do Centro Feminino, há sempre alguém em busca de informações sobre o hímen. Ainda se acredita que [84] **a mulher** deve sangrar na noite de núpcias, como prova da virgindade. Outro médico diz: “Quando me pedem que examine [85] **uma jovem** e verifique se seu hímen está intacto, sempre digo que está. Como poderia dizer que não, sabendo que [86] **a matariam?**”

Faltando uma semana para a véspera do Natal, Nadera e eu deixamos Jerusalém com destino a uma reunião do conselho do Centro Feminino em Ramallah. Os enfeites brilhantes e as vestes dos sacerdotes e *mullahs* (mestres em doutrina e lei religiosa muçulmana) são recordações pungentes das origens desta

terra santa. Mas, ao passarmos pelo Portão de Moghrabi para a Cidade Velha, Nadera para o carro e diz: “Está vendo a aldeia junto ao portão? É Silwan. Em outubro, [87] **três mulheres foram mortas** lá, por ditos crimes contra a honra. Agora, até mesmo [88] **as meninas pequenas** estão [89] **apavoradas**.”

Em Ramallah, [90] **as mulheres** encontram- [91] **se** na sala de reuniões de um hotel. [92] Ø Seguem uma pauta que visa à criação de abrigos femininos, a novas leis de emancipação de mulheres e meninas. Lá fora, enquanto o sol se põe atrás de uma colina rochosa na antiga Palestina, os lamentos de um *mullah* chamam o povo para as orações.

É o ramadã, o mês sagrado do ano islâmico. Enquanto os muçulmanos jejuam em Ramallah e os cristãos se dirigem de Jerusalém para Belém, [93] **as mulheres** reunidas naquele hotel lutam pela vida [94] **das mulheres** cujos homens estão rezando.

Cadeia Referencial 1: mulheres inocentes

- [1] mulheres inocentes: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [2] assassinadas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [19] mulheres estupradas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [20] promíscuas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [21] mortas a tiro: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [22] golpes na cabeça: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [23] estranguladas: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [24] mutiladas: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [27] vítimas desse tipo de violência: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 2: Samera

- [3] Samera: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [4] na: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [5] sozinha: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [6] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [7] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [8] Ø: retomada implícita por elipse.
- [9] Ø: retomada implícita por elipse.

- [10] Ia: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [11] Ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [12] a filha: remissão por (re)categorização predicativa.
- [13] Samera: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [14] vítima de um homicídio em defesa da honra: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [15] Ø: retomada implícita por elipse.
- [16] morta: remissão por (re)categorização predicativa.
- [17] O caso de Samera: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [18] os casos como o de Samera: retomada explícita por repetição de item lexical.

Cadeia Referencial 3: 23 palestinas

- [25] 23 palestinas: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [26] vítimas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [28] outras centenas: retomada por procedimento lexical.
- [29] escondidas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 4: uma irmandade de mulheres árabes

- [30] uma irmandade de mulheres árabes: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [31] Ø: retomada implícita por elipse.
- [32] A irmandade: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [34] elas: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 5: milhares de mulheres

- [33] milhares de mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [58] as mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [59] criaturas frágeis: remissão por (re)categorização predicativa.
- [60] elas: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [61] jezebéis malignas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [62] fêmea: ativação ancorada por anáfora associativa.
- [63] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [64] Ia: retomada explícita por pronominalização correferencial.

- [65] a: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [77] mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [78] vítimas de homicídio em defesa da honra: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [79] moças: retomada implícita por procedimentos lexicais.
- [80] elas: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [81] inocentes: remissão por (re)categorização predicativa.
- [82] elas: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [83] mortas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [84] a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [85] uma jovem: ativação ancorada por anáfora associativa.
- [86] a: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 6: femicídio

- [35] homicídio em defesa da honra: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [36] femicídio: remissão por (re)categorização predicativa.
- [37] matança de mulheres: ativação ancorada por anáfora associativa.
- [69] femicídio: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [70] ameaça social: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [73] a ameaça ativa de matar: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [74] o ato de tentar matar a filha: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [76] homicídio: retomada explícita por repetição de item lexical.

Cadeia Referencial 7: a prima

- [38] a prima: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [39] estuprada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [40] a moça: retomada por procedimento lexical.
- [41] as vítimas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 8: uma garota de 15 anos

- [42] uma garota de 15 anos: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [43] eu: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [44] Ø: retomada implícita por elipse.
- [45] Ø: retomada implícita por elipse.

- [46] me: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [47] me: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [48] me: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [49] você: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [50] A garota: retomada explícita por repetição de item lexical
- [51] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [52] prisioneira: remissão por (re)categorização predicativa.
- [53] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [54] Ø: retomada implícita por elipse.
- [55] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 9: as mulheres acusadas de infidelidade

- [56] as mulheres acusadas de infidelidade: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [57] apedrejadas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 10: uma mulher (West Bank e na Jordânia)

- [66] uma mulher: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [67] a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [68] da moça: ativação ancorada por anáfora associativa.
- [71] a moça: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [72] Ia: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 11: as meninas pequenas

- [88] as meninas pequenas: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [89] apavoradas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 12: as mulheres (Ramallah)

- [90] as mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [91] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [92] Ø: retomada implícita por elipse.
- [93] as mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [94] das mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.

Menção única

[75] sobreviventes de ataques assassinos: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

[87] três mulheres foram mortas: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

CR1

[1] mulheres inocentes ⇒ [2] assassinadas ⇒ [19] mulheres estupradas ⇒ [20] promíscuas ⇒ [21] mortas a tiro ⇒ [22] ⇒ golpes na cabeça ⇒ [23] estranguladas ⇒ [24] mutiladas ⇒ [27] desse tipo de violência.

CR 2

[3] Samera ⇒ [4] na ⇒ [5] sozinha ⇒ [6] ela ⇒ [7] ela ⇒ [8] ∅ ⇒ [9] ∅ ⇒ [10] la ⇒ [11] Ela ⇒ [12] a filha ⇒ [13] Samera ⇒ [14] vítima de um homicídio em defesa da honra ⇒ [15] ∅ ⇒ [16] morta ⇒ [17] O caso de Samera ⇒ [18] Os casos como o de Samera.

CR3

[25] 23 palestinas ⇒ [26] vítimas ⇒ [28] outras centenas ⇒ [29] escondidas.

CR4

[30] uma irmandade de mulheres árabes ⇒ [31] ∅ ⇒ [32] A irmandade ⇒ [34] elas.

CR5

[33] milhares de mulheres ⇒ [58] as mulheres ⇒ [59] criaturas frágeis ⇒ [60] elas ⇒ [61] jezebéis malignas ⇒ [57] fêmea ⇒ [58] ela ⇒ [59] la ⇒ [60] a ⇒ [77] mulheres ⇒ [78] vítimas de homicídio em defesa da honra ⇒ [79] moças ⇒ [80] elas ⇒ [81] inocentes ⇒ [82] elas ⇒ [83]

CR6

[35] homicídio em defesa da honra ⇒ [36] femicídio ⇒ [37] matança de mulheres ⇒ [69] femicídio ⇒ [70] ameaça social ⇒ [73] a ameaça ativa de matar ⇒ [74] o ato de tentar matar a filha ⇒ [76] homicídio.

CR7

[38] a prima ⇒ [39] estuprada ⇒ [40] a moça ⇒ [41] as vítimas.

CR8

[42] uma garota de 15 anos $\Rightarrow$ [43] eu $\Rightarrow$ [44] $\emptyset$ $\Rightarrow$ [45] $\emptyset$ $\Rightarrow$ [46] me $\Rightarrow$ [47] me $\Rightarrow$ [48] me $\Rightarrow$ [49] você $\Rightarrow$ [50] A garota $\Rightarrow$ [51] se $\Rightarrow$ [52] prisioneira $\Rightarrow$ [53] se $\Rightarrow$ [54] $\emptyset$ $\Rightarrow$ [55] se.

CR9

[56] as mulheres acusadas de infidelidade $\Rightarrow$ [57] apedrejadas.

CR10

[66] uma mulher $\Rightarrow$ [67] a mulher $\Rightarrow$ [68] da moça $\Rightarrow$ [71] a moça $\Rightarrow$ [72] la.

CR 11

[88] as meninas pequenas $\Rightarrow$ [89] apavoradas.

CR 12

[90] as mulheres $\Rightarrow$ [91] se $\Rightarrow$ [92] $\emptyset$ $\Rightarrow$ [93] as mulheres $\Rightarrow$ [94] das mulheres.

Menção única

[75] sobreviventes de ataques assassinos.

[87] três mulheres foram mortas.

Seguindo a proposta da investigação, foram identificadas no texto 12 cadeias referenciais. Além das cadeias selecionadas, também foram apontados elementos referenciais de menção única, reconhecidos como importantes dentro da proposta de análise.

O detalhamento de cada uma das cadeias revelou que, na primeira, o objeto de discurso é ativado por procedimento lexical, [1] *mulheres inocentes*, mantido por meio de remissão por (re)categorização predicativa conforme [2] *assassinadas* e [19] *mulheres estupradas*, que agregam novas informações ao objeto primeiramente ativado. O objeto de discurso [19] *mulheres estupradas* sofre novas (re)categorizações com a inserção dos objetos de discurso [20] *promíscuas* e *vítimas desse tipo de violência* verificado em [27]. Essas remissões incorporam propriedades inéditas ao objeto já conhecido e promovem uma movimentação das informações no interior do texto, atuando como uma estratégia argumentativa bastante produtiva. Desse modo, esta CR, que se estende ao longo do texto, apresenta movimentos de desfocalização e retomada do objeto de discurso, com o acréscimo de características que são relevantes para o trabalho.

A CR 2 é configurada pela introdução do objeto de discurso [3] *Samera*, que corresponde a uma ativação por meio de um nome próprio, representando a

categorização do objeto de discurso. O nome próprio, quando retomado por meio de uma expressão nominal, resulta em uma (re)categorização, conforme aponta KOCH (2008b, p. 107). Esse procedimento foi constatado em [12] *a filha* que remete a [3] *Samera*, incorporando ao objeto novas propriedades. A mesma estratégia é empregada em [16] *morta*, que remete ao objeto de discurso [14] *vítima de um homicídio em defesa da honra*, considerado na análise como uma ativação ancorada por anáfora indireta. As predicções atribuídas ao elemento *vítima* atuam como âncora para que o interlocutor acesse o sentido. Conforme visto em Koch (2008b), Marcuschi (2005) e Cavalcante (2003), o elemento âncora é primordial para concretização da anáfora indireta.

As pronominalizações, as elipses e as repetições de itens lexicais são as formas de retomada mais empregadas na cadeia. Essas estratégias correferenciais, ou seja, que referem diretamente o objeto de discurso anteriormente ativado, não acrescentam novas informações ao texto. Elas apenas colaboram para a organização textual e para a manutenção do fluxo informacional.

Na comparação com as demais cadeias referenciais presentes no texto, a CR 2 pode ser considerada extensa. A movimentação dos objetos de discurso preserva a continuidade do texto e permite que o objeto *Samera* permaneça ativo na memória do interlocutor durante certo tempo. Ao ser desativado em virtude da introdução de um novo objeto, ele não retorna a posição focal.

Na análise da CR 3, que trata do objeto [25] *23 palestinas*, verificou-se que ele é mantido em foco por meio de remissão predicativa, ocorrências verificadas em [26] *vítimas* e [29] *escondidas*, e, por procedimento lexical, que introduz informações novas sobre o objeto de discurso presente no cotexto. Em [26] *vítimas* e [29] *escondidas*, a (re)categorização atribui dados novos sobre o objeto, contribuindo para a caracterização das mulheres palestinas e de sua condição, em função de valores culturais preponderantes na sociedade muçulmana.

A ativação do objeto de discurso [30] *uma irmandade de mulheres árabes* é realizada na CR 4, retomado por repetição, por pronome e por elipse. Esse elemento é ativado e logo em seguida desativado, sem retornar ao foco. Como mencionado anteriormente, as repetições, as pronominalizações e elipses não acrescentam novas propriedades ou características ao objeto de discurso, nesse caso, a *uma irmandade de mulheres árabes*.

A CR 5, também caracterizada como extensa, tem como foco objetos de discurso considerados universais ou de ordem generalizada, isso porque não apresentam um referente específico, determinado. Ao ser ativado no texto, o *objeto* [33] *milhares de mulheres* é retomado por meio de repetições, por pronominalizações e por (re)categorizações predicativas como [59] *criaturas frágeis* e [61] *jezebéis malignas*. Nesse caso, as novas informações agregadas ao objeto de discurso presente no cotexto também são importantes sob o ponto de vista da representação da identidade da mulher.

Há na CR a ativação de objetos de discurso ancorados por anáfora associativa conforme observado em [62] *fêmea*. Esse elemento é ativado com base em [33] *milhares de mulheres* e em [58] *mulheres*. Trata-se de uma relação hiperonímica, sendo *mulheres* um hipônimo de *fêmea*, pois se considera que pertencem à classe das *fêmeas*. O mesmo pode ser constatado em [79] *moças*, que, neste caso, pode ser reconhecido como hipônimo de *fêmea* e de *mulheres*. A ativação desses objetos [58] *mulheres*, [62] *fêmea* e [79] *moças* – hipônimo / hiperônimo / hipônimo – condiz com uma ação que busca evitar a repetição de itens lexicais, enriquecendo a composição textual, conforme indica Roncarati (2010, p. 151). Da mesma forma, verificou-se que há um ganho expressivo no âmbito discursivo, visto que as informações incorporadas cooperam para a constatação do modo como a mulher é representada culturalmente.

No que se refere às pronominalizações observadas na cadeia em questão, constatou-se que não superam o emprego de formas lexicais no processo de referenciação. No que se refere às retomadas realizadas por repetição de itens lexicais e pelo emprego de pronomes, verificou-se que colaboram para a continuidade do texto, solicitando do interlocutor a atenção no foco discursivo. A CR 5 é identificada por todo o texto, ocorrendo em determinados momentos a desfocalização do foco principal para a introdução de novos objetos de discurso, que são em seguida desativados, retornando o elemento *milhares de mulheres* ou *mulheres* ao foco textual.

Quanto à CR 6, destaca-se que traz informações relevantes sobre as formas de violência a que são submetidas as mulheres muçulmanas. A forma representada em [35] *homicídio em defesa da honra* ativa um novo objeto de discurso, mantido no texto pela forma remissiva [36] *femicídio*, que serve de âncora para a ativação do novo objeto de discurso [37] *matança de mulheres*. Outras ativações ancoradas

por anáfora indireta também podem ser identificadas no percurso da CR.

Trata-se das expressões [70] *ameaça social*, [73] *ameaça ativa de matar* e [74] *ato de tentar matar a filha*, que são acessadas por meio de inferência, com base em elementos dispostos no cotexto. Constatou-se que há na CR (re)categorizações e ativações por meio de anáfora associativa e de indiretas que possibilitam ao interlocutor observar o desenvolvimento do objeto de discurso ao longo do texto, ao mesmo tempo em que apontam novas propriedades ao objeto já inserido.

O elemento [35] *homicídio em defesa da honra* é ativado, desativado e reativado no percurso textual. Esse movimento é confirmado por meio da constituição da cadeia: [35] $\Rightarrow$ [36] $\Rightarrow$ [37] $\Rightarrow$ [69] $\Rightarrow$ [70] $\Rightarrow$ [73] $\Rightarrow$ [74] $\Rightarrow$ [76], não havendo linearidade do objeto de discurso. Um aspecto interessante observou-se em [36] *femicídio* e [37] *matança de mulheres*. Tem-se em *matança de mulheres* a ênfase no modo violento como as mulheres são tratadas. No caso, esse elemento tem a função intensificadora que busca sensibilizar o interlocutor.

Quanto à CR 7, ela ativa um novo objeto de discurso que, após algumas retomadas, é desativado. O objeto de discurso [38] *a prima* é retomado por procedimento lexical [40] *a moça*. Segundo Roncarati (2010), essa estratégia de referenciação apresenta uma proximidade de sentido com o objeto que retoma e pode apresentar informações novas sobre ele. A remissão por (re)categorização predicativa como em [39] *estuprada*, aponta uma nova propriedade do objeto *a prima*, ao mesmo tempo em que [41] *vítimas* (re)categoriza [39].

No caso da CR 8, [42] *uma garota de 15 anos* é retomado principalmente por pronominalização correferencial. A predominância dessa estratégia de referenciação textual está atrelada à necessidade de se manter o objeto em foco, colaborando também para a organização da estrutura superficial do texto, por não haver introdução de informações novas e relevantes sobre o objeto de discurso [42] *uma garota de 15 anos*. Além disso, não se pode desconsiderar as especificidades do gênero textual jornalístico, pois observa-se que essa é uma característica desse tipo de texto.

O objeto [52] *prisioneira* corresponde à remissão predicativa, que aponta mais uma característica a respeito da violência que é motivada por fatores de ordem cultural e religiosa. Nessa CR, a produtora do texto insere a fala da personagem *garota de 15 anos*. Esse procedimento, comum em textos jornalísticos, corresponde

a uma estratégia que impõe veracidade aos fatos relatados, bem como imprime credibilidade e isenção ao produtor do texto.

A CR 9 apresenta dois elementos considerados importantes. Trata-se das formas [56] *as mulheres acusadas de infidelidade*, que é mantida em foco por meio de [57] *apedrejadas*, uma remissão por (re)categorização predicativa, indicando novamente mais uma forma de violência que atinge as mulheres muçulmanas.

As mulheres de West Bank e da Jordânia são referidas na CR 10. As ocorrências são genéricas e graduais como na ativação do objeto de discurso [66] *uma mulher*, que é retomado por [67] *a mulher*, mais específico. Têm-se em [68] *da moça* e [71] *a moça*, formas de retomada do elemento *mulheres*, que ativa por meio de anáfora associativa um novo objeto de discurso. Há também uma ocorrência de retomada por meio de pronome correferencial nessa cadeia.

Na CR 11, outro objeto é ativado no texto e em seguida desativado. Trata-se da forma lexical categorizadora [88] *as meninas pequenas*, que é mantido em foco por meio da forma remissiva por (re)categorização predicativa [83] *apavoradas*. Por fim, na CR12 é ativado o objeto de discurso [90] *as mulheres*, referindo-se às mulheres de Ramallah. Não há nessa cadeia acréscimo de informações. O objeto é retomado por repetições, por meio de pronome e de elipses. Essas estratégias contribuem para o fluxo textual, não influenciando o nível propriamente discursivo do texto.

No que se refere às ocorrências de menção única: [75] *sobreviventes de ataques assassinos* e [87] *três mulheres foram mortas*, considera-se que esses elementos representam características e propriedades importantes das mulheres, bem como das situações vividas por elas dentro da sociedade e cultura muçulmana.

Finaliza-se a análise do texto 4, salientando que as informações dispostas e verificadas por meio das cadeias referenciais permitem ter ciência da forma como a mulher é vista em determinada cultura. Essas informações ficam mais evidentes quando objetos de discurso como *inocente*, *vítima* e *promíscuas* são acionados. Do mesmo modo, as formas de violência a que essas mulheres estão expostas são retratadas no texto por meio dos elementos nominais: *assassinadas*, *estupradas*, *mortas*, *agredidas*, etc.

Outra informação obtida por meio das cadeias diz respeito ao fato de todos os seres do gênero feminino estarem sujeitos ao mesmo tipo de violência. O hiperônimo *mulheres* é retomado pelos hipônimos *moças* e *meninas* em diferentes

momentos do texto. Essa substituição de elementos pertencentes ao mesmo campo semântico pode ser vista como uma estratégia de referência usual na construção de textos escritos. Além disso, esse procedimento revela que, independente da fase da vida, todas podem ser vítimas dos mesmos crimes.

Constatou-se que a linearidade dos objetos de discurso não é mantida no texto, fator que enriquece a composição textual. Do mesmo modo, podem ser interpretados os processos de desfocalização e ativação de objetos, para posterior retomada, que ocorre principalmente com as referências entendidas como genéricas. Essa estratégia está relacionada ao fluxo e à continuidade textual. No entanto, não se pode desconsiderar a intenção do produtor do texto que, ao mesclar informações ativando, desativando e reativando objetos de discurso, propõe ao interlocutor argumentos que cooperam para que sejam alcançados os propósitos comunicativos e informacionais. Esse mesmo aspecto pode ser considerado ao se discutirem as repetições de certos elementos no texto.

2.6 TEXTO 5

Revista VEJA

Especial

Edição 1947. **15 de março de 2006**

O fim do silêncio

Lucila Soares

[1] **Ingrid Saldanha** levou oito pontos no nariz e [2] Ø ficou com o olho roxo porque seu marido se irritou no trânsito e bateu [3] **nela**. [4] **Salma Vilaverde** levou um murro no queixo porque [5] Ø comprou um armário sem avisar. [6] **Sandra Farias** foi espancada porque o companheiro [7] **a** viu no portão com um primo. [8] **Tammy Santiago** pediu a separação quando [9] Ø descobriu que o marido estava de caso com uma menina de 16 anos. Ele negou e passou a espancá- [10] **la**. [11] **Tammy** apresentou queixa na delegacia e [12] Ø acabou dando a senha para que sua filha adolescente tomasse coragem de revelar que o padrasto abusava dela. [13] **Ingrid**, [14] **Salma**, [15] **Sandra** e [16] **Tammy** vivem a milhares de quilômetros [17] **umas das outras**. [18] **A primeira** no Rio de Janeiro, [19] **a segunda** a 70 quilômetros de Porto Alegre, [20] **a terceira** em

Olinda, [21] **a última** em Goiânia. [22] Ø Têm profissões diferentes – [23] **atriz**, [24] **produtora cultural**, [25] **funcionária pública**, [26] **comerciante** – e histórias de vida que poderiam jamais se cruzar. O que [27] **as** reúne nesta reportagem é a decisão de romper o silêncio, o poderoso e cúmplice silêncio que permite a maridos espancadores continuar aterrorizando a vida de [28] **milhões de mulheres** em todo o mundo.

Pesquisa da Organização Mundial da Saúde divulgada no ano passado mostra que no Brasil 29% das mulheres relatam ter sofrido [29] **violência física ou sexual** pelo menos uma vez na vida, sendo que 16% classificaram a [30] **agressão** como [31] **violência severa** – ser [32] **chutada**, [33] **arrastada pelo chão**, [34] **ameaçada** ou [35] **ferida com qualquer tipo de arma**. Apesar disso, não contaram a ninguém sobre o ocorrido e 60 % não saíram de casa sequer por uma noite em razão da violência. Menos de 10% recorreram a serviços especializados de saúde ou segurança. A experiência internacional nessa área indica que, em média, [36] **a mulher** leva dez anos para pedir socorro. O filósofo britânico John Stuart Mill (1806-1873) escreveu em seu célebre ensaio A Sujeição das Mulheres que o recurso à força física por parte dos homens era, no fim do século XIX, o único resquício do tempo das cavernas que ainda resistia ao avanço da civilização. É trágico constatar que, no começo do século XXI, a brutalidade atávica do forte contra o fraco continue a ser tão prevalente na relação dos casais.

A história de [37] **Ingrid** estourou nos jornais na terça-feira de Carnaval, depois que seu marido, o ator Kadu Moliterno, lhe deu um soco no carro por causa de uma discussão sobre trânsito. Antes disso, em mais de quinze anos de casamento, nem seu pai, o psiquiatra Ivo Saldanha, sabia do que se passava com ela. [38] **As protagonistas** das histórias publicadas aqui têm em comum também o fato de pertencer a um grupo social que normalmente considera-se imune a esse tipo de problema. [39] **A mulher que apanha**, diz o senso comum, é sempre [40] **pobre** e [41] **ignorante**, assim como seu marido ou companheiro. Não é o que mostra um cruzamento estatístico produzido especialmente para VEJA pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro. Com base nos boletins de ocorrência registrados nas delegacias fluminenses no ano passado, o ISP revela que 30% das [42] **vítimas** e dos agressores concluíram pelo menos o ensino médio. A socióloga Tânia Rocha Andrade Cunha debruçou-se exatamente sobre esse universo em sua tese de doutorado na PUC de São Paulo. Intitulado "O preço do silêncio: violência

conjugal nas classes média e alta", o trabalho mostra que esse porcentual pode ser ainda mais subestimado que os números gerais. [43] **A mulher de classe média** até identifica [44] **a violência** mais cedo, porque tem um nível de instrução que [45] **lhe** dá acesso a conceitos como [46] **agressão psicológica**, [47] **assédio moral**, [48] **chantagem**. Mas, como [49] **Ø** possui recursos para recorrer à rede privada de serviços e mais preocupação com a repercussão de sua história no círculo profissional ou de amizades, é mais raro que [50] **Ø** decida denunciar a agressão à polícia. "[51] **Elas** são [52] **dominadas** pela vergonha e pelo medo de se expor ao meio social em que [53] **Ø** vivem", define a pesquisadora.

O silêncio em torno [54] **desse tipo de violência** é resultado de um [55] **poderoso coquetel cultural**, que coloca [56] **a mulher em situação inferior à do homem** e, no caso da relação conjugal, mais do que isso. Na cultura patriarcal, o marido acha que tem plenos poderes sobre a mulher. Essa situação banaliza a violência como algo que "faz parte" da vida de qualquer casal. Nessa categoria do "faz parte", tenta-se colocar no mesmo nível [57] **os embates verbais mais acalorados** que ocorrem em qualquer casamento e [58] **agressões físicas** que vão de [59] **safanões** e [60] **puxões de cabelo** a [61] **assassinatos**. A banalização da [62] **violência doméstica** é o pano de fundo que explica a maneira pela qual a sociedade lida com (ou ignora) [63] **o problema**. É o clássico "em briga de marido e mulher não se mete a colher".

Já seria complicado se fosse só isso. Não é. A trama do relacionamento conjugal é complexa e comporta sentimentos ambíguos. Os homens agressores não são todos estereótipos de monstros. Ao contrário. O que torna o problema difícil de lidar é exatamente o fato de se tratar de seres humanos, com todos os defeitos, qualidades e contradições que isso significa. Muitos cresceram num ambiente violento e aprenderam que esse é o caminho para resolver conflitos. "A tolerância à violência aumenta à medida que somos expostos a ela", diz Carlos Zuma, diretor do NOOS, instituto carioca que faz atendimento a homens agressores. Nesse caldeirão de contradições, [64] **Ingrid Saldanha** é [65] **a primeira** a admitir que Kadu Moliterno é um pai excelente – o que não o impediu de agredi- [66] **la** várias vezes. E [67] **Salma Vilaverde** passou anos acreditando que [68] **ela** era [69] **a única pessoa** capaz de ajudar o marido a superar os problemas que o levavam a bater [70] **nela**. "[71] **A gente** não desiste até secar a última gota de amor", resume. A

psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen faz uma análise extremamente feliz desse enredo. "De maneira geral, é difícil pensar a violência, o que explica por que temos dificuldade em percebê-la. Não queremos vê-la em nós, mesmo que a aceitação de nossa ambivalência nos permitisse lutar melhor contra ela", diz Marie-France no livro *A Violência no Casal*, recém-lançado no Brasil pela Bertrand Brasil.

O silêncio em torno da [72] **violência doméstica** tem uma consequência prática negativa sobre os esforços para enfrentá-la: impede o correto dimensionamento do [73] **problema**. Medir [74] **esse fenômeno** é um desafio em todo o mundo, mas no Brasil a precariedade estatística é um obstáculo muito, muito longe da superação. Apenas quatro estados – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – estão razoavelmente aparelhados, mas as tentativas de uniformização de critérios de coleta e tratamento das informações continuam no terreno das boas intenções. Como a estatística não é apenas um pacote de números, e sim um instrumento de planejamento, isso significa que o Brasil ainda engatinha também nas políticas públicas voltadas para o atendimento à mulher.

Engatinha, mas registra avanços. Até 1985, quando foi criada em São Paulo a primeira delegacia especializada em atendimento à mulher, o machismo e o despreparo tornavam ainda mais penosa a decisão de recorrer à polícia em caso de agressão. Hoje há 340 delegacias desse tipo em todo o país, o que é pouco quando se leva em conta que são 5.500 os municípios brasileiros, mas significa que muito mais gente tem acesso ao serviço atualmente. A criação dessa rede fez explodir o número de queixas. Só em São Paulo, onde está quase um terço (175) das delegacias especializadas, foram registradas quase 300.000 ocorrências entre janeiro e outubro do ano passado.

Investiu-se também em treinamento e na criação de uma rede de apoio que torne a queixa policial apenas uma parte do enfrentamento do problema, e não um fim em si. Em muitos casos, [75] **a mulher agredida** precisa de acompanhamento psicológico e jurídico, ou de apoio para [76] **se** qualificar profissionalmente e ter condições financeiras de [77] **se** separar do marido. Em outros, [78] **Ø** necessita concretamente de proteção. Já existem, embora ainda em número claramente insuficiente, centros de referência e abrigos para atender a esse tipo de situação. A demanda é enorme. No Rio de Janeiro, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam) faz mensalmente 800 atendimentos entre acompanhamento e casos novos (que somam cerca de 180 por mês). "A demanda da [79] **mulher em situação de**

violência vai além da esfera criminal. Muitas vezes [80] **ela** não quer dar queixa. [81] Ø Não quer boletim de ocorrência. É um direito [82] **dela**. E para isso é muito importante ter uma rede jurídica, policial, psicológica", diz Lenira Silveira, diretora da Casa Eliane de Grammont, centro de referência que funciona na capital paulista.

Onde ainda falta avançar, e muito, é no entendimento de uma obviedade: [83] **violência contra a mulher** é [84] **crime**. A lei diz isso. Mas, socialmente, só quando [85] **a agressão** resulta em [86] **lesão muito grave** ou em [87] **morte da vítima** ela adquire o status de crime. Ainda assim, sujeito a questionamentos sobre algum motivo que possa justificar a atitude do agressor, como traição ou desespero pelo fim da relação. Essa teria sido, por exemplo, a motivação do jornalista Antônio Pimenta Neves, que aguarda em liberdade o julgamento por haver matado a tiros, em 2000, sua ex-namorada Sandra Gomide. [88] **A professora universitária Núbia Conte Haick** registrou dezenas de boletins de ocorrência dando conta de agressões pelo marido e [89] Ø acabou assassinada por ele porque [90] Ø decidiu se separar. A legislação brasileira melhorou consideravelmente nessa área, embora com bastante atraso. Só em 1988 a igualdade entre homem e mulher no âmbito doméstico foi consagrada na Constituição. E até 2005 vigorava um pré-histórico inciso no Código Penal que extinguiu a punibilidade de um estuprador se ele se casasse com [91] **a vítima** ou se [92] **ela** se casasse com qualquer outra pessoa.

Ainda persistem excrescências. A principal é a inclusão dos [93] **crimes domésticos** no âmbito da Lei nº 9099, que se refere aos [94] **crimes chamados "de menor potencial ofensivo"**. Essa lei foi criada com o objetivo de agilizar a solução de conflitos por juizados especiais, incentivando o acordo entre as partes. É um mecanismo bem-vindo para desafogar o congestionadíssimo Judiciário brasileiro. Funciona muito bem para [95] **brigas** que comportam compensações financeiras. Mas não para os casos que envolvem [96] **a complexa teia de violência** que se instala na relação conjugal. [97] **Nessas situações**, em que [98] **a mulher** teve de reunir todas as forças para fazer a denúncia e frequentemente está sendo [99] **ameaçada** pelo agressor, propor acordo é praticamente coagi- [100] **la** a recuar. E prever o pagamento de cestas básicas como pena para o agressor aproxima-se do escárnio. "A sensação que existe em relação a [101] **esses crimes** é de [102] **total impunidade**", diz Jacira Melo, diretora do Instituto

Patrícia Galvão, de São Paulo, ONG que desenvolve projetos sobre direitos da mulher.

Que o diga [103] a **professora carioca Vânia Crespo**, 47 anos, [104] **autora** do livro *Assédio Moral*, em que reúne três histórias de violência doméstica construídas com base em sua experiência e nos casos que levantou com [105] **outras mulheres**. [106] **Vânia** mergulhou no inferno há quatro anos, quando [107] Ø foi viver com seu companheiro. No começo, eram apenas [108] **cejas de ciúme**. Em seguida, a situação começou a se agravar, mas, como [109] **as brigas** se alternavam com pedidos de perdão, flores e promessas de que a história não se repetiria, [110] **ela** cedeu. [111] **A agressão física** não tardou e, com ela, vieram [112] **a vergonha** e o [113] **medo** de que vizinhos e, principalmente, as filhas escutassem qualquer coisa. "Tornei- [114] **me** [115] **tão submissa** que, quando [116] Ø abriu os olhos, [117] Ø não sabia mais quem [118] Ø era", resume. [119] **Ela** acabou tomando coragem, [120] Ø **deu queixa na delegacia da mulher**, mas, apesar de estar sendo [121] **ameaçada**, [122] Ø não conseguiu que fosse tomada nenhuma decisão destinada a [123] **protegê-la** porque não existe o mecanismo legal de prevenção.

Estava prevista para a semana passada a votação de um projeto de lei destinado a corrigir essa distorção. Acabou atropelado por medidas provisórias e espremido entre as sessões destinadas a discutir a cassação de parlamentares, mas deve voltar à pauta nas próximas semanas. O projeto foi redigido com base em discussões feitas em todo o Brasil com entidades femininas e traz como principal mudança a criação de juizados especiais de violência contra a mulher, a exemplo dos que existem para crianças, adolescentes e idosos. Entre outras medidas, o projeto elimina o pagamento de custas básicas e admite como pena alternativa apenas a frequência a serviços de reabilitação pelo agressor e estabelece [124] **mecanismos de proteção à vítima**. A lei tem também um sentido educativo, como define a advogada Leila Linhares Barsted, diretora da Cepia, ONG que se dedica à formulação de [125] **políticas públicas voltadas para as mulheres**. O fato de a violência contra a mulher ocorrer dentro de um quadro cultural bem delimitado, que a torna "natural" aos olhos da sociedade, não a torna justificável. Já foi "natural" considerar os negros uma raça inferior. Hoje o racismo é crime inafiançável. Suas manifestações cotidianas existem e volta e meia criam polêmica – como a que

envolveu o jogador Grafite, do São Paulo, e o argentino Leandro Desábato, do Quilmes, no ano passado. Muita gente achou ridícula a detenção de Desábato "só porque" chamou Grafite de "negro de mierda". Não importa. Agora, no Brasil, todo mundo sabe que racismo é crime e pode dar cadeia. E isso faz toda a diferença. Para os homens espancadores de mulheres, punições severas também fariam a diferença.

Cadeia Referencial 1: Ingrid Saldanha

- [1] Ingrid Saldanha: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [2] Ø: retomada implícita por elipse.
- [3] nela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [13] Ingrid: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [18] a primeira: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [23] atriz: remissão por (re)categorização predicativa.
- [37] Ingrid: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [64] Ingrid Saldanha: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [65] a primeira: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [66] la: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 2: Salma Vilaverde

- [4] Salma Vilaverde: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [5] Ø: retomada implícita por elipse.
- [14] Salma: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [19] a segunda: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [24] produtora cultural: remissão por (re)categorização predicativa.
- [67] Salma Vilaverde: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [68] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [69] a única pessoa: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [70] nela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [71] A gente: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Cadeia Referencial 3: Sandra Farias

- [6] Sandra Farias: introdução ou ativação de objeto de discurso.

- [7] a: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [15] Sandra: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [20] a terceira: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [25] funcionária pública: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 4: Tammy Santiago

- [8] Tammy Santiago: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [9] Ø: retomada implícita por elipse.
- [10] Ia: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [11] Tammy: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [12] Ø: retomada implícita por elipse.
- [16] Tammy: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [21] a última: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [26] comerciante: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 5 – umas das outras

- [17] umas das outras: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [22] Ø: retomada implícita por elipse.
- [27] as: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [38] as protagonistas: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.

Cadeia Referencial 6: milhões de mulheres

- [28] milhões de mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [36] a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [39] a mulher que apanha: remissão por (re)categorização predicativa.
- [40] pobre: remissão por (re)categorização predicativa.
- [41] ignorante: remissão por (re)categorização predicativa.
- [42] vítimas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [43] A mulher de classe média: remissão por (re)categorização predicativa.
- [45] Ihe: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [50] Ø: retomada implícita por elipse.
- [51] elas: retomada explícita por pronominalização correferencial.

- [52] dominadas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [53] Ø: retomada implícita por elipse.
- [75] a mulher agredida: remissão por (re)categorização predicativa.
- [76] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [77] se: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [78] Ø: retomada implícita por elipse.
- [79] mulher em situação de violência: remissão por (re)categorização predicativa.
- [80] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [81] Ø: retomada implícita por elipse.
- [82] dela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [91] a vítima: remissão por (re)categorização predicativa.
- [92] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [98] a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [99] ameaçada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [100] la: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [105] outras mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.

Cadeia Referencial 7: violência física e sexual

- [29] violência física e sexual: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [30] agressão: ativação ancorada por anáfora associativa.
- [31] violência severa: remissão por (re)categorização predicativa.
- [32] chutada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [33] arrastada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [34] ameaçada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [35] ferida com qualquer tipo de arma: remissão por (re)categorização predicativa.
- [44] a violência: retomada por repetição de item lexical.
- [46] agressão psicológica: remissão por (re)categorização predicativa.
- [47] assédio moral: remissão por (re)categorização predicativa.
- [48] chantagem: remissão por (re)categorização predicativa.
- [54] desse tipo de violência: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [57] embates verbais mais acalorados: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [58] agressões físicas: ativação ancorada por anáfora associativa.

- [59] safanões: remissão por (re)categorização predicativa.
- [60] puxões de cabelo: remissão por (re)categorização predicativa.
- [61] assassinatos: remissão por (re)categorização predicativa.
- [62] violência doméstica: remissão por (re)categorização predicativa.
- [63] o problema: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [72] violência doméstica: retomada explícita por repetição de itens lexicais.
- [73] o problema: retomada por nominalização com função encapsuladora.
- [74] esse fenômeno: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [83] a violência contra a mulher: retomada por procedimento lexical.
- [84] crime: remissão por (re)categorização predicativa.
- [85] a agressão: remissão por (re)categorização predicativa.
- [86] lesão muito grave: remissão por (re)categorização predicativa.
- [87] morte da vítima: remissão por (re)categorização predicativa.
- [93] crimes domésticos: remissão por (re)categorização predicativa.
- [94] crimes chamados “de menor potencial ofensivo”: remissão por (re)categorização predicativa.
- [95] brigas : remissão por (re)categorização predicativa.
- [96] a complexa teia de violência: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [97] nessas situações: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [101] esses crimes: retomada implícita por nominalização com função encapsuladora.
- [102] total impunidade: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [108] cenas de ciúmes: remissão por (re)categorização predicativa.
- [109] as brigas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [111] agressão física: remissão por (re)categorização predicativa.
- [112] a vergonha: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [113] o medo: ativação ancorada por anáfora indireta.

Cadeia Referencial 8: A professora universitária Núbia Conte Haick

- [88] A professora universitária Núbia Conte Haick: introdução ou ativação de objeto de discurso, acompanhado de predicções.
- [89] ∅: retomada implícita por elipse.

[90] Ø: retomada implícita por elipse.

Cadeia Referencial 9: A professora carioca Vânia Crespo

[103] a professora carioca Vânia Crespo: introdução ou ativação de objeto de discurso, acompanhado de predicacões.

[104] autora: remissão por (re)categorização predicativa.

[106] Vânia: retomada explícita por repetição de item lexical.

[107] Ø: retomada implícita por elipse.

[110] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.

[114] me : retomada explícita por pronominalização correferencial.

[115] tão submissa: remissão por (re)categorização predicativa.

[116] Ø: retomada implícita por elipse.

[117] Ø: retomada implícita por elipse.

[118] Ø: retomada implícita por elipse.

[119] Ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.

[120] Ø: retomada implícita por elipse.

[121] ameaçada: remissão por (re)categorização predicativa.

[122] Ø: retomada implícita por elipse.

[123] Ia: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Menção única

[55] poderoso coquetel cultural: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

[56] a mulher em situação inferior: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

[124] mecanismos de proteção à vítima: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

[125] políticas públicas voltadas para as mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

CR1

[1] Ingrid Saldanha ⇒ [2] Ø ⇒ [3] nela ⇒ [13] Ingrid ⇒ [18] A primeira ⇒ [23] atriz ⇒ [37] Ingrid ⇒ [64] Ingrid Saldanha ⇒ [65] a primeira ⇒ [66] Ia.

CR2

[4] Salma Vilaverde ⇒ [5] ∅ ⇒ [14] Salma ⇒ [19] a segunda ⇒ [24] produtora cultural ⇒ [67] Salma Vilaverde ⇒ [68] ela ⇒ [69] a única pessoa ⇒ [70] nela ⇒ [71] A gente.

CR3

[6] Sandra Farias ⇒ [7] a ⇒ [15] Sandra ⇒ [20] a terceira ⇒ [25] funcionária pública.

CR4

[8] Tammy Santiago ⇒ [9] ∅ ⇒ [10] la ⇒ [11] Tammy ⇒ [12] ∅ ⇒ [16] Tammy ⇒ [21] a última ⇒ [26] comerciante.

CR5

[17] umas das outras ⇒ [22] ∅ ⇒ [27] as ⇒ [38] As protagonistas.

CR6

[28] milhões de mulheres ⇒ [36] a mulher ⇒ [40] pobre ⇒ [41] ignorante ⇒ [42] vítimas ⇒ [43] A mulher de classe média ⇒ [45] lhe ⇒ [50] ∅ ⇒ [51] elas ⇒ [52] dominadas ⇒ [53] ∅ ⇒ [75] a mulher agredida ⇒ [76] se ⇒ [77] se ⇒ [78] ∅ ⇒ [79] mulher em situação de violência ⇒ [80] ela ⇒ [81] ∅ ⇒ [82] dela ⇒ [91] a vítima ⇒ [92] ela ⇒ [98] a mulher ⇒ [99] ameaçada ⇒ [100] la ⇒ [105] outras mulheres.

CR7

[29] violência física e sexual ⇒ [30] agressão ⇒ [31] violência severa ⇒ [32] chutada ⇒ [33] arrastada ⇒ [34] ameaçada ⇒ [35] ferida com qualquer tipo de arma ⇒ [44] a violência ⇒ [46] agressão psicológica ⇒ [47] assédio moral ⇒ [48] chantagem ⇒ [54] desse tipo de violência ⇒ [57] embates verbais mais acalorados ⇒ [58] agressões físicas ⇒ [59] safanões ⇒ [60] puxões de cabelo ⇒ [61] assassinatos ⇒ [62] violência doméstica ⇒ [63] o problema ⇒ [72] violência doméstica ⇒ [73] o problema ⇒ [74] esse fenômeno ⇒ [83] a violência contra a mulher ⇒ [84] crime ⇒ [85] a agressão ⇒ [86] lesão muito grave ⇒ [87] morte da vítima ⇒ [93] crimes domésticos ⇒ [94] crimes chamados “de menor potencial ofensivo” ⇒ [95] brigas ⇒ [96] a complexa teia de violência ⇒ [97] nessas situações ⇒ [101] esses crimes ⇒ [102] total impunidade ⇒ [108]

cenas de ciúmes $\Rightarrow$ [109] as brigas $\Rightarrow$ [111] agressão física $\Rightarrow$ [112] a vergonha $\Rightarrow$ [113] o medo.

CR8

[88] A professora universitária Núbia Conte Haick $\Rightarrow$ [89] $\emptyset \Rightarrow$ [90] $\emptyset$.

CR9

[103] a professora carioca Vânia Crespo $\Rightarrow$ [104] autora $\Rightarrow$ [106] Vânia $\Rightarrow$ [107] $\emptyset \Rightarrow$ [110] ela $\Rightarrow$ [114] me $\Rightarrow$ [115] tão submissa $\Rightarrow$ [116] $\emptyset \Rightarrow$ [117] $\emptyset \Rightarrow$ [118] $\emptyset \Rightarrow$ [119] ela $\Rightarrow$ [120] $\emptyset \Rightarrow$ [121] ameaçada $\Rightarrow$ [122] $\emptyset \Rightarrow$ [123] la.

Menção única

[56] a mulher em situação inferior.

[124] mecanismos de proteção à vítima.

[125] políticas públicas voltadas para as mulheres.

Foram identificadas no texto 5, “O fim do silêncio...”, oito cadeias referenciais, tendo como ponto de partida para a seleção os elementos que referem a mulher e as formas de violência a que ela é submetida. Assim, verificou-se que as quatro primeiras cadeias do texto discorrem respectivamente sobre os objetos de discurso: [1] *Ingrid Saldanha*; [4] *Salma Vilaverde*; [6] *Sandra Farias*; [8] *Tammy Santiago*. Trata-se da ativação de objetos de discurso por meio de nomes próprios, havendo uma categorização, conforme indica Koch (2008b). Depois de ativados no texto, esses elementos são retomados por elipses, por pronominalizações correferenciais, por repetição de itens lexicais e por encapsulamentos como em [18] *a primeira*, que funcionam como organizadores textuais ao mesmo tempo em que garantem o fluxo discursivo. Esses elementos não acrescentam novas informações aos objetos.

Há também nas CR remissões por (re)categorizações predicativas dos objetos de discurso. Esse procedimento foi constatado em [23] *atriz*, [24] *produtora cultural*, [25] *funcionária pública* e [26] *comerciante*, que agregam novas propriedades aos objetos já inseridos no cotexto. Do ponto de vista da referenciação como “atividade discursiva”, essas (re)categorizações, além de promoverem a continuidade textual, apontam para o rompimento de um paradigma em que somente a mulher de classe social baixa e com pouca escolaridade é vítima de violência.

Quanto à composição das CR, observou-se que os elementos de referenciação são apresentados, explicitamente no texto, na maioria das ocorrências, não exigindo do interlocutor inferências para ter acesso ao conteúdo informacional. Entende-se que essa estratégia é condizente com o gênero textual em questão, o jornalístico, visto que, a princípio, o desejo do produtor do texto é dar ciência ao leitor das histórias daquelas mulheres, preparando o terreno para as informações que virão no decorrer da matéria.

Ainda que as estratégias de referenciação empregadas nas CR estejam mais relacionadas à estruturação e à organização das informações na superfície textual, acredita-se que esse aspecto não isenta o produtor do texto de manifestar subjetividade. Isso porque a explicitação dos objetos também pode ser compreendida como uma atitude intencional para que propósitos comunicativos sejam mais facilmente alcançados.

Outro ponto verificado nas quatro primeiras CR diz respeito ao fato de que os objetos de discurso ativados nas CR 1 e 2, [1] *Ingrid Saldanha* e [4] *Salma Vilaverde* são desativados e reativados em determinado momento no texto. Quanto aos objetos introduzidos nas cadeias 3 e 4 [6] *Sandra Farias* e [8] *Tammy Santiago*, constatou-se que, após serem desativados, não retornam à posição focal no texto.

A CR 5 é considerada híbrida, pois os objetos de discurso ativados nas quatro primeiras cadeias do texto se juntam, configurando uma nova cadeia. O elemento [17] *uma das outras*, ativado por meio de expressão nominal é retomado por elipse, por pronome e por meio de nominalização como [38] *protagonistas*, que tem no texto função encapsuladora. Esse elemento, diferentemente das retomadas por meio de elipses e de pronominalização, não mantém correferencialidade com o objeto que ele retoma. Conforme Koch (2006, p. 270), a não correferencialidade é uma característica dos encapsulamentos.

No que se refere à CR 6, observou-se que é a mais extensa do texto e abarca elementos de denominação genérica ou universal. Não faz referência a uma mulher especificamente, mas a uma classe, a das mulheres em geral. O objeto de discurso [28] *milhões de mulheres*, após ser ativado por meio de uma expressão nominal genérica, é retomado por meio de repetições como em [35] *mulher*, elemento mais específico, por elipses e por pronomes, procedimentos correferenciais que garantem o fluxo textual.

Interessa-nos, nessa CR, focar nas remissões por (re)categorização predicativa recorrentes no texto e relevantes para as discussões do trabalho. O objeto de discurso [40] *a mulher que apanha* opera uma (re)categorização sobre o objeto [35] *a mulher*, acrescentando a esse elemento novas características. Em seguida, são incorporadas no texto informações inéditas como [41] *pobre* e [42] *ignorante*, que remetem ao objeto [40] *mulher que apanha*, (re)categorizando-o.

Em [44], *a mulher de classe média*, em [78] *a mulher agredida* e [82] *a mulher em situação de violência*, verificaram-se novas (re)categorizações de [35] *a mulher*. Essas expressões (re)categorizadoras também são retomadas no percurso textual por elipse, por pronomes e até mesmo por novas (re)categorizações. Assim, por exemplo, [52] *dominadas* remete a [44] *a mulher de classe média*, da mesma forma que [102] *ameaçada* remete ao objeto [82] *mulher em situação de violência*, acrescentando propriedades a esses elementos.

Os procedimentos (re)categorizadores são determinantes, sobretudo, para ponderar a respeito das variações sofridas pelo objeto de discurso [35] *a mulher*. Eles possibilitam observar como o produtor do texto insere os elementos que melhor atendem as suas intenções comunicativas. Do mesmo modo, viabilizam o levantamento das formas que referem a mulher em determinado contexto, servindo de base para as reflexões sobre a representação da mulher na sociedade,

Constata-se que o objeto [35] *a mulher* não permanece o tempo todo em foco no texto. Em certos momentos, ele é desativado, em função da introdução de novos objetos de discurso, e, posteriormente reativado. A estratégia de desativação enriquece a organização textual, bem como exige do interlocutor um exercício cognitivo que influencia a compreensão do texto.

Ainda na CR 6, ocorre a inserção do objeto [101] *fazer a denúncia*, que é ativado por meio de anáfora indireta. Trata-se de um elemento relevante, considerando a temática abordada no texto: as mulheres que tomam a atitude de delatar seus agressores. Esse elemento não retoma objetos já inseridos no cotexto. Ele ativa um novo objeto com base em um elemento âncora. Nesse caso, *a mulher agredida* e *mulheres em situação de violência* orientam o interlocutor na construção dos sentidos por meio de inferências.

Quanto à CR 7, destaca-se que ela reúne, a partir do objeto de discurso [29] *violência física e sexual*, referentes que retratam as diversas formas de violência que afetam as mulheres. Essa CR foi selecionada com o intuito de

demonstrar as (re)categorizações que são empreendidas e que enfatizam a prática de diferentes formas de violência. A forma [31] *violência severa*, que é (re)categorizada por [32] *chutada*, [33] *arrastada pelo chão*, [34] *ameaçada* e [35] *ferida com qualquer tipo de arma*, remete ao objeto de discurso [29] violência física e sexual.

Dessa forma, os objetos são inseridos no texto por meio de retomadas e de remissões que agregam aos elementos, já presentes no cotexto, informações, características e propriedades importantes como [46] *agressão psicológica*, [48] *chantagem*, [58] *safanões*, [60] *assassinatos*, [86] *lesão muito grave*, entre outros, que apontam o percurso do objeto no universal textual.

Observou-se, também, que há na CR 8 a ativação de novos objetos de discurso por meio de anáforas associativas e indiretas. Em [30] *agressão*, há uma categorização em que um novo elemento é ativado com base em [29] violência física e sexual. Entende-se que se trata de um caso de anáfora associativa, visto que a associação é possível em virtude de existir uma espécie de “ingrediência” entre esses elementos, fator que caracteriza esse tipo de anáfora.

Quanto às anáforas indiretas, como se sabe, elas ativam um novo objeto de discurso a partir de inferências mais profundas, com base em conhecimentos partilhados ou de expressões do cotexto que orientam o interlocutor. As ocorrências especificadas em [112] *a vergonha* e [113] *o medo* introduzem novos objetos que são assimilados em função das informações contidas no texto, além de serem compartilhadas entre o produtor e o receptor textual. Haja vista que as formas de violência relatadas no texto conduzem a compreender a vergonha e o medo como consequências de determinada situação.

Nas CR 8 e 9, são introduzidos novos objetos de discurso, [88] *A professora universitária Núbia Conte Haick* e [103] *a professora carioca Vânia Crespo*, respectivamente. São procedimentos de ativação de objeto em que um nome próprio vem acompanhado de predicções. Essas predicções são importantes, pois reforçam as considerações realizadas no início da análise que apontam as mulheres de classe média e alta e com elevado nível de escolaridade como vítimas de violência doméstica e não somente as de classe baixa, como se a violência estivesse restrita a este grupo de mulheres.

Na CR 9, ocorre o emprego de remissão por (re)categorização predicativa em que os objetos de discurso [115] *tão submissa* e [121] *ameaçada* indicam

novas propriedades do objeto já conhecido [103] *a professora carioca Vânia Crespo*. Atenta-se para o emprego do elemento [115] *tão submissa*, que enfatiza a condição da professora. Essa expressão reforça o aspecto da representação da mulher perante ela mesma e a sociedade.

Quanto aos objetos de discurso ativados em menção única, não configurando a formação de cadeia referencial, cabe ressaltar que eles introduzem, no texto, informações sobre a condição da mulher aos olhos do produtor do texto e da sociedade, como em [55] *poderoso coquetel cultural* e [56] *a mulher em situação inferior*, que apontam aspectos culturais que interferem na configuração da representação da mulher. No caso dos objetos [124] *mecanismos de proteção à vítima* e [125] *políticas públicas voltadas para a mulher*, eles indicam fatores positivos no sentido de alterar práticas cristalizadas que colocam a mulher em condição de vítima.

Por fim, acrescenta-se que as formas nominais prevalecem na estruturação referencial do texto, incorporando informações relevantes. Verificou-se que os elementos constitutivos das CR alternam-se, promovendo (re)categorizações que orientam o modo como a representação da mulher em situação de violência é construída.

2.7 TEXTO 6

Revista Fórum, agosto/2010

I - E a culpa é da [1] mulher...

Completando quatro anos em agosto, a Lei Maria da Penha tem estimulado [2] **mulheres** a denunciar seus agressores. Mas ainda não sensibilizou a cultura – e a voz – machista nacional. [26 de agosto de 2010 - 10h09]

[3] **Os crimes contra mulheres**, no âmbito da [4] **violência doméstica e familiar**, passaram a ocupar as manchetes nacionais com certa regularidade há alguns anos. Os casos são muitos – [5] **violência física** ([6] **estupro**, [7] **torturas**, [8] **espancamentos** etc.) e [9] **psicológica**, [10] **assassinatos** –, porém a visibilidade parece estar muitas vezes ligada à classe social ou à fama das partes envolvidas. Isso sem entrar no mérito dos aspectos das desigualdades de gênero em prejuízo [11] **das mulheres** e da cultura machista ainda marcantes no

Brasil, mesmo depois de sancionada a Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, classificada como “um dos exemplos mais avançados de legislação sobre violência doméstica” pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

No livro *A paixão no banco dos réus – Casos passionais célebres*: de Pontes Visgueiro a Lindemberg Alves (Saraiva), a promotora do Ministério Público de São Paulo, Luiza Nagib Eluf, resgatou os aspectos centrais de crimes que mobilizaram a atenção do país em diferentes épocas. Como os do [12] **caso ocorrido em dezembro de 1976**, [13] **o assassinato de Ângela Diniz** ([14] “**a bela Pantera da sociedade mineira**”) por Raul Fernandes do Amaral Street, o Doca Street. [15] **Um crime** que, à época, teve o apoio da sociedade local, acompanhando a defesa que se valeu de aspectos da vida amorosa de [16] **Ângela** para “justificar” [17] **o ato**. Street foi sentenciado a somente dois anos de reclusão. Com o recurso da acusação e sob intensos protestos do movimento feminista – quando surgiu, então, a frase que se tornou slogan de campanhas contra a violência à mulher, “Quem ama não mata” –, Street foi julgado novamente em novembro de 1981, condenado por homicídio qualificado, a 15 anos de prisão.

E os crimes célebres continuaram. Em 2000, inconformado pela ruptura de uma relação amorosa, o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, então com 63 anos, assassinou a também [18] **jornalista Sandra Florentino Gomide**, de 32. Apesar de condenado a 20 anos de prisão, hoje ele está livre por ter tido liberdade provisória concedida em decisão anterior pelo Supremo Tribunal Federal.

Luiza Eluf observa que muitos homens ainda têm uma noção equivocada de que são [19] **donos do corpo da mulher** – “assim, principalmente quando se trata de falar de corpo, eles acham que podem tudo, inclusive matar”. Apesar de não se aceitar mais, legalmente, a tese da “legítima defesa da honra” no país, [20] **a mulher** continua muitas vezes a ser tratada como se não tivesse os mesmos direitos que os homens. “E destroçar a imagem da [21] **vítima** sempre é uma estratégia de defesa”, aponta.

Em 2010, o caso que atraiu mais atenção da mídia foi o do desaparecimento de [22] **Eliza Samudio**, 25 anos, que teve um relacionamento com o goleiro Bruno Fernandes (Flamengo/RJ) e [23] **Ø** lutava na Justiça para que ele reconhecesse a paternidade do filho de quatro meses. Relacionamento que culminou num crime brutal, com vários envolvidos na trama, conforme depoimentos divulgados.

Na “Nota à imprensa: [24] **Caso Eliza Samudio**” da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República (14/7/10), sobre os casos de Mércia Nakashima e Eliza Samudio, a SPM detalha que o 3º Juizado de Violência Doméstica do Rio de Janeiro negou o pedido de proteção a [25] Eliza em outubro de 2009, por considerar que [26] **ela** não mantinha relações afetivas com o goleiro Bruno Fernandes. Na ocasião, a Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá (Deam) pediu à Justiça que o atleta fosse mantido longe da [27] **vítima**, já que Bruno cometeu os crimes de agressão, de cárcere privado, além de ter lhe dado substâncias abortivas. Para a SPM, “a alegação de que [28] **Eliza** não precisava de proteção do Estado porque era apenas [29] **uma ‘amante’** ou [30] **‘ficante’**, remete aos padrões antigos de [31] **preconceito contra as mulheres**. A decisão também questiona [32] **a honestidade da vítima**, que declarou que a relação não foi apenas de uma noite [...]”. Por fim, a SPM conclui: “O Estado tem de ser responsabilizado pelas suas ações, para evitar que mais [33] **mulheres** sejam brutalmente [34] **assassinadas** após buscar amparo e proteção legal.”

Cadeia Referencial 1: mulher

- [1] mulher: introdução ou ativação de objeto de discurso
- [2] mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [11] das mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [20] a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical .
- [21] vítima: remissão por (re)categorização predicativa.
- [33] mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical .
- [34] assassinadas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 2: Os crimes contra mulheres

- [3] Os crimes contra mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [4] violência doméstica e familiar: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [5] violência física: remissão por (re)categorização predicativa.
- [6] estupro: remissão por (re)categorização predicativa.
- [7] torturas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [8] espancamentos: remissão por (re)categorização predicativa.
- [9] psicológica: remissão por (re)categorização predicativa.
- [10] assassinatos: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 3: Ângela Diniz

- [12] o caso ocorrido em dezembro de 1976: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [13] o assassinato de Ângela Diniz : remissão por (re)categorização predicativa.
- [14] a bela Pantera da sociedade mineira: remissão por (re)categorização predicativa.
- [15] um crime: remissão por (re)categorização predicativa.
- [16] Ângela: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [17] o ato: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 4: Eliza Samudio

- [22] Eliza Samudio: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [23] Ø: retomada implícita por elipse.
- [24] Caso Eliza Samudio: retomada por nominalização com função encapsuladora.
- [25] Eliza: retomada por repetição de item lexical.
- [26] ela: retomada explícita por pronominalização correferencial.
- [27] vítima: remissão por (re)categorização predicativa.
- [28] Eliza: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [29] uma amante: remissão por (re)categorização predicativa.
- [30] ficante: remissão por (re)categorização predicativa.

Menção única

- [18] jornalista Sandra Florentino Gomide: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.
- [19] donos do corpo da mulher: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.
- [31] preconceito contra as mulheres: introdução ou ativação de discurso em menção única.
- [32] a honestidade da vítima: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

CR1

[1] mulher ⇒ [2] mulheres ⇒ [11] das mulheres ⇒ [20] a mulher ⇒ [21] vítima ⇒ [33] mulheres ⇒ [34] assassinadas.

CR2

[3] Os crimes contra mulheres ⇒ [4] violência doméstica e familiar ⇒ [5] violência física ⇒ [6] estupro ⇒ [7] torturas ⇒ [8] espancamentos ⇒ [9] psicológica ⇒ [10] assassinatos.

CR3

[12] o caso ocorrido em dezembro de 1976 ⇒ [13] o assassinato de Ângela Diniz ⇒ [14] a bela Pantera da sociedade mineira ⇒ [15] um crime ⇒ [16] Ângela ⇒ [17] o ato.

CR4

[22] Eliza Samudio ⇒ [23] Ø ⇒ [24] Caso Eliza Samudio ⇒ [25] Eliza ⇒ [26] ela ⇒ [27] vítima ⇒ [28] Eliza ⇒ [29] uma amante ⇒ [30] ficante.

Menção única

[18] jornalista Sandra Florentino Gomide.

[19] donos do corpo da mulher.

[31] preconceito contra as mulheres.

[32] a honestidade da vítima.

A matéria da revista Fórum trata de modo mais específico dos resultados positivos e negativos obtidos a partir da criação da Lei Maria da Penha, que busca proteger as mulheres e combater os altos índices de violência cometida contra as mulheres. Conforme explicitado anteriormente, somente dois trechos da matéria foram selecionados para a análise subdivididos em texto 6/I e texto 6/II. Eles foram escolhidos com base nos propósitos do trabalho, da mesma forma que as cadeias referenciais foram traçadas com o objetivo de identificar elementos que se referem à questão da subjetividade e às mulheres em situação de violência.

Assim, na CR 1, ocorre a ativação por meio de procedimento lexical do objeto de discurso de característica genérica [1] *mulher*, que é retomado no percurso textual por meio de repetições. A cadeia estende-se por todo o texto e as repetições são compreendidas como um modo de manter o objeto acionado no discurso em foco na memória discursiva do interlocutor. As repetições são formas correferenciais que cooperam para a continuidade do texto.

As ocorrências de remissões por (re)categorizações predicativas não superam o emprego das repetições no texto. As formas [21] *vítima* e [34] *assassinadas* são exemplos de (re)categorizações do objeto [1] *mulher*. A partir dessas propriedades, novas informações a respeito do modo como a mulher é considerada em determinado contexto podem ser observadas.

Nota-se também que o objeto de discurso [1] *mulher* é desativado algumas vezes no texto, dando espaço para a introdução de novos objetos como a ocorrência identificada na CR 2, [12] *o caso ocorrido em dezembro de 1976*, que ativa por meio de procedimentos lexicais um novo objeto. A remissão por meio de (re)categorização é a estratégia mais empregada pelo produtor do texto nesta CR. Em [13] *o assassinato de Ângela Diniz*, em [15] *um crime* e em [17] *o ato* ocorrem novas predicções a respeito do objeto já conhecido [12] *o caso ocorrido em dezembro de 1976*. Quanto ao objeto de discurso [14] *a bela Pantera da sociedade mineira* verificou-se que ele remete ao objeto [13] *assassinato de Ângela Diniz*, no entanto, ele confere novas propriedades a *Ângela Diniz*, enfatizando a “imagem social” daquela mulher.

Na CR 3, ocorre a ativação por meio de nome próprio do objeto [22] *Eliza Samudio*. Há, portanto, uma categorização, conforme Koch (2008b), sendo retomada no percurso textual por repetições de itens lexicais e por elipses, procedimentos correferenciais que não alteram o objeto de discurso ativado. São significativas nesta CR as remissões verificadas em [29] *amante* e [30] *ficante*, que geram (re)categorizações do objeto [22] *Eliza Samudio*, agregando novas características que contribuem para enfatizar a maneira como a mulher é vista pela comunidade, especialmente em questões de conflito no campo afetivo. O emprego das formas *amante* e *ficante*, conforme se observa no texto, atuam no sentido de desqualificar e desmoralizar *Eliza Samudio*. Entende-se que o emprego dessas formas reitera uma representação cristalizada da mulher na sociedade.

Por fim, além das três cadeias referenciais identificadas, objetos de discurso de menção única, também foram selecionados no texto por serem representativos no sentido de acrescentarem novas informações ao texto. O objeto [18] *jornalista Sandra Florentino Gomide* dá ciência ao interlocutor de que a violência contra a mulher se dá em todas as esferas sociais. Enquanto os objetos [19] *donos do corpo da mulher*, [31] *preconceito contra as mulheres* e [32] *a honestidade da vítima*

referem conceitos culturais que colocam a mulher em condição de inferioridade numa sociedade em que a figura masculina ainda ocupa papel central.

II - A banalização e o padrão da violência

Mas a repercussão desses casos contribui para que novas ocorrências sejam evitadas? Não falta divulgação quando o assunto é [1] **violência doméstica e sexual**, alerta a feminista Amelinha Teles, coordenadora dos projetos “Promotoras Legais Populares” e “Maria, Maria”, e integrante da União de Mulheres de São Paulo. A mídia mobiliza, alardeia sobre o [2] **“massacre das mulheres brasileiras”**, mostra [3] **os fatos**, [4] **cenários da barbárie**, [5] **de sofrimento**, mas a cobertura em geral é superficial. “Nada de tocar na [6] **discriminação histórica contra as mulheres**. Não se enfrentam [7] **as desigualdades de gênero**, em que os homens ainda se gabam de decidir sobre a vida e a morte das mulheres”, critica.

Além disso, tanto a sociedade como o Estado brasileiro ainda são bastante omissos quanto se trata da [8] **violência de gênero**. “Lamentavelmente, somos ainda um país conivente com [9] **a violência contra as mulheres**. Justificam-se [10] **os atos violentos** alegando [11] **a culpa das vítimas**”, lamenta Amelinha. “Se a cada 2 horas [12] **uma mulher** é [13] **assassinada** no Brasil [Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari], quando é que os poderes públicos e a mídia vão buscar uma abordagem séria e responsável para enfrentar [14] **tamanha violência?**”

Infelizmente, [15] **a violência contra as mulheres** ocorre em qualquer parte do mundo, em qualquer grupo étnico/racial assim como em qualquer classe social, lembram Luiza Eluf e Amelinha. E o padrão é sempre o mesmo, segundo Miriam Nobre, coordenadora da Secretaria Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – movimento feminista atuante em 66 países e hoje com sede no Brasil: [16] **a mulher que sofre violência** é sempre [17] **punida**.

Miriam relata que [18] **a violência contra a mulher** é usada também como [19] **“arma”** por grupos em contextos de conflitos armados, de guerra, para humilhar e desestruturar o funcionamento da comunidade: ocorrem [20] **situações horríveis** de [21] **violência** e de [22] **estupro**, e [23] **as mulheres violentadas** depois são [24] **rejeitadas** pelo marido e por sua comunidade. “Vimos isto ocorrer muito no Congo, preparando o final da nossa 3ª Ação Internacional”, explica.

“Ouvimos também sobre [25] os “crimes de honra” em algumas comunidades da Turquia, onde [26] a menina é [27] violentada, a comunidade fica sabendo e, então, a família tem de matá- [28] la, para ‘lavar a honra’ da família.”

Nesses e em outros países há, porém, muitos casos de mulheres que tentam fugir de uma regra qualquer, como as que se recusam a casar precocemente em um casamento arranjado e contam, para tal, com o apoio das mães, tias, mas são todas punidas. “Temos também lidado com essas situações de violência aqui, no Brasil, onde se ‘apedreja’ moralmente a vítima.

Logo, as situações objetivam o mesmo: manter [29] uma sociedade patriarcal funcionando”, deduz Miriam. As integrantes da MMM também têm visto muito a utilização da [30] violência contra mulheres num contexto de criminalização dos movimentos sociais. “É o mesmo padrão, enquanto [31] as mulheres estão em casa, não há problema, mas quando estão na política são [32] severamente punidas – e com [33] violência sexual. Vemos isto acontecendo em Honduras, no México: a violência usada como forma de parar as mulheres.”

[34] A violência doméstica e familiar também afeta mulheres imigrantes no Brasil, como tem ocorrido com bolivianas, que são trazidas ou vêm espontaneamente trabalhar em São Paulo, às vezes com toda a família, principalmente em oficinas clandestinas de confecção de roupas. Segundo Amelinha, elas temem fazer denúncias de agressão porque vivem sem documentação regular: “As políticas públicas têm de incluir essas mulheres no acesso à Justiça, sob pena de precarizar ainda mais suas vidas e trabalho.”

Cadeia Referencial 1 – Violência

- [1] violência doméstica e sexual: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [2] massacre das mulheres brasileiras: remissão por (re)categorização predicativa.
- [3] os fatos: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [4] cenas da barbárie: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [5] (cenas) de sofrimento: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [8] violência de gênero: remissão por (re)categorização predicativa.
- [9] a violência contra as mulheres: remissão por (re)categorização predicativa.
- [10] os atos violentos: remissão por (re)categorização predicativa.
- [15] a violência contra as mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [18] a violência contra a mulher: retomada explícita por repetição de item lexical.

- [19] arma: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [20] situações horríveis: ativação ancorada por anáfora indireta.
- [21] violência: remissão por (re)categorização predicativa.
- [22] estupro: remissão por (re)categorização predicativa.
- [30] violência contra mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [33] violência sexual: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [34] violência doméstica e familiar: retomada explícita por repetição de item lexical.

Cadeia Referencial 2: uma mulher

- [12] uma mulher: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [13] assassinada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [14] tamanha violência: remissão por (re)categorização predicativa.
- [16] a mulher que sofre violência: remissão por (re)categorização predicativa.
- [17] punida: remissão por (re)categorização predicativa.
- [31] as mulheres: retomada explícita por repetição de item lexical.
- [32] severamente punidas: remissão por (re)categorização predicativa.

Cadeia Referencial 3: mulheres violentadas

- [23] as mulheres violentadas: introdução ou ativação de objeto de discurso.
- [24] rejeitadas: remissão por (re)categorização predicativa.
- [26] a menina: ativação por anáfora associativa.
- [27] violentada: remissão por (re)categorização predicativa.
- [28] la: retomada explícita por pronominalização correferencial.

Menção única

- [6] discriminação histórica contra as mulheres: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.
- [7] as desigualdades de gênero: introdução ou ativação de objeto de discurso: introdução de objeto de discurso em menção única.
- [11] a culpa das vítimas: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.
- [29] uma sociedade patriarcal: introdução ou ativação de objeto de discurso em menção única.

CR 1

[1] violência doméstica e sexual ⇒ [2] massacre das mulheres brasileiras ⇒ [3] os fatos [4] cenas da barbárie ⇒ [5] (cenas) de sofrimento ⇒ [8] violência de gênero ⇒ [9] a violência contra as mulheres ⇒ [10] os atos violentos ⇒ [15] a violência contra as mulheres ⇒ [18] a violência contra a mulher ⇒ [19] arma ⇒ [30] violência contra mulheres ⇒ [33] violência sexual ⇒ [34] violência doméstica e familiar.

CR2

[12] uma mulher ⇒ [13] assassinada ⇒ [14] tamanha violência ⇒ [16] a mulher que sofre violência ⇒ [17] punida ⇒ [31] as mulheres ⇒ [32] severamente punidas.

CR3

[23] as mulheres violentadas ⇒ [24] rejeitadas ⇒ [26] a menina ⇒ [27] violentada ⇒ [28] la.

Menção única

[6] discriminação histórica contra as mulheres.

[7] as desigualdades de gênero.

[11] a culpa das vítimas.

[25] os “crimes de honra”.

[29] uma sociedade patriarcal.

O trecho da matéria apresentado acima e intitulado “A banalização e o padrão da violência” trata com ênfase as formas de violência mais comuns praticadas contra as mulheres. O tema é inserido na primeira cadeia referencial pela ativação do objeto de discurso [1] *violência doméstica e sexual*. No decorrer do texto, esse objeto é reiterado e alterado pelas formas nominais [2] *massacre da mulheres brasileiras* e [8] *violência de gênero*, por exemplo, que operam (re)categorizações no objeto [1] *violência doméstica e sexual*.

Observa-se nesta CR que os objetos de discurso são constantemente movimentados, ocorrendo (re)categorizações a partir de (re)categorizações como a verificada em [9] *a violência contra as mulheres*. Trata-se de uma predicação que imprime novas informações tanto em [1] *violência doméstica e sexual* e em [8]

violência de gênero. Esse movimento enriquece a composição textual, coopera para a organização das informações no texto e, fundamentalmente, exerce um papel discursivo relevante, visto que, segundo Koch (2008b, p. 110), tanto as categorizações quanto as (re)categorizações têm função argumentativa no texto.

Em [19] *arma* e [20] *situações horríveis*, ocorre a ativação de novos objetos de discurso por meio de anáfora indireta. Esse procedimento insere no texto informações novas com base em elementos âncoras dispostos no cotexto. Há uma categorização de objeto de discurso, podendo progredir para uma (re)categorização. É o que ocorre em [21] *violência* e [22] *estupro*, em que novas propriedades são atribuídas ao objeto [20] *situações horríveis*.

Verificou-se, na CR 1, ocorrências significativas de repetições que enfatizam a questão da violência, em especial da violência doméstica e sexual sofrida pelas mulheres. Os casos especificados em [15] *a violência contra as mulheres*, em [18] *a violência contra a mulher* e em [30] *violência contra mulheres* são reconhecidos como um recurso argumentativo e enfático, que reafirma a gravidade do problema, que é a violência que acomete as mulheres.

Na CR 2, observou-se a introdução do elemento [12] *uma mulher*. Essa cadeia é caracterizada pelas retomadas, por meio de formas genéricas, como em [31] *as mulheres*. Trata-se de uma estratégia de repetição com correferencialidade e que não acrescenta novas características ao objeto já presente no cotexto. Quanto às remissões por (re)categorização predicativa, as ocorrências verificadas em [13] *assassinada*, [16] *a mulher que sofre violência*, [17] *punidas* e [31] *severamente punidas* reforçam as consequências da violência.

No caso da CR 3, é ativado um novo objeto de discurso, visto que [23] *mulheres violentadas* refere a questão da violência contra as mulheres e meninas de origem muçulmana. Há, na cadeia, a ativação por anáfora associativa do objeto [21] *a menina*, a partir de uma relação de proximidade com o objeto [23] *mulheres violentadas*. A remissão por (re)categorização predicativa como em [24] *rejeitadas* acrescenta novas informações ao objeto já presente no cotexto. A temática relacionada à condição da mulher na cultura muçulmana foi explorada no texto 1, “Morrendo de vergonha”, retratando os aspectos de uma forma de violência ainda tão presente na vida de milhares de mulheres.

Para encerrar a análise do texto 6, cabe ressaltar as ocorrências de introdução de elementos no texto por meio de menção única. As formas referenciais

[6] *discriminação histórica contra as mulheres*, [7] *as desigualdades de gênero*, [11] *a culpa das vítimas* e [29] *uma sociedade patriarcal*, da mesma forma que nas análises anteriores, indicam informações novas dentro do fluxo textual. Além disso, esses objetos são interpretados como fundamentais, pois imprimem ao texto uma perspectiva que reafirma a condição da mulher em determinado contexto social e cultural.

Ao final do processo de análise dos textos, constatou-se que as cadeias referenciais possibilitam identificar e explorar os caminhos que os objetos de discurso percorrem ao serem ativados no fluxo textual. Esse processamento de elementos e estratégias dentro do texto, envolvendo aspectos coesivos e discursivos, revela a dinamicidade das escolhas linguísticas a partir de propósitos comunicativos pré-estabelecidos. Assim, a noção de referenciação é reafirmada como um conjunto de ações sistemáticas que envolvem o universo textual imediato (cotexto) e, principalmente, o contexto social, histórico e cultural no qual os sujeitos atuam em regime de cooperação e negociação de sentidos.

Com as análises implementadas a partir das cadeias referenciais, verificou-se que ocorre a ativação de objetos de discurso que são desfocalizados e reativados no percurso textual. Essa ação atua sobre a organização das informações no texto, tornando-o dinâmico. A movimentação dos objetos de discurso nas cadeias referenciais se dá por meio de formas gramaticais e lexicais, e é possível verificar quais escolhas linguísticas foram realizadas e o efeito delas nos sentidos do texto.

Desse modo, observou-se que o emprego das formas gramaticais, como as pronominalizações e as elipses, desempenha a função de organizadores textuais, atuando fundamentalmente na superfície do texto. Trata-se de estratégias de referenciação correferenciais, que retomam diretamente um objeto já conhecido do interlocutor. Segundo Adam (2008), a pronominalização garante a continuidade textual, não acrescentando novas informações aos objetos de discurso já presentes no cotexto. O mesmo pode-se dizer das elipses, pois cooperam para a manutenção do fluxo do texto. São casos de anáfora zero, em que o conteúdo informacional é alcançado por meio de elementos já mencionados, conforme destaca Roncarati (2010, p. 144).

As retomadas por meio de pronomes e de elipses não superam o emprego das formas lexicais no *corpus* analisado. Sob o ponto de vista da subjetividade e da identidade na linguagem, esse é um aspecto relevante, pois viabiliza a reflexão a

respeito da relação entre esses aspectos e os processos de referenciação e sua funcionalidade discursiva na construção e constituição da linguagem. Esse aspecto é relevante também sob o ponto de vista das especificidades dos gêneros textuais analisados. Embora a questão do gênero textual seja decisiva para a investigação não se pode ignorar que ele tem um papel importante nas escolhas linguísticas efetuadas.

As formas lexicais, ao serem ativadas no texto, promovem uma categorização, ou seja, apresentam uma propriedade, uma característica a respeito do objeto de discurso. Quando acontecem as retomadas por outras formas nominais, elas operam uma (re)categorização do objeto já ativado, ou seja, são incorporadas ao objeto, já conhecido, novas propriedades ou predicções que são importantes do ponto de vista da progressão dos objetos na esfera discursiva. As repetições, as ativações por anáforas associativas e indiretas e as remissões por (re)categorização predicativa são estratégias em que as formas nominais prevalecem nos textos analisados. Isso significa que os objetos de discurso progridem no percurso do texto, por meio de novas propriedades e informações, em função dos objetivos dos produtores dos textos.

As repetições foram identificadas nos textos 3, 4, 5 e 6, esse processo contribui para a continuidade textual, pois mantém o objeto de discurso presente na consciência do interlocutor. Entretanto, não se pode levar em conta somente o aspecto estrutural dessa estratégia. Em certos momentos, ela pode atuar no sentido de “provocar” o interlocutor, chamando sua atenção para os objetivos de quem produz o texto. Segundo Koch (2011), as repetições operam enfaticamente tanto no texto falado como no escrito.

Os objetos de discurso *pobres* (texto 3), *vítima* (texto 4 e 5) e *violência contra as mulheres* (texto 6/ II) são formas reiteradas, ressaltando a sua importância no cotexto e no contexto discursivo. O esforço para manter esses objetos presentes na memória do interlocutor revela uma intenção por parte do produtor textual, pois essas repetições estão muitas vezes relacionadas a questões centrais abordadas nos textos.

Considerando a relevância das formas nominais, convém ressaltar também a importância das ocorrências de anáforas associativas e de anáforas indiretas. Ambas ativam novos objetos de discurso e agregam informações relevantes ao texto. No caso das anáforas associativas, elas ativam informações a partir de

relações de proximidade e identidade com um elemento inserido no cotexto. Quanto às anáforas indiretas, elas introduzem novas informações que são acessadas pelo interlocutor inferencialmente, a depender de âncoras dispostas no cotexto e de conhecimentos extralinguísticos.

Outro procedimento significativo dentro dos textos analisados são as ocorrências de remissão por meio de (re)categorização predicativa. A remissão introduz informações e propriedades novas sobre um objeto de discurso que, de acordo com Roncarati (2010), contribuem para a evolução do objeto de discurso no percurso textual. As remissões agem tanto na estrutura, no nível organizacional, como na movimentação informacional. As (re)categorizações revelam o ponto de vista do produtor do texto, que por meio da seleção lexical modificam ou reafirmam suas intenções e objetivos comunicativos.

Entretanto, levando-se em conta as novas informações que são ativadas pelo processo de (re)categorização e os efeitos disso na construção dos sentidos, compreende-se que se trata de uma estratégia que atua discursivamente no texto. Desse modo, essa estratégia torna-se fundamental no processo de referenciação, pois corresponde a uma ação discursiva. Nos textos investigados, muitos são os casos em que as (re)categorizações cooperam para retratar a representação da mulher, evidenciando sua influência na manutenção ou alteração de um estereótipo feminino. Além disso, colaboram para que a subjetividade seja apagada ou ressaltada em função de um “querer dizer”.

As formas *mizeraveis Viuvae Solteiras* (texto 3), *prisioneira*, *criaturas frágeis*, *jezebéis malignas* (texto 4), *dominada*, *tão submissa* (texto 5) e *uma amante*, *severamente punidas* (texto 6) são apenas alguns exemplos que retratam, por meio de predicções, aspectos relativos à mulher em condição de violência, levando-se em conta fatores de ordem social e cultural. Eles retratam a representação construída da mulher que acaba sendo responsabilizada pelo fato de sofrer a violência.

Da mesma forma, objetos de discurso como *homicídio em defesa da honra*, *femicídio*, *matança de mulheres* (texto 4), *ameaçada*, *dominadas* (texto 5) e *massacre das mulheres brasileiras*, *mulheres violentadas* (texto 6), entre outras, revelam formas de violência sofridas pelas mulheres de classes sociais e faixas etárias diversas. As (re)categorizações, nesse sentido, buscam romper práticas que já se incorporaram na sociedade, em que as agressões sofridas pelas mulheres são

banalizadas, ao ponto de se fixarem como “normais” tanto para os homens quanto para as mulheres.

Desse modo, as escolhas lexicais e as estratégias de referenciação podem ser vistas como fundamentais dentro dos textos, pois atuam tanto no sentido positivo quanto negativo, alterando ou reforçando paradigmas. O produtor do texto lança mão de recursos que lhe permitem direcionar o interlocutor, buscando obter dele uma resposta, uma posição. Tendo isso em mente, fica evidente a relevância do processo de referenciação nas produções textuais, pois correspondem a escolhas em função de interesses particulares e coletivos.

Outro aspecto considerado na análise dos textos é o procedimento de ativação de objetos de discurso em menção única. Segundo Cavalcante (2003), esse procedimento diz respeito ao ato imediato da enunciação. Para este trabalho, observar esses elementos foi fundamental, pois agregam ao texto informações representativas do ponto de vista discursivo.

Objetos mencionados uma única vez como *sobreviventes de ataques assassinos*, *vítimas de homicídio* (texto 4), *mulher em situação inferior* (texto 5), *donos do corpo da mulher* (texto 6/ I) e *discriminação histórica contra as mulheres*, *sociedade patriarcal* e (texto 6/ II) reafirmam o caráter cultural da representação da mulher. Isso reforça a relação entre a prática da violência contra a mulher e fatores de ordem social que resultam de modelos culturais em que o masculino mantém-se no topo da hierarquia.

Por outro lado, o emprego dos objetos de menção única, *mecanismos de proteção à vítima* e *políticas públicas voltadas para as mulheres* (texto 5) apontam para o desenvolvimento de ações que buscam alterar um padrão cultural que encara como natural os crimes cometidos contra as mulheres. Esse procedimento indica que os processos de referenciação textual podem ser empregados como mecanismos que cooperam para a alteração da representação da mulher.

Por fim, retomados os principais aspectos relativos ao processo de identificação e análise das cadeias referenciais, destaca-se que, no próximo capítulo, são tratados os fatores que dizem respeito à subjetividade e à representação da identidade da mulher em situação de violência. Salienta-se que observada a relevância dos elementos nominais no texto, foram consideradas para a investigação a seguir apenas a categorização e (re)categorização de objetos de discurso, pois são essas formas de referenciação que incorporam ao texto

informações relevantes para a análise. Salienta-se que as categorizações e as (re)categorizações ocorrem, principalmente, por meio da ativação ancorada por anáforas associativas e indiretas e por remissão predicativa. Para complementação, também foram levados em conta os objetos ativados em menção única.

CAPÍTULO 3

INTERPRETANDO OS DADOS À LUZ DA SUBJETIVIDADE E DAS IDENTIDADES

3.1 DA SUBJETIVIDADE E DA IDENTIDADE NA LINGUAGEM

Reafirma-se que, para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se a concepção de linguagem como uma atividade sociointeracionista, compreendida como uma prática social. Desse modo, destaca-se que, neste capítulo, são interpretados alguns dados obtidos com a análise das cadeias referenciais, considerando somente os elementos lexicais de referência, categorizações e (re)categorizações de objeto de discurso. Os procedimentos lexicais possibilitam compreender como as questões relativas à subjetividade e à identidade feminina se dão na linguagem, levando-se em conta a indissociabilidade existente entre esses dois fatores, pois tanto uma quanto a outra perspectiva apresentam como ponto de convergência o sujeito.

Sendo assim, apontar a concepção de sujeito que é adequada à pesquisa torna-se relevante, haja vista que o modo como ele é considerado exerce influência direta sobre a maneira como se concebe a própria linguagem, a subjetividade e as identidades. Nesse sentido, cabem as postulações de Hall (2005, p. 10), que propõe três concepções para distinguir alguns tipos de sujeitos e de identidades: o sujeito do iluminismo; o sujeito sociológico; e o sujeito pós-moderno.

Segundo o autor, o sujeito do iluminismo consiste em um ser totalmente centrado e individualista, dotado de um “eu” estável e único. Entende-se que se trata de um sujeito que tem suas atitudes pautadas na razão e na objetividade. Dessa forma, pode-se considerar que ele resulta de um momento histórico em que ocorre o surgimento de um novo quadro humano e social, no qual o conhecimento científico e o saber assumem um papel central.

O saber corresponde ao elemento essencial para a sobrevivência da humanidade, tornando-se indispensável para o progresso social. O conhecimento científico e racional consolida-se como primordial no processo de dominação e controle da natureza. O sujeito, agindo pautado no racionalismo e na ciência, pensa

assumir livremente as rédeas de seu destino, moldando a sociedade de acordo com seus interesses. Dentro dessa perspectiva, a questão da subjetividade e da identidade apresenta-se como estável e unificada, ideal aos olhos de uma sociedade fundamentada na lógica e na razão.

Em contrapartida ao sujeito do iluminismo, Hall (2005) apresenta o sujeito sociológico, definindo-o como um ser social, que não consegue sobreviver sem interagir com os demais membros da sociedade. O “eu” sociológico se constitui na relação com os demais, sendo o saber e o conhecimento o resultado da interação entre os sujeitos, levando-se em conta aspectos sociais, culturais e históricos. Essa perspectiva de sujeito corresponde à abordagem observada nos estudos de Bakhtin, que se contrapõe ao subjetivismo individualista. (BAKHTIN, 1997, p.121). O autor defende a ideia de que toda a expressão se concretiza no meio social no qual o sujeito está envolvido. Ainda que o enunciado tenha origem individual, ele somente encontra vivacidade em função da interação e da situação social e contextual.

Guerra (2008, p. 24) enfatiza a visão de sujeito sociológico de Bakhtin, argumentando que “o sujeito bakhtiniano é dialógico e seu conhecimento é fundamentado no discurso que ele produz”. A autora ainda aponta que esse sujeito “vem abalar a concepção de sujeito cartesiano, circunscrito em uma identidade permanente porque o sujeito bakhtiniano é solidário das alteridades de seu discurso ao ser concebido numa partição de uma multiplicidade de vozes concorrentes”. (GUERRA, 2008, p. 24)

Isto significa que o sujeito sociológico não sobrevive fora do universo social. A partir de sua inserção e interação social, ele é influenciado por diferentes discursos, ao mesmo tempo em que exerce influência discursiva sobre os outros sujeitos. Nesse caso, a subjetividade e a identidade ou identidades, já que são afetadas por diferentes fatores, são flexíveis, constituindo-se na relação entre os sujeitos e a sociedade.

Por fim, Hall (2005) apresenta o sujeito pós-moderno que é composto de muitas identidades ou fragmentado. Essa concepção de sujeito se constitui a partir das inúmeras formas em que se relaciona com os demais e com o universo sócio-histórico. A distinção existente entre o sujeito pós-moderno e o sociológico pode ser considerada tênue. Ambos resultam da interação social, no entanto o pós-moderno é tido como fruto do contexto social e cultural que nos últimos tempos passa por profundas mudanças. Esse sujeito não apresenta “uma identidade fixa, essencial ou

permanente” (HALL, 2005, p. 12). Dessa forma, a subjetividade e, essencialmente as identidades, tornam-se volúveis, em constante processo de constituição, dependendo das necessidades circunstanciais dos sujeitos.

Certamente, não se pode considerar que esses sujeitos apresentados por Hall (2005) correspondam a modelos acabados e cronologicamente situados, vista a impossibilidade de conceitos tão pontuais, principalmente quando se trata de linguagem, subjetividade e identidades. Cabe salientar que, para esta pesquisa, o sujeito que interessa é aquele que interage socialmente, influenciado pelo meio em que atua e é constituído por meio de relações sociais.

Pode-se, assim, compreender que o sujeito de que se trata corresponde àquele que se coloca em seu próprio discurso, ao mesmo tempo em que se constrói na interação com o espaço social em que está inserido e com os demais sujeitos. Destaca-se, assim, a questão da subjetividade e das identidades na linguagem que, conforme salientado anteriormente, estão intimamente ligadas. Pode-se afirmar que uma não existe sem outra.

De acordo com Paveau & Sarfati (2006), a questão da subjetividade na linguagem é introduzida por Bréal, quando da recepção francesa da gramática comparada. Essa subjetividade é manifestada, conforme apontam os autores, por meio de certos elementos da língua como verbos, advérbios, adjetivos e pronomes, que funcionam como marcadores de subjetividade. Bréal (1982, apud Paveau & Sarfati, 2006), declara que

se for verdade, como já se desejou algumas vezes, que a linguagem é um drama no qual as palavras figuram como atores e na qual o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é preciso, ao menos, corrigir essa comparação por meio de uma circunstância especial: o diretor frequentemente intervém na ação a fim de misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal [...] Essa intervenção é o que proponho chamar de o *lado subjetivo da linguagem*. (BRÉAL 1982, p. 234 apud PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 52)

As colocações de Bréal acabaram influenciando outros estudiosos, que passaram a considerar que a própria estrutura da língua apresenta traços subjetivos manifestados no exercício da linguagem, conforme apontam os autores. Dentre esses estudiosos, pode-se reconhecer Benveniste, cujos estudos apontam a subjetividade como um elemento inerente à linguagem.

Segundo Benveniste (2005), a subjetividade corresponde à capacidade de o locutor ou produtor de um enunciado se propor como sujeito. Benveniste parte da estrutura da língua, afirmando que a subjetividade se determina pelo *status* da “pessoa”. As pessoas referidas pelo autor são as pessoas pronominais, o “eu” e o “tu”, que funcionam discursivamente em uma relação de polaridade. Assim, o “eu” existe à medida que o “tu” também existe. Sempre que o “eu” é pronunciado no discurso, imediatamente institui-se um “tu”.

Desse modo, Benveniste afirma que “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. Ele ainda afirma que “a linguagem é tão marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. (BENVENISTE, 2005, p. 287)

Constata-se, a partir das postulações do autor, que é no uso da linguagem que a subjetividade se manifesta, especialmente se esse uso é compreendido como uma ação discursiva. Na perspectiva de Benveniste, há a necessidade de se considerar a combinação entre a estrutura linguística e o aspecto discursivo envolvido no ato da linguagem. Para o autor, os elementos linguísticos como os pronomes pessoais, verbos e algumas outras formas linguísticas apresentam traços subjetivos evidentes. O discurso é a maneira pela qual essa subjetividade é revelada.

Possenti (1993), por outro lado, questiona o modo como Benveniste aponta a questão da subjetividade, por eleger certos elementos como formas explícitas de subjetividade nas línguas. Possenti (op. cit.) afirma que “tudo o que sai da boca do homem tem sua marca”. Ele defende que o fato de o sujeito selecionar os recursos linguísticos apropriados aos seus objetivos comunicativos, a expressividade e o valor simbólico que essas escolhas sugerem na interação são marcas da subjetividade da linguagem.

O autor também destaca que “esta subjetividade, o locutor pode fazê-la ressaltar ou apagar-se, segundo se submeta mais ou menos fortemente às expectativas institucionais” (POSSENTI, 1993, p. 56). Desse modo, pode-se compreender que a subjetividade é inerente à linguagem. No entanto, os traços que tornam possível sua percepção estão no modo como os produtores dos textos realizam suas escolhas linguísticas, a depender de suas intenções ou objetivos reais de comunicação.

Nos textos analisados, entende-se que os processos de referenciação apresentam essa propriedade de fazer com que o produtor do texto ressalte ou apague os traços subjetivos da linguagem. Tanto as categorizações como as (re)categorizações de objetos de discurso são escolhas que agregam propriedades e características que podem servir como dispositivo para que o produtor do texto saliente ou não seu ponto de vista, seu juízo de valor.

Isso transpareceu nos textos quando foram focalizadas as estratégias e as escolhas lexicais aplicadas. Um exemplo corresponde ao emprego de *mulher que apanha*, no texto 5, como uma (re)categorização predicativa de *mulheres*. O uso dessa expressão em detrimento de outras formas, como *mulher que sofre agressão* ou *mulher em situação de violência*, aponta que o produtor do texto opera uma escolha, a qual ele considera apropriada, dentre as muitas opções lexicais que tem a sua disposição. A escolha realizada dá expressividade ao objetivo do produtor do texto. Sem rodeios, ele chama a atenção para a prática da violência contra a mulher, acionando diretamente uma das formas pela qual ela se concretiza.

No entanto, não é somente em função de necessidades individuais que as escolhas linguísticas ocorrem, principalmente quando se tem em mente um sujeito social, que se constrói na relação com outros sujeitos e com o espaço em que vive. Há aspectos e práticas comuns a uma sociedade indicando que a subjetividade na linguagem também depende de fatores sociais e de interação entre os sujeitos, o que imprime à composição textual valores e crenças compartilhadas por todos os participantes de uma mesma comunidade.

Nesse sentido, é apropriado recorrer aos estudos de Bakhtin (2003), uma vez que a ênfase está no aspecto interacionista da linguagem. É o processo de interação que permite ao sujeito ser atravessado por outras subjetividades. Segundo Guerra (2008), o sujeito, em Bakhtin,

nem é totalmente responsável pela produção do sentido, nem é totalmente reproduzidor de discursos cristalizados e não passíveis de nova significação. O sujeito estaria no intervalo (entremeio) dessas duas concepções. Desse ponto de vista, o individual é produto da interação social e coletiva. Para se constituir como sujeito, é necessário que o indivíduo interaja com outros sujeitos. (GUERRA, 2008, p. 26)

Entende-se que a interação postulada por Bakhtin e, conseqüentemente, a subjetividade, advém do que o autor denomina como “posição responsiva”, pois todo

enunciado⁹ que é produzido por um sujeito gera, inevitavelmente, uma resposta por parte de outro sujeito em uma relação de trocas sucessivas. Para o autor, “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2003, p. 271), mesmo que a resposta a um enunciado não ocorra no ato da comunicação.

Segundo Bakhtin, em uma situação de interação linguística, o interlocutor está disposto a concordar ou discordar com o produtor do enunciado; está disposto a completar ou aplicar o enunciado parcial ou totalmente. Essa disponibilidade ou essa “posição responsiva” se manifesta ao longo de todo processo de interação verbal, conforme argumenta o autor. Em outras palavras, compreende-se que a subjetividade em Bakhtin resulta da interação entre os sujeitos e se manifesta pela capacidade que eles (produtor e receptor textual) têm de emitir um juízo de valor.

Recorrendo-se ao exemplo *mulher que apanha*, entende-se que, com a escolha efetuada, tanto o produtor do texto quanto o receptor atuam na construção dos significados. Assim, o emprego desse elemento fará sentido somente quando for construído em um contexto de interação, levando-se em conta os sujeitos, os conhecimentos partilhados e os fatores situacionais em questão.

Esse aspecto reforça a relevância do processo de referenciação, a partir da perspectiva sociointeracionista, na reprodução de valores já existentes na sociedade ou na formação ou alteração de valores comuns entre os sujeitos. O produtor de um enunciado emite o seu juízo de valor por meio de suas escolhas lexicais, esperando uma atitude por parte de quem recebe o texto. Por outro lado, o interlocutor pode concordar ou discordar da posição de quem produziu o enunciado, formando também o seu juízo de valor. São as subjetividades sendo atravessadas, ressaltadas, apagadas, construídas e compartilhadas, o que pode acarretar a construção ou não de novos valores e de identidades, revelando a existência de um processo intersubjetivo.

Sob essa perspectiva a linguagem e a subjetividade podem ser compreendidas como determinantes na formação, consolidação e transformação de identidades. Hall (2005), ao tratar do descentramento do sujeito e do fato de as

⁹ Enunciado, conforme propõe Bakhtin (2003, p. 269), corresponde a “unidade real de comunicação discursiva”. Segundo o autor, o enunciado, diferentemente das frases ou orações, possibilitam a interação real entre os sujeitos, pois permitem a troca necessária por intermédio de perguntas, resposta, objeções, argumentos, concordância, discordância, etc. É por meio de enunciados que a linguagem se efetiva.

identidades estarem em processo de fragmentação, aponta a semelhança entre a língua e a identidade. De acordo com o autor, a língua deve ser pensada como meio para estimular significados e representações dentro de um universo social e cultural, e não somente uma forma de dar expressividade aos pensamentos. Esse aspecto reforça a indissociabilidade existente entre subjetividade e as identidades.

No que se refere aos textos analisados, verificou-se que as categorizações e as (re)categorizações dos objetos de discurso podem atuar no sentido de construir, reproduzir e modificar valores. Um exemplo pode ser considerado a partir do emprego do objeto de discurso *a mulher de classe média*, uma (re)categorização verificada no texto 5, que oferece ao interlocutor uma nova e decisiva informação a respeito da mulher que sofre violência.

Compreende-se que essa (re)categorização contribui para a quebra de um padrão social e cultural estabelecido da violência como restrita a um grupo de mulheres, as pobres e as ignorantes. O procedimento revela informações, talvez desconhecidas do interlocutor, que cooperam para que ele emita um juízo de valor. Assim, pode rever os seus próprios conceitos. A linguagem, da forma como é articulada, possibilita um novo olhar a respeito de um problema recorrente, que poderá acarretar uma alteração nos valores e crenças comuns a respeito da mulher que sofre violência. Portanto, as modificações no modo como a mulher é representada pode interferir na constituição da identidade feminina.

Essa alteração de identidades se dá em virtude da heterogeneidade que a caracteriza. As identidades sofrem transformações na medida em que são afetadas pela linguagem, por meio dos inúmeros discursos que compõem o universo social em que os sujeitos estão inseridos. Assim, uma identidade poderá ser sempre alterada, do mesmo modo em que a subjetividade também jamais permanecerá a mesma.

Rajagopalan (2003) afirma que, além de as identidades se encontrarem em constante estado de mudança, são definidas nas relações estruturais que regem determinado momento ou situação, sendo a oposição o fator determinante na demarcação de uma identidade. Esse aspecto heterogêneo que caracteriza as identidades também é destacado por Silva (2003). O autor afirma que

[...] podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e

narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2003, p. 8)

As considerações desses autores reafirmam o fato de as identidades não apresentarem essência, estabilidade, coerência ou unificação. Da mesma forma, levantam duas questões, que à primeira vista parecem distintas, mas que devem ser observadas atentamente. A primeira corresponde ao princípio de que uma identidade se define em oposição à outra identidade. Assim, a identidade feminina, por exemplo, só pode ser reconhecida como tal em oposição à identidade masculina. Isso ocorre em função de aspectos subjetivos, mas em grande parte em função das relações sociais a que os sujeitos estão expostos em suas práticas cotidianas. Essa condição conduz à segunda questão que é apontada por Silva (2003), ao destacar que “a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas”.

Considerando os três primeiros textos analisados, essa questão parece decisiva, pois, em virtude das características sociais condizentes com o período em que foram produzidos, possibilita observar como a mulher é representada social e culturalmente. Por meio dos elementos de referência *mulheres solteira, todas as Mulheres Viúva e solteiras e miseráveis Viúvas, e Solteiras* verifica-se que ocorre uma segmentação que confere às mulheres solteiras e viúvas um *status* social distinto.

Ao serem caracterizadas, por (re)categorização, como miseráveis, pobres e desamparadas, conforme se verificou no texto 3, fica evidente que existem diferenças precisas entre o feminino e o masculino, pois fica transparente no percurso textual a importância do homem naquela sociedade. Os papéis sociais são bem definidos, cabendo à mulher o cuidado com os filhos e, ao homem, o sustento da família. Trata-se de um padrão cultural estabelecido em que a mulher corresponde à representação da fragilidade, enquanto o homem representa a proteção. Essa oposição entre o fraco e o forte, o incapaz e o capaz, ocorre devido à necessidade de se estabelecer e reafirmar os papéis sociais de mulheres e homens naquela cultura.

Ao se observarem os textos 4 e 5, por exemplo, constata-se que há uma alteração no modo como o masculino e o feminino se opõem. Se nos textos de 1798 o homem é caracterizado como protetor da mulher, nos mais recentes essa

oposição é marcada pela relação entre a vítima e o agressor. Há uma alteração no discurso, uma vez que a mulher deixa de ser vista como incapaz e totalmente dependente da figura do homem. No entanto, a oposição é mantida e a identidade feminina se contrapõe à masculina.

A propósito de discursos, são eles ou as práticas discursivas que instituem, reforçam, alteram e recriam identidades. Portanto, a identidade feminina se constitui como tal em função de um discurso feminino, ao mesmo tempo em que um discurso masculino constrói não somente a identidade masculina, mas reafirma as diferenças que distinguem os papéis sociais do homem e da mulher. Não são as características e oposições de ordem meramente biológica que definem as identidades, mas construções discursivas que se efetivam no âmbito social e cultural que cercam mulheres e homens.

Esse aspecto é discutido por Silva (2003) que, ao se reportar à formação social da identidade, afirma a existência de um vínculo indissociável entre diferença e identidade. Para o autor, a diferença depende de “declarações negativas sobre (outras) identidades” e, isso faz com que ambas, identidade e diferença, sejam inseparáveis. Assim, a oposição pode ser interpretada como um recurso que dá ênfase à diferença sob a perspectiva da negatividade, resultando na causa dos conflitos sociais decorrentes da multiplicidade de identidades com as quais os sujeitos se confrontam por toda sua existência.

Esse é um aspecto que pode ser discutido com base nos elementos referenciais identificados nos textos, pois algumas categorizações e (re)categorizações servem como fonte para evidenciar que a construção da representação da mulher foi pautada em aspectos negativos que se estabeleceram sob artifícios culturais. No texto 4, por exemplo, verificou-se que o elemento (re)categorizador *jezebéis malignas* caracteriza a mulher sob uma perspectiva negativa. Quanto aos textos 5 e 6, constatou-se que o emprego de formas como *culpada*, *uma amante*, *ficante*, bem como os objetos categorizados em menção única como *a mulher em situação inferior* e *a culpa das vítimas* destacam e reforçam uma representação negativa a respeito da mulher, sempre em oposição ao masculino, o que, de certo modo, justificaria as práticas de violência.

A discussão dos aspectos relativos à oposição, à diferença e às práticas discursivas é determinante quando se busca investigar a identidade da mulher em situação de violência e sua relação com a linguagem. O ponto de partida equivale a

considerar que a linguagem é responsável por demarcar ou fixar as identidades por meio de discursos que regem as práticas sociais.

Silva (2003) argumenta que a identidade e a diferença são criações linguísticas, frutos de atos de linguagem. Percebe-se, desse modo, que, tanto as identidades quanto a diferença resultam e são alimentadas por discursos que se concretizam pela ação linguística. Tomando-se isso por princípio, reafirma-se o aspecto social e cultural da constituição das identidades, podendo ser modificadas na medida em que se alteram fatores sociais e culturais.

Isso fica evidente quando comparamos os textos produzidos e os discursos que são reproduzidos por eles. Apesar de os textos apresentarem a intenção de chamar a atenção para o problema da violência e, assim, sensibilizar o interlocutor para uma mudança de comportamento, em nenhum deles a mulher é colocada em condição superior ao homem, ou pelo menos em igualdade por meio dos elementos de referenciação. No entanto, considera-se que há indícios que apontam para a possibilidade de alterações na representação da mulher, como o fato de os textos 5 e 6 destacarem a violência praticada em diferentes esferas sociais.

Considerando a influência dos aspectos culturais na formação das identidades e a relação com os discursos, observou-se nos textos 1, 2 e 3 que o fato de os filhos estarem sendo retirados das mães não é tratado explicitamente como uma forma de violência ou agressão à mulher. As providências são reclamadas pela necessidade de amparo e proteção, pela incapacidade das solteiras e das viúvas de sobreviverem sem o homem como provedor. Esse aspecto reforça a influência de fatores sociais e culturais da época, ainda latentes nos dias de hoje.

Da mesma forma, o texto 4 revela que valores religiosos e culturais apresentam um papel fundamental na construção da representação da mulher. As estratégias e elementos de referenciação empregados possibilitam a identificação de aspectos de uma sociedade em que meninas, jovens e mulheres são consideradas um perigo constante para a integridade e honra da família. Debater a respeito dessa questão, ainda que haja resistência, contribui para alteração de modelos construídos, resultando na alteração de práticas discursivas, na identidade e nos papéis sociais de homens e mulheres na cultura muçulmana.

Nos dois últimos textos, observou-se que os elementos de referenciação, apesar de ressaltarem a condição de vítima da mulher, apresentam os elementos categorizadores de menção única como *mecanismos de proteção à vítima* e *políticas*

públicas voltadas para as mulheres, além de o objeto de discurso ativado por anáfora indireta *fazer a denúncia*, como indicadores de uma mudança no enfrentamento da violência. São formas linguísticas que buscam alterar um discurso que molda as práticas sociais e coloca a mulher em condição de inferioridade e submissão perante o homem.

Do mesmo modo, a inserção de elementos que apontam para a condição social das mulheres em situação de violência como os objetos de discurso *atriz*, *comerciante*, *professora universitária*, entre outros, busca sensibilizar para o fato de que a violência contra a mulher está em todas as classes sociais. É, portanto, fruto de um discurso em que o feminino encontra-se submisso ao masculino.

A relação existente entre constituição de uma identidade e os discursos também é destacada por Fabrício & Moita Lopes (2002, p. 16), para quem as identidades correspondem a construções discursivas e, dessa forma, são vistas como consequência da interação entre os sujeitos, bem como do meio social em que atuam. Vistas dessa maneira, identidade e linguagem são inseparáveis, desde que a linguagem seja compreendida como manifestação de discursos e constituidora dos sujeitos e da própria sociedade. Para os autores, apoiados na teoria socioconstrucionista, “nas práticas discursivas em que estamos situados (...), construímos a outridade ao mesmo tempo em que ela nos constrói”. Dessa maneira, assumir uma identidade corresponde a assumir um discurso, ou, nas palavras dos autores, é “se posicionar discursivamente”.

Esses discursos, por consequência, criam representações que correspondem a um fator determinante na relação existente entre a linguagem e as identidades, dizem respeito à questão da representação e da significação, determinante tanto para uma como para as outras. De acordo com Silva (2003),

A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. (SILVA, 2003, p. 6)

Entende-se com isso que a estrutura linguística, a partir das escolhas realizadas pelos sujeitos, aliada aos aspectos sociais, tem o poder de imprimir simbologia à linguagem, que, por meio dos discursos, atua como forma de exercício de poder, interferindo diretamente na vida e na atuação dos sujeitos. Para Bourdieu

(1998), a relação entre linguagem e poder simbólico é indiscutível sob o ponto de vista de que

os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos. A língua raramente funciona, na existência ordinária, como puro instrumento de comunicação [...]. (BOURDIEU, 1997, p. 53)

Essas considerações encaminham a discussão no sentido de que qualquer ato de enunciação não ocorre sem que haja uma intenção e um efeito. Assim, convém considerar que os enunciados, realizados a partir de um planejamento e de escolhas lexicais apropriadas ao momento e aos objetivos comunicativos, têm a capacidade de se estabelecerem como configuradores de representações e, por consequência, de identidades. Nada na linguagem é e se realiza por acaso ou sem que haja algum efeito.

As representações fortalecem as diferenças e oposições, reafirmam as identidades e colaboram no estabelecimento de práticas discursivas e sociais. Portanto, cada expressão, ou de acordo com a concepção bakhtinana, cada enunciado é proferido e interpretado não apenas como elemento da estrutura da língua, mas como uma maneira de criar, reforçar ou alterar a consciência que uma pessoa tem de si mesma, de determinados grupos sociais ou da sociedade de modo geral. Nesse sentido, os discursos praticados pelos mais variados segmentos sociais destacam-se como fundamentais nas condições de vida dos sujeitos e na maneira como as relações se estabelecem entre eles, pois constituem e refletem identidades.

Guerra (2008), apoiada nas discussões de Orlandi (2001), enfatiza a questão dos discursos na constituição dos sujeitos e das relações sociais, apresentando os “discursos fundadores”. Segundo a autora, esses discursos

funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país, à medida que, por um lado, instauram a possibilidade de novos discursos e, por outro, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória”. (GUERRA, 2008, p. 98)

Considerando esse pressuposto, pode-se concluir que são esses “discursos fundadores” os responsáveis pela constituição e pela legitimação das identidades

sociais. Eles funcionam como referência para a construção de outros discursos que, direta ou indiretamente, atuam como reforçadores ou modificadores de identidades.

Assim, nos textos analisados, pode se considerar que a representação da mulher em situação de violência é constituída a partir de um discurso fundador que coloca o homem como o elemento central em uma cultura baseada em princípios patriarcais. Ainda que os elementos referenciais relativos ao masculino não tenham sido foco da investigação, para evidenciar a relevância do “discurso fundador” eles são relevantes.

Passagens identificadas nos textos como (...) *o macho como o único protetor da fêmea (...)*, (...) *o marido acha que tem plenos poderes sobre a mulher (...)* são reflexos de aspectos culturais que também são referidos nos textos. Os trechos (...) *inimigo invisível – as forças políticas, culturais e religiosas (...)*, (...) *a violência como algo que “faz parte” da vida de qualquer casal (...)*, (...) *a cultura - e a voz – machista nacional (...)*, (...) *cultura machista (...)*, reforçam a influência de aspectos de ordem social e cultural na constituição tanto da identidade do homem como da mulher.

Assim, seja por meio da modalidade oral, e principalmente pela linguagem escrita, dada a capacidade de fixação e disseminação de discursos, é possível observar os resultados da influência da linguagem na consciência e nas ações dos sujeitos. E são os inúmeros textos que os sujeitos fazem uso que possibilitam a observação do modo como a sociedade é constituída, da mesma forma que podem ser examinados como criadores e reguladores de identidades sociais e culturais.

No caso dos textos que foram analisados neste trabalho, pode-se considerá-los como fontes de representação e constituição de identidades. No que se refere às Cartas Notariais, verifica-se a forte influência que esses documentos exerceram na constituição e na organização da sociedade da época. As correspondências trocadas entre as autoridades tinham a função de conduzir as decisões, de resolver os conflitos existentes e de orientar as ações nas comunidades, atuando como um instrumento que fixa princípios e valores.

Quanto às matérias selecionadas das revistas, são consideradas importantes do ponto de vista da influência e do papel da mídia na sociedade. Com efeito, Fabrício & Moita Lopes (2002, p. 25) destacam que a mídia atua como figuradora e expositora da heterogeneidade e da diversidade social e cultural que cercam os sujeitos, principalmente na contemporaneidade. Da mesma forma, ela oportuniza o debate e a constatação das inúmeras identidades.

Ao se reportar à importância do discurso midiático na constituição dos sujeitos e das relações sociais, Guerra (2008, p. 99), abordando especificamente a questão da identidade feminina na mídia, destaca que, “ao representar a figura feminina, a imprensa concomitantemente constrói, projeta e estabiliza identidades sociais, em processos definidos historicamente e culturalmente”. Ela afirma desse modo que

assume-se que as práticas sociais de representação vigentes em certa época estão cristalizadas em formas textuais e que é possível associar as representações às *ordens do discurso* a que estão genealogicamente relacionadas e também a outros discursos que circulam na sociedade. (GUERRA, 2008, p. 99)

Cabe, assim, ressaltar que ao considerar a linguagem como constitutiva dos sujeitos e da sociedade, abre-se espaço para o fato de que são os discursos presentes nas mais variadas esferas da sociedade que possibilitam ao sujeito assumir diferentes identidades, e cada uma delas é cambiante e negociável, especialmente ao se levar em conta os múltiplos fatores que regem o modo como os sujeitos atuam na contemporaneidade.

Para Bauman (2005, p. 90), a natureza provisória de qualquer identidade reforça a ideia de que nada na natureza humana é dado sem direito à mudança. Ao contrário, nos tempos modernos, em que tudo se transforma numa velocidade exorbitante, o sujeito é confrontado com milhares de possibilidades que oportunizam a vivência de diferentes identidades. Esse movimento infinito que possibilita ao indivíduo assumir múltiplas identidades acarreta sempre a possibilidade da mudança. Assim, ele nunca poderá afirmar que a identidade assumida em determinado momento e em função das necessidades ou imposição social é a melhor e por quanto tempo ela será necessária ou útil.

Constata-se, assim, que os discursos reafirmados por meio da linguagem escrita são fundamentais para a consolidação e para a mudança das práticas sociais e das identidades. Considera-se que, a partir do momento em que um discurso é alterado por meio da linguagem, as representações e práticas sociais também sofrem alterações, acarretando não somente a alteração de uma identidade, no caso a feminina, mas de outras identidades sociais, como a masculina, por exemplo, que é construída em função da oposição e da diferença em relação à identidade feminina.

Essa visão do discurso como fundamentador de práticas sociais e de identidades refuta a ideia de que a linguagem apenas reproduz a sociedade e as ações dos sujeitos, assumindo um papel preponderante na configuração da sociedade em geral. A linguagem, na realidade, é parte da sociedade e dos sujeitos. Essa concepção é assegurada por meio da identificação dos elementos e estratégias de referenciação, pois eles viabilizaram a investigação de como se processa a subjetividade e a representação da identidade da mulher em situação de violência.

A referenciação, em especial as categorizações e as (re)categorizações, revelou de maneira recorrente tanto a condição da mulher que sofre violência: *vítimas de um homicídio em defesa da honra, assassinadas, ameaçadas, dominadas*, bem como as diferentes formas de violência que são acometidas: *violência doméstica e sexual, chantagem, estupro, assassinatos*, etc. apontam a necessidade do produtor do texto, com base em intenções e conhecimentos partilhados, de chamar a atenção do interlocutor para o problema da violência contra a mulher. Esse aspecto é compreendido pela extensão das cadeias referenciais que abordam tanto a mulher em condição de violência quanto as formas pelas quais essa violência se manifesta.

Ainda que os textos 5 e 6 indiquem uma alteração nos modelos culturais da mulher, com a iniciativa de denunciar seus agressores, verificou-se que os textos, por meio dos elementos de referenciação, salientam mais as situações de violência sofrida e praticada, colocando a mulher em condição de vítima. Isso acarreta o fortalecimento de uma relação de oposição em que o homem é representado como agressor. E pode ser interpretado como uma estratégia discursiva em que reforçar a imagem de vítima da mulher pode sensibilizar o interlocutor e acarretar mudanças em seus valores e crenças e, sobretudo, em suas práticas discursivas.

Considerando-se o papel da linguagem como veiculadora de discursos e a sua capacidade de configurar identidades, a ênfase na condição de vítima não contribui diretamente para a alteração da identidade da mulher. Por outro lado, levando-se em conta que o homem é posto como vilão ou como o mais forte em relação à mulher, entende-se que a representação do homem como dominador pode ser reforçada.

A partir das constatações obtidas com a análise, acredita-se que, para que haja efetivamente uma alteração na identidade feminina, o discurso deve ser

baseado na capacidade da mulher de se sobrepôr às situações de violência. É necessário que a violência praticada contra as mulheres esteja presente nos discursos, visto que é real e preocupante. Entretanto, o fator que deve prevalecer é aquele em que a mulher é capaz de reverter sua condição de inferioridade e submissão. Quando a ênfase permanece nos aspectos negativos, considera-se que a oposição entre o masculino e o feminino é intensificada com base no contraste entre o superior e o inferior, entre o forte e o fraco.

Diante do exposto e da relevância das escolhas linguísticas na produção de qualquer texto, qualquer tentativa de separar as discussões a respeito da subjetividade e das identidades na linguagem torna-se inapropriada, pois que, a certa altura, elas se mesclam e se confundem a ponto de a existência de uma ocorrer em função da outra. Esse aspecto torna-se evidente quando se parte do princípio de que a linguagem corresponde a uma atividade social e de interação. Entenda-se sob esse ponto de vista que diferentes fatores interferem no evento linguístico, já que a interação pressupõe cooperação, negociação, conflito, ponto de vista, juízo de valor, etc.

Os sujeitos são heterogêneos e altamente influenciados pelo meio social e pelos outros sujeitos. Koch (1997), citada por Morato (2007), destaca que, para as teorias sociointeracionistas, o sujeito não deixa de visto como

um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções socioculturais. (KOCH, 1997, p. 7 apud MORATO, 2007, p. 340)

Desse modo, se a subjetividade compreende a capacidade do sujeito de emitir os mais variados juízos de valor; as identidades correspondem à concretização desses julgamentos entre o que se considera como certo, errado, apropriado ou conveniente em determinados momentos da vida do sujeito e da comunidade em que vive.

A linguagem é, pois o ponto de encontro da subjetividade e das identidades. É o espaço comum de atuação desses dois aspectos. Nem a subjetividade e tampouco as identidades pré-existem à linguagem. As ações linguísticas possibilitam a manifestação da subjetividade e sustentam as identidades. Nesse sentido, destaca-se a pertinência das palavras de Romero (2008, p. 404) apontando que “[...]”

é através da linguagem que nos constituímos tanto como integrantes do grupo humano, social, ideológico em que estamos inseridos, quanto singularizamo-nos, marcando nossos traços individuais”.

Por fim, entende-se que, mesmo a estrutura da língua sofrendo alterações, os elementos de referência textual podem ser interpretados como meios pelos quais a linguagem se efetiva. Seja pelas escolhas lexicais ou pelas estratégias de organização do texto ou do discurso, a referência pode ser observada no *corpus* analisado tanto como uma forma de representação de subjetividade quanto de representação de identidade. Assim, reafirma-se que os textos foram produzidos em função de objetivos individuais e coletivos, evidenciando a relevância do aspectos extralinguísticos nas composições textuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo identificar e investigar o processo de referenciação textual no texto escrito, com o intuito de verificar como a subjetividade e a representação da mulher em situação de violência são apresentadas. Para a pesquisa, partiu-se das cadeias referenciais, focalizando as estratégias e escolhas linguísticas realizadas pelos produtores dos textos.

Para concretização da pesquisa, foram selecionados seis textos, os três primeiros denominados Cartas Notariais, produzidas no ano de 1798. Os outros três textos investigados correspondem a matérias jornalísticas publicadas em revistas distintas de circulação nacional, produzidas nos anos de 2001, 2006 e 2010. A opção por gêneros textuais diferentes e com datas de produção diversas está relacionada à intenção de demonstrar que a subjetividade e a identidade estão presentes em toda e qualquer forma de produção linguística.

Ressalta-se que a concepção de linguagem adotada corresponde a uma atividade sóciocognitiva interacionista, atuando como elemento constitutivo do sujeito e da sociedade em que ele está inserido. Da mesma forma, a visão de referenciação diz respeito a “práticas simbólicas” (Mondada & Dubois, 2003), em que a linguagem é operacionalizada a partir das relações entre os sujeitos, considerando aspectos de ordem social, cultural e histórica. Trata-se de um processo de interação e negociação para a construção e reconstrução dos sentidos do mundo.

No que se refere à subjetividade e as identidades, ressalta-se que ambas têm como ponto de convergência o sujeito. O fator que fundamenta a subjetividade e a identidade está relacionado às representações que se constituem por meio da linguagem. Isso reafirma as postulações de Bakhtin (2003), para quem nenhum enunciado é proferido sem que haja uma intenção, um objetivo.

Após o rastreamento das cadeias referenciais, foi possível tomar ciência do modo como elas foram constituídas. Verificou-se que a referenciação com correferencialidade promovida pelo emprego de pronomes, elipses e por anáfora direta, como nas repetições, atuam na continuidade do fluxo textual, não acrescentando novas propriedades e informações aos objetos de discurso já

presentes no cotexto. Constatou-se que o emprego desses elementos não supera o uso das formas lexicais na operacionalização do processo referencial.

As escolhas lexicais ou a referenciação por meio de elementos lexicais resultam na categorização de objetos de discurso quando ele é ativado no texto por meio de um nome. Quando ocorre uma remissão ao objeto já conhecido por meio de outra forma lexical, verifica-se uma (re)categorização. Esse procedimento não correferencial agrega novas informações ao objeto de discurso por meio de características e propriedades que são relevantes para a construção dos sentidos do texto, especialmente se for considerado o contexto em que os textos foram produzidos.

Buscou-se, com este trabalho, demonstrar que o processo de referenciação textual corresponde a uma forma produtiva de se investigar a linguagem como constitutiva do sujeito e do universo em que está inserido. Consoante com essa perspectiva, verificou-se que são as estratégias de referenciação por meio de categorização e (re)categorização de objetos de discurso que possibilitam a observação dos aspectos relativos à subjetividade e à representação da identidade da mulher em situação de violência.

As categorizações e (re)categorizações, que ocorrem por meio de anáforas associativas e indiretas e por remissão predicativa, além de indicarem o percurso dos objetos de discurso no universo textual, acrescentam propriedades importantes para a observação da subjetividade e da representação da identidade feminina no *corpus* analisado. Essa movimentação é operada em função tanto dos objetivos do produtor do texto quanto dos aspectos contextuais relevantes ao processo de referenciação.

A partir disso, constatou-se que as escolhas lexicais interferem no modo como o produtor do texto manifesta a sua subjetividade. Elas podem atuar no sentido de ressaltar ou apagar a subjetividade, portanto, são realizadas com base no projeto de “querer dizer” (KOCH, 2008) dos produtores dos textos. Do mesmo modo, verificou-se, também, que o produtor opera suas escolhas tendo como referência aspectos de ordem social e cultural, partindo dos conhecimentos compartilhados entre os sujeitos.

Desse modo, aspectos identitários são decisivos na produção de um texto, o que torna a subjetividade e as identidades elementos indissociáveis. As categorizações e (re)categorizações demonstram uma variação na representação da

mulher nos textos analisados. A questão da oposição, característica fundamental das identidades, segundo Silva (2003), é retratada primeiramente nos textos produzidos em 1798, numa relação de proteção e amparo. A mulher necessita de proteção enquanto o homem ocupa a função de protetor.

Nos textos 4, 5 e 6, a representação da mulher ocorre a partir de uma relação entre vítima e agressor. A mulher é apontada como vítima do homem tendo em vista fatores sociais, culturais e religiosos que a colocam em condição de desigualdade. A representação feminina é marcada pela ênfase no aspecto negativo de que ela é sempre inferior ao homem, seja pela incapacidade de manter-se financeiramente, seja por uma espécie de desvio moral e de caráter que ameaça a família e o homem e, conseqüentemente, a própria estrutura social. Cabe ao homem, assim, zelar pela manutenção de modelos estabelecidos em que homens e mulheres apresentam papéis sociais bem definidos.

Um aspecto positivo verificado com a análise, corresponde ao fato de certas formas referenciais apontarem para a mudança de um paradigma. São apresentados elementos que buscam alterar o padrão da mulher que é vítima de violência, do mesmo modo em que são expostas as iniciativas de denúncia dos agressores, tornando o problema conhecido de todos. Por fim, não menos importantes, estão os elementos de referenciação que apontam as iniciativas legais para amparo e proteção da mulher que sofre violência, podendo atuar como uma espécie de alerta para que a mulher busque alterar modelos em que a violência é reconhecida como natural.

A partir dos resultados obtidos com as análises, considera-se que as escolhas lexicais dão ênfase na condição da mulher como vítima. Entende-se que esse fato, possivelmente, está atrelado a um modelo instituído da mulher, em que ela se encontra em posição inferior à do homem. Trata-se de valores incorporados pela sociedade e que são representados nos textos. É a presença do sujeito e de conceitos sociais na composição textual, aspectos subjetivos e identitários que atuam na construção de uma comunidade e do próprio sujeito. Verificou-se, assim, que os elementos de referenciação são vistos como formas de manifestação de subjetividade de um sujeito que é influenciado pelo meio em que vive e das inúmeras identidades que o constituem.

Do mesmo modo, todos esses aspectos cooperam para a constituição das várias representações sociais e culturais, entre elas a da mulher. Entende-se que o

fato de os elementos lexicais de referenciação enfatizarem a mulher como vítima não contribui diretamente para a mudança na identidade feminina. A constituição das cadeias referenciais que retratam a mulher e as formas de violência praticadas corresponde a um artifício importante no sentido de chamar a atenção da sociedade para uma prática comum e desumana, o que pode acarretar uma revisão de atitudes, crenças e valores. Essa nova maneira de encarar os papéis sociais de homens e mulheres poderá, sim, resultar na modificação das identidades masculina e feminina.

Dessa forma, compreende-se que as investigações que buscam abarcar fatores internos e externos da linguagem podem acarretar benefícios tanto para os estudos linguísticos quanto para o ensino de línguas. Desse modo, salienta-se que esta pesquisa não esgota as possibilidades de investigação do *corpus*, podendo a observação dos elementos linguísticos que referem a representação da identidade masculina ser aprofundada. Esse aspecto poderá revelar fatores mais precisos que reforçam ou alteram as diferenças sociais e culturais existentes entre homens e mulheres.

Por fim, ressalta-se a necessidade da implementação de trabalhos futuros que tenham como foco o trabalho com o texto e os processos de referenciação no desenvolvimento de práticas pedagógicas, enfatizando a linguagem como parte do sujeito e da sociedade. Essa iniciativa atenderá uma das recomendações dos PCNs (2000, p. 20), que preconizam que nos dias de hoje a reflexão a respeito da linguagem e de todos os aspectos que a constituem torna-se muito mais que uma necessidade, correspondendo a “uma garantia de participação na vida social, a cidadania desejada”.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean- Michel. **A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. Revisão técnica Luis Passeggi e João G. da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2008.
- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). **Referenciação (Coleção clássicos da linguística I)**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53- 84.
- ARMSTRONG, Sally. Morrendo de vergonha. **Revista Reader's Digest Seleções**, Rio de Janeiro, p. 32 – 37, Jul. 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução: Paulo Bezerra. Prefácio: Tzvetan Todorov. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson. Apresentação de Mariana Yaguello. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira e colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 8ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BARONAS, Joyce E. & AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Ed. UEL. 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V.1. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs), 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (p. 251-280)
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005. 5ª ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão: prof. Isaac Nicolau Salum.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998.
- CATUNDA, Elisabeth Linhares; SOARES, Maria Elias. Uma análise da organização retórica do acordão jurídico. In: **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais**. v.I. Mônica Magalhães Cavalcante... [et al.] orgs. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 111- 140.
- CAVALCANTE, Mônica M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos – Homenagem a Ingedore Koch**, n. 44, Unicamp/ IEL, Campinas – SP: Unicamp/ IEL, Jan./Jun. 2003, p. 105 -118.
- CHAROLLES, M. Associative anaphora and its interpretation. In: **Journal of pragmatics**. N. 31. University of Paris: Paris, 1999. P. 311-326.
- DUTRA, Jaqueline A. S.; ROMAN, Elódia C.. As estratégias de referenciação no processo de apropriação da linguagem escrita. In: **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. ISSN 2179-7145. Abralín: Curitiba, 2011.

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. In: **Veredas – Revista de estudos linguísticos**. Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 11-29, jul/ dez. 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: **Referenciação (Coleção clássicos da linguística I)**. Org. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. RODRIGUES, Bernadete Biasi. Giulia, Alena. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANCISCO, Milton. Maratona Atenas 2004: A (re)categorização em textos jornalísticos. In: **Revista D.E.L.T.A.**, 23, n. 2, p. 167- 202, 2007.

GRIBEL, Christiane. **Minhas férias, pula uma linha, parágrafo**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. **Práticas discursivas: crenças, estratégias e estilos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

GOMIDE, Denise. E a culpa é da mulher... **Revista Fórum**. São Paulo, Ed. 89. São Paulo, ago de 2010. Disponível em: [http://www.revistaforum.com.br/noticias/2010/08/26/e_a_culpa_e_da_mulher.../\[30/08/2010 09:43:05\]](http://www.revistaforum.com.br/noticias/2010/08/26/e_a_culpa_e_da_mulher.../[30/08/2010 09:43:05]), acesso em: 06 out. 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALLIDAY, M.A.K; HANSAN, R. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

JUBRAN, Clélia C. A. S. O discurso como objeto de discurso em expressões nominais anafóricas. In: **Revista de estudos linguísticos – Homenagem a Ingedore Koch, n. 44**, Unicamp/ IEL, Campinas – SP: Unicamp/ IEL, Jan./Jun. 2003, p. 93- 103.

KOCH, Ingedore Villaça. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva. São Paulo: **Revista D.E.L.T.A.**, 1998, nº 14. Especial, p. 169-190

_____. Léxico e progressão referencial. In: RIO-TORTO, G. M.; SILVA, F.; FIGUEIREDO, O.M. (orgs). **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**, Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2006, p. 263-276. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4564.pdf>, acesso em 20 nov. 2011.

_____; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs), 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 251-300.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. In: **Investigações – Linguística e Teoria Literária**. *Campinas*, v. 1, n. 2, jul/ 2008b. Disponível em: http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf, acesso em 20 nov. 2011.

_____.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; KOCH, Ingedore G. V. Estratégias de referenciação e progressão textual na língua falada. In: ABAURRE, M.B.; RODRIGUES, A. (Orgs) **Gramática do português falado**. v. VIII. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2002.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, Lorenza. DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). **Referenciação (Coleção clássicos da linguística I)**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs), 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 311- 352

_____; Koch, Ingedore Villaça. Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a linguística e as ciências cognitivas. In: **Caderno de Estudos Linguísticos – Homenagem a Ingedore Koch**, n. 44, Unicamp/ IEL, Campinas – SP: Unicamp/ IEL, Jan./Jun. 2003, p. 85- 91.

PCN, Brasil. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa / ensino médio**. Brasília: MEC, 2000.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élias. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Vanice Oliveira Sargentini, Cleudemar Alves Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SOARES, Lucila. O fim do silêncio. **Revista Veja**. Edição especial nº 1947. São Paulo, Mar. 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/150306/p_076.html. Acesso em 08 jul. 2010.

ROMERO, Tania Regina de Souza. Linguagem e memória no construir de futuros professores de inglesa. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.8, n.2, p. 401-420. 2008. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/rbla/revista2008_2.html. Acesso em: 06 out. 2010.

RONCARATI, Cláudia. **As cadeias do texto: construindo sentidos**. São Paulo: Parábola Editorial: 2010.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Mulher brasileira na política: preconceitos e evoluções – representações na mídia. In: **Caderno de Estudos Linguísticos – Homenagem a**

Ingedore Koch, n. 44, Unicamp/ IEL, Campinas – SP: Unicamp/ IEL, Jan./Jun. 2003, p. 291- 299.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. Artigo on-line. Disponível em http://ead.uces.br/orientador/turmaA/Acervo/web_F/web_H/file.2007-09-10.5492799236.pdf Acesso em: 15 out. 2010.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referência: anáforas associativas e nominalizações**. Tese de doutorado. UNICAMP - IEL: Campinas, 2003.